



JUSTIÇA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 42/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2021 - JF/RN

SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CERTAME COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME'S, EPP'S (EXCETO PARA O GRUPO 5)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001215-40.2021.4.05.7100
SESSÃO PÚBLICA: DIA 31/08/2021, às 09 horas (horário de Brasília/DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO: <www.comprasgovernamentais.gov.br>
CÓDIGO UASG: 090007

E D I T A L

A UNIÃO, por intermédio da JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO RIO GRANDE DO NORTE, CNPJ nº 05.441.836/0001-45, situada à Rua Dr. Lauro Pinto, 245 - Candelária, Natal/RN (CEP 59064-250), fone (84) 4005-7632, endereço eletrônico www.jfrn.jus.br, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de PREGÃO, na FORMA ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR GRUPO, com MODO DE DISPUTA "ABERTO E FECHADO", nos termos da autorização constante neste Processo Administrativo, subordinada aos ditames da Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto nº 10.024/2019, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93, regulamentada pelo Decretos nºs 7.892/2013, destinada à FORMALIZAÇÃO DE ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, **com participação conjunta da Base Naval de Natal (UASG 783800) e do IFRN/Campus Nova Cruz (UASG 152757)**, o qual será conduzido e julgado pelo Pregoeiro Oficial deste Órgão, nomeado por Portaria da Direção do Foro, observados os procedimentos, regras e condições estabelecidos neste EDITAL E SEUS APÊNDICES, com a utilização do Sistema COMPRASNET, no Portal de Compras do Governo Federal

SUMÁRIO

Item	Matéria
01.	DO OBJETO DA LICITAÇÃO
02.	DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)
03.	DO REGISTRO DE PREÇOS
04.	DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA COMPRASNET
05.	DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE
06.	DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DO CERTAME
07.	DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

08.	DO CADASTRO DA PROPOSTA COMERCIAL NO COMPRASNET
09.	DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA
10.	DA ANÁLISE DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS COMERCIAIS
11.	DA ETAPA COMPETITIVA DE LANCES ELETRÔNICOS
12.	DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA
13.	DA AFERIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
14.	DA ACEITABILIDADE DO PREÇO FINAL PROPOSTO
15.	DA NEGOCIAÇÃO
16.	DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA E DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR
17.	DA PROPOSTA COMERCIAL
18.	DO JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL
19.	DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
20.	DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO
21.	DO RECURSO ADMINISTRATIVO
22.	DA REABERTURA DA SESSÃO
23.	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
24.	DA PUBLICIDADE
25.	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
26.	DO PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
27.	DO REAJUSTE E DA REVISÃO DE PREÇOS
28.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
29.	DA CONTRATAÇÃO
30.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

01 - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

01.01 – A presente licitação tem por objetivo a formalização de ARP para futura aquisição de material de limpeza, cujas especificações, quantitativos e condições gerais encontram-se detalhados no termo de referência (APÊNDICE I).

01.02 - O objeto da presente licitação será subdividido em GRUPOS, conforme tabela resumo abaixo, facultando-se ao licitante interessado a participação em tantos grupos que lhe forem convenientes, ressalvada a obrigatoriedade de apresentação de proposta para todos os itens componentes de cada GRUPO:

GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	ÓRGÃO	QUANT
			Água sanitária, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem plástica com 05 litros, registrado na ANVISA. Validade mínima de 05 meses a partir da data de entrega.	GRF	JFRN	380
	1	310507			BASE NAVAL DE NATAL/RN	1.800
			Detergente líquido para limpeza e desinfecção de utensílios de cozinha, biodegradável, neutro, em frasco plástico de 500 ml, tampa com bico dosador, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	FR	JFRN	168
	2	417132			BASE NAVAL DE NATAL/RN	500
			Essência aromática, aspecto físico líquido oleoso, hidrossolúvel na proporção de 01 parte de essência para 50 litros de água, aroma floral, aplicação desinfetante, frasco com 01 litro, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses contados a partir da data de entrega.	LT	JFRN	72
	3	434597				

1	4	411753	Essência aromática, aspecto físico líquido oleoso, hidrossolúvel na proporção de 01 parte de essência para 50 litros de água, aroma talco, aplicação desinfetante, frasco com 01 litro, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses contados a partir da data de entrega.	LT	JFRN	96
			Limpador multiuso (desengordurante). Para uso na remoção de gorduras e sujeira em fogão, fornos e cozinha em geral. Com aroma agradável, inofensivo à pele, registrado na ANVISA, em embalagem plástica de 500 ml, contendo tampa com válvula de pressão - tipo		JFRN	168
	5	372079	gatilho com spray pulverizador disposta no lado superior do frasco, com rótulo indicando o nome do fabricante, CNPJ, químico responsável e nº CRQ, número de registro na ANVISA, lote de fabricação e prazo de validade do produto. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	FR	BASE NAVAL DE NATAL/RN	150
			Limpador de vidros, destinado para limpeza e brilho de vidros, vitrines, janelas, espelhos, telas de TV, parabrisas e acrílicos. Unidade de fornecimento: frasco de 500 ml, contendo tampa com válvula de pressão - tipo gatilho com spray pulverizador disposta no lado superior do frasco, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.		JFRN	120
	6	300935		FR	BASE NAVAL DE NATAL/RN	120
			Desinfetante perfumado e bactericida, embalagem em plástico de 5 litros, aroma Floral ou Lavanda, registro na Anvisa, uso em pisos, azulejos e superfícies laváveis.		JFRN	20
	7	293351	Composição: Tensoativo catiônico, Sequestrante, Conservante, Opacificante, Atenuador de espuma, Controlador de pH, Fragrância e água. Componente ativo: 0,33% de cloreto de alquildimetilbenzilamônio. Validade mínima de 18 meses.	GL	BASE NAVAL DE NATAL/RN	130
			Inseticida, aplicação mata barata, formiga, mosca, pernilongo, muriçocas e carrapatos, ação prolongada por aproximadamente 06 semanas. Composição: Imiprotrina 0,05% ciflutrina 0,015%, embalagem tipo aerosol 300ml/199 gramas, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.		JFRN	60
	8	391280		FR	BASE NAVAL DE NATAL/RN	65
			Desodorizador de ambientes, aerosol, fragrância lavanda, sem CFC, controla odores desagradáveis causados por fungos e bactérias, inibe o crescimento de bactérias, embalagem com 360 ml e 284 g, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.		JFRN	120
	9	327150		FR	BASE NAVAL DE NATAL/RN	75
			Álcool em gel anti-séptico para higienização de mãos, teor alcoólico 70% - (70° GL). Água desmineralizada, com hidratantes, disposto em frasco plástico transparente de alta resistência de 400g a 500g, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.		JFRN	432
	10	443454		FR	BASE NAVAL DE NATAL/RN	1.200
			Álcool etílico, tipo hidratado, teor alcoólico		JFRN	1.008

2	11	405780	70% (70° gl), apresentação líquido, 1 litro. Observações: Embalagem do produto em caixa de papelão, contendo CNPJ do fabricante. Observações: O material deverá estar de acordo com as normas técnicas atuais vigentes: ABNT, INMETRO, ANVISA ou qualquer órgão nacional, com comprovada credibilidade. Com validade no mínimo de 18 meses, a partir da data da entrega.	LT	IFRN - CAMPUS NOVA CRUZ	150
	12	443454	Álcool em gel anti-séptico para higienização de mãos, teor alcoólico 70% - (70° GL). Água desmineralizada, com hidratantes, disposto em galão plástico de 5L e registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	GL	BASE NAVAL DE NATAL/RN	800
					JFRN	20
					IFRN - CAMPUS NOVA CRUZ	20
	13	419326	Esponja de limpeza tipo dupla face, esponja multi-uso, antibactérias, medindo 110 x 75 x 22 mm (formato retangular), constituída de espuma de poliuretano com bactericida (lado amarelo) e fibra sintética com abrasivo (lado verde), embaladas individualmente com identificação da marca e do fabricante. Observações: A composição, o prazo de validade e as medidas deverão estar destacados nas embalagens individuais. Prazo de validade mínimo de 02 (dois) anos a contar da entrega.	UN	BASE NAVAL DE NATAL/RN	750
					JFRN	60
					IFRN - CAMPUS NOVA CRUZ	150
	14	420506	Flanela, comprimento 60 cm x 40 cm, cor branca, cantos arredondados, acabamento nas bordas em over. O produto deverá conter etiqueta do fabricante. Validade indeterminada.	UN	BASE NAVAL DE NATAL/RN	950
					JFRN	60
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	300
	15	225907	Esponja de limpeza tipo lã de aço, composta de lã de aço carbono, própria para lavagem de louças e objetos de alumínio. Em pacotes de no mínimo 44 g com 8 unidades cada. Prazo de validade mínimo de 02 (dois) anos a contar da entrega.	PCT	JFRN	70
					IFRN - CAMPUS NOVA CRUZ	50
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	350
	16	346243	Lustra móveis para proteção de móveis, perfume jasmim ou lavanda, 200ml, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses.	FR	JFRN	24
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	120
	17	441569	Silicone em gel, para uso em painéis, borrachas, bancos de couro, materiais plásticos, frasco com 200 ml, registrado na ANVISA. Validade mínima de 10 meses a contar da data da entrega.	FR	JFRN	12
	18	421259	Vaselina líquida 500 ml, contra efeitos da maresia, proteção em venezianas e portões de alumínio, sem odor, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses.	EMB	JFRN	48
	19	298014	Saboneteira em plástico ABS cromado, com reservatório em policarbonato. Abertura e fechamento com chave. Capacidade do reservatório: 800 a 900 mL. Dimensões do produto: 21,5 cm (altura) X 9 cm (largura) X 9 cm (profundidade). Cor: Branca ou transparente.	UN	JFRN	30
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	4

3	20	457087	<p>Toalheiro (dispenser) para papel toalha em bobina, com alavanca de barra frontal e serra para facilitar o corte do papel. Fechamento com chave, tampa branca ou semi transparente, fabricado em material termoplástico, acompanha parafusos e buchas de instalação. Capacidade: papel em rolo de 200 mt. Dimensões: 360mm(altura) x 260mm (largura) x 240mm (profundidade).</p> <p>Porta papel toalhas em folhas (dispenser) e base em ABS branco. Visor transparente para controle de reposição do papel. Capacidade: 600 folhas de papel toalha interfolhada.</p>	UN	JFRN	12
	21	340702	Acompanha chave e kit para fixação na parede com buchas e parafusos. Dimensões aproximadas: 285mm (altura) x 255mm (largura) x 120mm (profundidade). Validade indeterminada.	UN	JFRN	50
	22	30236	<p>Espanador Eletrostático, utilizado na limpeza seca. A luva refil deve ser confeccionada com fios 100% acrílicos e que permita a lavagem da mesma sem perder a capacidade de limpeza. O cabo deve ser confeccionado em polietileno de alta densidade, e seu formato ergonômico e leve. Dimensões aproximadas do produto: 10 x 25 x 50 cm; 150 g. Cor azul, verde ou cinza. Validade indeterminada.</p>	UN	JFRN	50
					IFRN - CAMPUS NOVA CRUZ	30
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	15
	23	150583	<p>Detergente removedor, de ceras e sujeiras no piso, isento de solvente de petróleo, atuando por fracionamento e emulsão. Baixo poder espumante. Composição: éter glicólico, álcool etoxilado, hidróxido de potássio. pH (100%): 10,0 – 12,0; densidade (g/mL): 1,0 e viscosidade (Copoford 4/25oC): 5” – 15”.</p> <p>Frasco com 05 litros. Registrado na ANVISA, validade superior a 12 meses.</p>	BB	BASE NAVAL DE NATAL/RN	50
	24	73245	<p>Impermeabilizante à base de polímeros acrílicos e ceras sintéticas de alta qualidade. Composição: acrílico/polietileno, éteres de glicóis, tensoativo carboxifluorado. pH (100%): 8,0 – 10,0 e viscosidade (Copoford 4/25oC): 9” – 13”. Frasco com 05 litros. Registrado na ANVISA, validade superior a 12 meses.</p>	BB	JFRN	50
	25	30198	Disco de limpeza/verde para enceradeira 510mm.	UN	JFRN	10
	26	307146	Shampoo para limpeza - Versatil beckplater, para limpeza de piso. Bombona de 5LT, validade superior a 12 meses.	EMB	JFRN BASE NAVAL DE NATAL/RN	10 300
	27	445781	<p>Pá coletora de lixo com tampa e reservatório retrátil, em poliestireno, cabo anatômico com altura ergonômica de 70 cm a 90 cm, trava de fixação do cabo na pá para transporte e despejo dos detritos. Cor: Azul, cinza ou verde. Dimensões: comprimento: 29cm, largura: 29cm; altura: 14cm. Podendo as dimensões sofrer variação de 5%. Validade indeterminada.</p>	UN	BASE NAVAL DE NATAL/RN	18 45

28	333358	Vassoura (escova) plástica para higienização de vasos sanitários, tamanho superior a 30 cm. Validade indeterminada.	UN	JFRN	120
				BASE	
				NAVAL DE	120
				NATAL/RN	
				JFRN	60
				BASE	
				NAVAL DE	25
				NATAL/RN	
				JFRN	24
				BASE	
				NAVAL DE	40
				NATAL/RN	
				JFRN	36
				BASE	
29	455249	Rodo com cabo em madeira suporte de plástico com lâmina em EVA dupla possui pontos que seguram melhor o pano, comprimento do suporte 30 cm, comprimento do cabo no mínimo 120 cm. Validade indeterminada.	UN	NAVAL DE	100
				NATAL/RN	
				JFRN	48
				BASE	
				NAVAL DE	110
				NATAL/RN	
				JFRN	6
				BASE	
				NAVAL DE	110
				NATAL/RN	
				JFRN	36
				IFRN -	
				CAMPUS	10
				NOVA	
				CRUZ	
30	253025	Rodo plástico, cabo de madeira, comprimento do suporte de 50 cm ou 60 cm, quantidade de duas borrachas, protetor de salpicos; comprimento do cabo 120 cm. Validade indeterminada.	UN	BASE	85
				NAVAL DE	
				NATAL/RN	
				JFRN	24
				BASE	
				NAVAL DE	155
				NATAL/RN	
				JFRN	50
				BASE	
				NAVAL DE	50
				NATAL/RN	
				JFRN	208
31	438597	Vassoura, material cerdas pêlo sintético, cabo de madeira coberta com plástico, material cepa plástico, comprimento da cepa 30cm, comprimento cerdas 7cm, aplicação limpeza em geral, comprimento do cabo 140 cm. Validade indeterminada.	UN		
32	385090	Vassoura, material cerdas nylon reforçado e cerdas duras em PET, cabo de madeira coberta com plástico, cepa plástico, comprimento cerdas 11 cm, com cabo rosqueado, tipo doméstica, cabo comprido, largura cepa 21 cm, comprimento do cabo 140 cm. Validade indeterminada.	UN		
33	318938	Vassoura tipo gari, cerdas de PET, Tamanho da vassoura (AxL): 9 x 40 cm, cabo em madeira plastificada 1,20 mt. Validade indeterminada.	UN		
34	252807	Vassoura para recolhimento de folhas tipo ancinho, em plástico, formato triangular, com 22 dentes podendo variar até 26 dentes (dentes retangulares), com cabo de madeira de 100 a 120cm.	UN		
35	285780	Vassoura de cerdas piaçava, cabo e cepa de madeira, capa folha flange, comprimento da cepa 24 cm, comprimento das cerdas 28 cm, com cabo colado, tipo institucional, tipo cabo comprido, comprimento do cabo 140 cm. Validade indeterminada.	UN		
36	448503	Escova multiuso (Escova Tanque) anatômica com alça que facilita o manuseio. Composição em polipropileno, PET, Máster. Comprimento 13,5cm, largura 5cm e altura 7,5cm. Podendo variar em ± 1cm. Cerdas com 2,5cm. Validade indeterminada.	UN		
36	448503	Papel higiênico em rolo, pacote com 4 (quatro) unidades, folha dupla; branco; de alta qualidade, picotado e gofrado; neutro, matéria prima 100% fibras vegetais, não reciclado, rolo	UN		

37	293194	com comprimento de 30 m e com largura de 10 cm, diâmetro interno do tubete de no mínimo 4 cm; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos, metragem do papel, nome e dados do fabricante e embalagem com boa visibilidade do produto, conforme exigências previstas na Portaria 153, de 19/05/08 - INMETRO. Validade indeterminada.	PCT	BASE NAVAL DE NATAL/RN	1.400
38	327844	Papel Higiênico em rolo, linha institucional, folha simples, gofrado, de alta maciez, branco, com alvura superior a 80%, sem manchas, bobina com as seguintes medidas: 10cm x 300m, neutro, 100% celulose virgem, não reciclado. Apresentação em caixas de papelão contendo 8 (oito) unidades de bobinas. Na embalagem de apresentação deverão constar informações do fabricante, marca, especificações do produto, bem como a sua composição. As mesmas devem estar impressas na embalagem de forma legível, conforme exigências previstas na Portaria 153, de 19/05/08 - INMETRO. Validade indeterminada.	PCT	JFRN BASE NAVAL DE NATAL/RN	80 750
39	391513	Papel toalha interfolha 2 dobras, formato 22,5 x 20,5cm, podendo variar em até 5%, branco, 100% celulose, aplicação em toaletes/suportes instalados em banheiros. Pacote com 1000 folhas. Validade indeterminada.	EMB	JFRN BASE NAVAL DE NATAL/RN	78 800
40	314683	Papel toalha em bobina, tipo institucional, folha simples, gofrado, alta qualidade. Dimensões: 20 cm X 100 metros, branco. Composição: 100% celulose virgem. Embalagem: unidades de bobinas acondicionadas em caixas de papelão com 8 bobinas. A composição, a marca do fabricante e as medidas deverão estar destacadas na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	JFRN BASE NAVAL DE NATAL/RN	40 800
41	238155	Sabão em barra, composição básica sais ácido graxo, tipo glicerinado, características adicionais com perfume de limão, barra de 200 gramas, aspecto físico sólido, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	JFRN BASE NAVAL DE NATAL/RN	20 350
42	324827	Sabão em pó. Composição Tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvantes, sinergista, corantes, enzimas, branqueador óptico, essência, água, alvejante. Apresentação em embalagem de 500g do produto, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	CX	JFRN BASE NAVAL DE NATAL/RN	480 750
43	295721	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 40 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	JFRN BASE NAVAL DE NATAL/RN	40 800
		Saco para lixo em plástico resistente,		JFRN	120

6	44	295716	capacidade 40 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	BASE NAVAL DE NATAL/RN	1.000
			Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 100 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.		JFRN	20
	45	411825	capacidade 100 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	BASE NAVAL DE NATAL/RN	850
			Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 100 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.		JFRN	40
	46	411828	capacidade 100 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	BASE NAVAL DE NATAL/RN	950
			Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 200 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.		JFRN	20
	47	427163	capacidade 200 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	BASE NAVAL DE NATAL/RN	1.350
			Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 200 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.		JFRN	20
	48	458145	capacidade 200 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	BASE NAVAL DE NATAL/RN	850
			Kit 4 x 50L de coletora seletivos de abertura frontal (azul, verde, vermelho e amarelo) polipropileno de alta resistência com proteção UV (utilização em ambientes externos), com suporte em aço. Medidas de referência: altura 125 cm. Comprimento 180cm		JFRN	10
	49	409684	Contentor de lixo, produzido em polietileno de alta densidade; Volume mínimo de 240 litros; Suportar carga mínima de 96 kg; 02 (duas) rodas de aro 300mm em polietileno de alta densidade e bandagem de borracha maciça; Dimensões mínimas: 58cm x 78cm x 111cm.	CJ	IFRN - CAMPUS NOVA CRUZ	10
	50	420576	Rodo limpa vidros telescópico com cabo extensor de alumínio, com alcance de até 1,6m. Na extremidade, um dos lados possui rodinho emborrachado, do outro, microfibras (refil) que pode ser retirada e lavada.	UN	JFRN	6
			Conjunto Mop úmido (mop, suporte e cabo), cabo em alumínio medindo 140 a 150 cm.		JFRN	5
	51	333131	Cabo acompanhado de suporte plástico com trava, mop algodão tipo ponta dobrada, cor natural, peso do mop 340g. Validade indeterminada.	UN	BASE NAVAL DE NATAL/RN	50
			Aparelho (tipo spray automático) odorizante de ambiente, com 01 (um) refil aerossóis de 250ml, podendo variar para mais em até 20ml. Alimentado por duas pilhas AA. Registrado na ANVISA. Validade indeterminada para o aparelho e validade mínima de 12 (doze) meses para o refil.		JFRN	24
	52	415080	Balde plástico, capacidade para 20 litros, sem tampa e com alça de metal para transporte. Cor verde, azul, amarelo ou preto. Validade indeterminada.	UN	BASE NAVAL DE NATAL/RN	55
			Pastilha (pedra) sanitária, composição paradiclóro benzeno-99%, germicida e		JFRN	12
	53	368712		UN	JFRN	12
					JFRN	12
	54	253220		UN	BASE NAVAL DE NATAL/RN	85
					JFRN	660

7

55	234737	bactericida, aspecto físico tablete sólido com no mínimo 30 gramas com suporte plástico para engate no vaso sanitário, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	BASE NAVAL DE NATAL/RN	120
		Detergente neutro, concentrado, desengordurante e umectante. Outras características: Ácido Dodecilbenzeno, espessante, conservante, sulfonato de sódio. pH (100%) >> 6,5 à 7,5; Densidade 0,950 à 1,050 g/cm ³ ; Solubilidade em água: 100%. Apresentação em embalagem tipo bombona plástica com 05 litros do produto. Produto registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.		JFRN	28
56	417132	Sabonete Cremoso para uso em reservatório de saboneteira plástica, aspecto físico líquido cremoso, odor lavanda ou erva-doce, aplicação antissepsia das mãos, apresentado em embalagem plástica tipo bombona contendo 05 litros do produto, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses contados a partir da data de entrega.	EMB	BASE NAVAL DE NATAL/RN	200
		Tela desodorizante para mictório confeccionado em PVC injetado; fórmula com essência hiperconcentrada contendo bactericida que permita a odorização; indicado para mictório de parede; fragrância cereja ou tutti frutti, registrado na ANVISA. Validade mínima de 05 meses contados a partir da data de entrega.		JFRN	72
57	417309		BB	BASE NAVAL DE NATAL/RN	200
58	326030		UN	JFRN	600

01.03 - ATENÇÃO: Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no cadastro do COMPRASNET e as especificações constantes deste Edital e seus apêndices, prevalecerão estas últimas.

01.04 - Integram este Edital, como se transcritos em seu próprio corpo, os seguintes Apêndices:

APÊNDICE I - Termo de Referência

APÊNDICE II - Ata de Registros de Preços

APÊNDICE III - Valor máximo de referência

APÊNDICE IV - Modelo de proposta comercial

02 - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) DO SRP

02.01 - O ÓRGÃO GERENCIADOR do presente SRP será a JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DO RN (UG 090007).

02.02 – Participam conjuntamente da presente licitação para formalizar ARP os seguintes órgãos da União:

ÓRGÃO/ENTIDADE	ENDEREÇO	UG
Comando da Marinha Base Naval de Natal	Rua Sílvio Pélico, S/N -Alecrim Natal/RN CEP.: 59040-150	783800

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-IFRN/Campus Nova Cruz	Av. José Rodrigues de Aquino Filho, Nº 640, RN 120, Alto de Santa Luzia Nova Cruz/RN CEP 59215-000	152757
--	---	--------

03 - DO REGISTRO DE PREÇOS

03.01 - Homologado o resultado da licitação, a Justiça Federal de Primeiro Grau no RN convocará o(s) licitante(s) vencedor(es) para formalizar a ARP (com prazo de 05 DIAS prorrogável por igual período) e, se for o caso, com os demais classificados (CADASTRO DE RESERVA), obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos, para fins de publicidade.

03.02 – A assinatura da **ARP - Ata de Registro de Preços** deverá ocorrer preferencialmente por **via eletrônica** no sistema processual SEI – Sistema Eletrônico de Informações, observados os procedimentos constantes no **item 30.09** deste Edital.

03.03 – Será admitida a formação de CADASTRO DE RESERVA, em anexo à respectiva ARP, com o registro do(s) licitante(s) que aceite(m) cotar o(s) bem(ns) ou serviço(s) com preço(s) igual(is) ao(s) preço(s) vencedor(es), excluído o percentual da margem de preferência quando o objeto cotado pelo licitante interessado não atende a tal requisito, devendo-se observar que:

a) por ocasião da homologação da licitação no sistema Comprasnet, a autoridade superior convocará os licitantes com propostas não recusadas para que possam aderir ao cadastro reserva;

b) quando da convocação, o sistema enviará e-mail aos licitantes, informando o prazo para manifestação definido pela autoridade competente, que não será inferior a 24 HORAS;

c) a licitante interessada em participar do cadastro reserva deverá acessar o sistema Comprasnet, dentro do prazo estipulado, para efetivar sua participação, aceitando registrar o(s) preço(s) igual(is) ao do(s) vencedor(es) e se sujeitar às exigências e obrigações constantes deste Edital e seus apêndices, inclusive quanto às condições de participação, de aceitação e classificação da proposta e de habilitação;

d) se houver mais de um licitante interessado, apenas serão admitidas a compor o cadastro de reserva as duas primeiras empresas que registrarem o interesse via Comprasnet;

e) A análise das condições de participação, o julgamento da qualidade do(s) objeto(s) proposto(s) e da habilitação do(s) licitante(s) que constem do cadastro de reserva apenas será efetuada, pelo Pregoeiro, quando da sua eventual e futura convocação para assumir a titularidade do registro, nas hipóteses previstas no art. 13, parágrafo único, bem como nos casos de cancelamento do registro fixadas nos arts. 20 e 21, ambos do Decreto nº 7.892/2013, observadas as exigências contidas no presente Edital e seus apêndices.

03.04 - O cadastro reserva tem por objetivo suprir eventuais impossibilidades de atendimento pelo primeiro colocado da licitação e titular da ARP, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013, como também às recusas em assinatura da respectiva ARP pelo(s) titular(es).

03.05 - A ARP é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas, a qual deverá ser assinada pelo(s) vencedor(es) do certame e titulares de cadastro de reserva, observado os procedimentos fixados no item 30.09, ficando as empresas sujeitas às penalidades nela previstas pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

03.06 – Serão registrados na ARP, nesta ordem:

a) os dados de identificação dos particulares vencedores, as especificações (inclusive indicando marca e modelo, para materiais e equipamentos), os preços e quantitativos, tudo em conformidade com a proposta do licitante vencedor do certame, por item do objeto; e

b) os dados de identificação dos particulares interessados em compor o CADASTRO DE RESERVA, a ordem de classificação de cada interessado e as especificações (marca e modelo, para materiais e equipamentos), por item do objeto.

03.07 – Após a formalização da ARP, e cumpridos os requisitos de publicidade, os licitantes vencedores (e

os interessados em compor o CADASTRO DE RESERVA) estarão TOTALMENTE VINCULADOS aos termos de sua proposta final e da ARP, a qual constitui compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas.

03.08 - O Órgão Gerenciador do presente Sistema de Registro de Preços - SRP será a própria Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio Grande do Norte, por meio da Seção de Licitações e Contratos.

03.09 – Convocado o particular titular do registro para assinar o respectivo termo de contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho de despesa, havendo recusa injusta ou inércia em fazê-lo, nos prazos e condições fixados, poderá a Justiça Federal de Primeiro Grau no RN, mantida a ordem do cadastro, convocar o particular constante do CADASTRO DE RESERVA, licitante remanescente, ou até mesmo cancelar o registro do fornecedor, nos termos fixados nos arts. 13, parágrafo único, e 20, II, ambos do Decreto nº 7.892/2013, sem prejuízo das sanções administrativas previstas neste Edital e seus apêndices.

03.10 – **Não poderá utilizar-se da ARP (ADESÃO)**, durante sua vigência, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame

03.11 - A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir; facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro o direito de preferência de fornecimento em igualdade de condições.

03.12 – O prazo de vigência da ARP é de 12 MESES, a partir da data da publicação no DOU, salvo as hipóteses de cancelamento contidas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

03.13 – Não poderá haver acréscimos nos quantitativos registrados na ARP, nos termos do § 1º do art. 12 do Decreto nº 7.892/2013.

03.14 - A revisão e o cancelamento dos preços registrados na ARP obedecerão às disposições contidas no Decreto nº 7.892/2013.

03.15 - A contratação do fornecedor registrado será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, conforme regras insertas no art. 62 da Lei nº 8.666/93 c/c o disposto no art. 15 do Decreto nº 7.892/2013, observadas as disposições contidas no item 29 deste edital.

03.16 – As **contratações firmadas a partir da ARP poderão sofrer alterações posteriores**, observados os limites e condições fixadas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

03.17 – Decorridos 90 DIAS da data de abertura das propostas sem convocação, por parte da Justiça Federal de Primeiro Grau do RN, para assinatura da respectiva ARP, ficará o(s) licitante(s) vencedor(es) do certame liberado(s) dos compromissos assumidos em sua proposta, salvo revalidação expressa.

03.18 – Se o(s) licitante(s) vencedor(es), convocado(s) nos termos do item 03.01 deste Edital, recusar-se a assinar a ARP, aplicar-se-á o disposto no § 2º do artigo 48 do Decreto nº 10.024/2019 combinado com o disposto no item 22 deste Edital.

04 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA COMPRASNET

04.01 – O credenciamento é o nível básico de registro cadastral do particular no SICAF que permite a participação dos interessados em licitações na modalidade de Pregão, na forma eletrônica.

04.02 - O cadastro no SICAF deverá ser realizado previamente pelo particular interessado diretamente no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, observada as regras, diretrizes e orientações indicadas no próprio Portal.

04.03 - **ATENÇÃO:** A Justiça Federal de Primeiro Grau no RN não é órgão responsável por promover o cadastro dos interessados no SICAF/COMPRASNET, devendo o particular interessado responsabilizar-se por tal credenciamento.

04.04 – O particular interessado (licitante) responsabiliza-se, exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

04.05 – Qualquer declaração, informação ou documento falso anexado ao Sistema sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo de eventuais consequências de natureza civil e criminal.

04.06 - O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal, como também a presunção de sua capacidade técnica para operá-lo adequadamente, realizando todas as transações inerentes a este Pregão.

04.07 - O licitante é responsável pela comunicação imediata ao provedor do Sistema de qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para fins de imediato bloqueio de acesso.

04.08 - O licitante responsabilizar-se-á pela utilização da chave de identificação e senha de acesso ao Sistema para participar do Pregão na forma eletrônica.

04.09 - O licitante é responsável por solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio, evitando utilizações indevidas por parte de prepostos e/ou terceiros.

04.10 - O licitante responsabilizar-se-á pelos ônus decorrentes de eventuais perdas de negócios, como também das sanções cabíveis, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

05 - DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE

05.01 - O particular interessado em participar da presente licitação OBRIGA-SE a:

a) Responsabilizar-se pela **proposta, declarações, documentos** e demais **informações** cadastradas ou anexadas ao Sistema COMPRASNET;

b) Realizar as **declarações eletrônicas** exigidas no cadastro da proposta no Sistema COMPRASNET, sem qualquer falseamento da verdade;

c) Remeter, no prazo estabelecido, **EXCLUSIVAMENTE VIA SISTEMA**, os documentos de habilitação e a proposta comercial e, quando necessário, os documentos complementares solicitados no presente Edital (e seus apêndices);

d) Manter-se logado (**on line**) ao Comprasnet e acompanhando os trabalhos de processamento do certame durante toda a Sessão Pública Eletrônica, atendendo tempestivamente aos chamados do Pregoeiro via CHAT;

e) Prestar as informações e/ou encaminhar os documentos complementares eventualmente solicitados pelo Pregoeiro durante a Sessão, observando as condições e prazos fixados neste Edital e seus Apêndices;

f) Acompanhar as informações e/ou documentos disponibilizados no SÍTIO OFICIAL DA INSTITUIÇÃO em relação ao presente certame, por meio do link (<http://www.jfrn.jus.br/transparencia/pregao/pregao.xhtml>), a partir da data de sua publicação até a homologação;

g) Cumprir integralmente a proposta comercial cadastrada ou o lance final registrado no ComprasNet;

h) Assinar a ARP e o instrumento contratual, caso seja vencedor do certame;

i) Manter-se em **situação regular em relação às condições de participação e de habilitação** até a data da assinatura da ARP, como durante toda a vigência da ARP e da(s) contratação(ões), caso seja vencedor;

j) **Não fazer declaração falsa** ou não apresentar **documento falso**;

k) Não cometer **fraude fiscal**;

l) **Não formar conluio** ou **combinar proposta** com concorrente(s);

m) Não fraudar ou frustrar a concorrência com utilização de **mecanismos eletrônicos** de registro de propostas, lances e/ou documentos;

n) **Não indicar** no cadastro da proposta eletrônica no ComprasNet qualquer tipo de **caractere especial identificador** da empresa para fins de garantia do **anonimato** da fase competitiva;

o) Manter **atualizadas todas as informações** da empresa no SICAF que possam facilitar a **comunicação**, particularmente telefones e e-mail;

p) Cadastrar-se no Sistema Processual SEI para fins de assinatura dos documentos decorrentes da licitação, caso seja vencedor do certame.

06 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

06.01 – O processamento desta licitação será realizado sempre em **SESSÃO PÚBLICA ONLINE**, via Sistema COMPRASNET, sendo iniciado na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo, nos termos fixados neste Edital e seus apêndices.

06.02 – Poderá participar da presente licitação o interessado que cumulativamente cumpra os seguintes requisitos formais:

a) Possuir prévio **cadastro no SICAF (item 04) e acesso ao sistema eletrônico** provido pelo Ministério da Economia (ME), por meio do Portal de Compras do Governo Federal no endereço eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br);

b) **Cadastrar proposta eletrônica** vinculada ao presente Pregão, em vernáculo e na moeda corrente nacional, até o horário e data de realização da sessão pública de abertura do certame;

c) Realizar as **declarações eletrônicas obrigatórias** diretamente no Sistema COMPRASNET (item 08.06), por meio das opções "sim" ou "não", até o horário e data de realização da sessão pública de abertura do certame;

d) Encaminhar, exclusivamente via Sistema COMPRASNET, a proposta comercial (e seus respectivos documentos técnicos) e os documentos de habilitação exigidos no Edital (e seus apêndices), até o horário e data de realização da sessão pública de abertura do certame;

e) Não se enquadrar em nenhuma das proibições indicadas nas alíneas do item 06.03 deste Edital.

06.03 – **NÃO PODERÁ PARTICIPAR** da presente licitação interessado que:

a) Não cumprir os **requisitos formais** indicados no item anterior;

b) Tenha elaborado, participado ou contribuído com a elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico, nos termos do art. 9º da Lei 8.666/93;

c) Seja **empresa estrangeira sem autorização** de funcionamento no País;

d) Esteja com o **direito de licitar e contratar** com a JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DO RN **suspenso**, nos termos do disposto no art. 87, inc. III, da Lei 8.666/93, por decisão definitiva da Direção do Foro;

e) Esteja **impedida de licitar e de contratar** com a UNIÃO, nos termos do disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, por decisão definitiva de órgão ou entidade da União;

f) Tenha sido **declarada inidônea** para licitar e contratar com Administração Pública, **nos termos do art. 87, inc. IV, da Lei 8.666/93**, por decisão definitiva de qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, integrantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou por força do art. 46, da Lei 8.443/93, determinado pelo TCU - Tribunal de Contas da União;

g) **que não seja ME - Microempresa ou EPP - Empresa de Pequeno Porte (exceto para o grupo 5)**, conforme fixa o art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/2016.

06.04 - A verificação dos impedimentos e condições de participação, previstos no item anterior, **ocorrerá somente após a fase competitiva do certame**, momento no qual o sistema COMPRASNET permite a identificação das empresas participantes do certame.

06.05 - Analisadas as CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, o Pregoeiro decidirá fundamentadamente em relação à DESCLASSIFICAÇÃO do licitante no certame.

07 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

07.01 - O **pedido de esclarecimentos** referente a este procedimento licitatório deverá ser enviado ao Pregoeiro, até o fim do horário do expediente do TERCEIRO DIA ÚTIL ANTERIOR à data da sessão pública inicial do certame (**até dia 26/08 , às 18 horas**), por meio de registro no COMPRASNET e/ou envio de e-mail para o endereço eletrônico pregoeiro@jfrn.jus.br.

07.02 – O Pregoeiro, com apoio da área técnica responsável pelo Termo de Referência e da equipe de apoio, prestará os esclarecimentos formalmente solicitados, no prazo de até DOIS DIAS ÚTEIS, por e-mail, registro no COMPRASNET e/ou disponibilizando no link (<http://www.jfrn.jus.br/transparencia/pregao/pregao.xhtml>).

07.03 – Até o fim do expediente do TERCEIRO DIA ÚTIL ANTERIOR à data da sessão pública inicial do certame (**até dia 26/08, às 18 horas**), qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá **impugnar** o ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser registrada no COMPRASNET e/ou enviada para o endereço eletrônico pregoeiro@jfrn.jus.br.

07.04 – O Pregoeiro, com apoio da unidade técnica responsável pelo Termo de Referência e da equipe de apoio, ANALISARÁ a impugnação no prazo de DOIS DIAS ÚTEIS, ou proporá, de forma motivada, o ADIAMENTO DA SESSÃO ou a SUSPENSÃO DO CERTAME para obter melhores condições de análise dos argumentos de impugnação.

07.05 - Acolhida a impugnação contra este Edital e seus apêndices, serão procedidas as alterações e adequações necessárias, bem como designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

07.06 - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados poderão ser disponibilizadas diretamente no Sistema COMPRASNET (www.comprasgovernamentais.gov.br) e/ou no **sítio oficial** da Justiça Federal de Primeiro Grau do RN (<http://www.jfrn.jus.br/transparencia/pregao/pregao.xhtml>) para conhecimento da sociedade em geral e dos licitantes em potencial, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

07.07 - Decairá do **direito de impugnar** os termos deste Edital (e seus apêndices), apontando eventuais falhas ou irregularidades que o viciarem, o cidadão ou licitante que não o fizer nos prazos e condições fixados neste item, hipótese em que tal petição não terá efeito de impugnação e não obstaculizará a realização normal da sessão.

08 – DO CADASTRO DA PROPOSTA COMERCIAL NO COMPRASNET

08.01 – A participação neste certame licitatório dar-se-á pela utilização da **senha de acesso** individual ao Sistema COMPRASNET de cada licitante, mediante prévio cadastro da proposta comercial eletrônica e **anexação obrigatória da proposta comercial e da documentação de habilitação exigidos neste Edital (e seu apêndice I), até a data e horário previsto para abertura da sessão do certame.**

08.02 – ATENÇÃO: À luz do disposto no art. 26, do Decreto nº 10.024/2019, o licitante deverá, obrigatória e previamente, registrar sua proposta de preços no Sistema, como também ENCAMINHAR EXCLUSIVAMENTE VIA COMPRASNET, de forma concomitante e apenas até a data e horário marcados para abertura da sessão, a respectiva proposta comercial escrita (juntamente com os documentos e informações técnicas de comprovação da qualidade do objeto proposto) e a documentação de habilitação, observadas as exigências contidas nos itens 16, 17 e 19 deste Edital.

08.03 – O licitante deverá consignar diretamente no Sistema, na forma nele disposta, além da descrição sucinta do objeto a ser fornecido, **inclusive com indicação de marca, modelo e fabricação (se for o caso)**, a **quantidade** e os **valores unitários e total** do objeto proposto, já inclusas todas as despesas inerentes, tais como: **impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos**, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto.

08.04 – Até a abertura da sessão do certame, o licitante poderá livremente **retirar, alterar ou substituir** a proposta anteriormente cadastrada, como também excluir ou anexar novos documentos relativos à proposta comercial e/ou habilitação. Depois da data e horário de abertura da Sessão, **não caberá qualquer alteração ou desistência de proposta.**

08.05 – **Não poderá ser incluído** no registro da proposta eletrônica diretamente no COMPRASNET qualquer **nome, texto, elemento ou caractere** que possa identificar o licitante, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO da proposta e aplicação de SANÇÃO ADMINISTRATIVA (**item 28**).

08.06 - No momento do **cadastro da proposta comercial** deverá o licitante, além de anexar a respectiva proposta comercial escrita e a documentação de habilitação, realizar as seguintes **declarações**, disponíveis no próprio Sistema (**conforme o caso**):

a) para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não emprega

menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

b) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

c) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus apêndices, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

d) que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) de ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;

f) que objeto serão executados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

08.07 - ATENÇÃO: As declarações mencionadas no subitem anterior serão visualizadas pelo Pregoeiro na fase de habilitação, quando serão impressas e anexadas aos autos do processo, **não havendo necessidade de envio pelo Sistema COMPRASNET.**

08.08 – A falsidade relativa a qualquer das declarações exigidas no **item 08.06** deste Edital sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas no **item 28** deste Edital, sem prejuízo das consequências civis e penais que seu ato ensejar.

08.09 – O registro de proposta comercial eletrônica vinculado ao presente certame **implica**, independente de expressa declaração, na(o):

a) **aceitação** de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus apêndices.

b) **garantia do cumprimento da proposta** por prazo mínimo de 90 DIAS, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

c) compromisso do licitante para com o **rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições** fixadas Termo de Referência (APÊNDICE I).

d) **impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta**, a partir da data da sessão eletrônica inicial.

e) **submissão às sanções administrativas** previstas neste Edital e seus Apêndices.

f) **obrigação de participar ativamente do certame (ON LINE)** até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pelo pregoeiro.

g) **compromisso** para com a futura ARP – Ata de Registro de Preços e/ou de toda contratação dela decorrente.

08.10 – ATENÇÃO: No momento do cadastro ou registro da proposta comercial eletrônica, o licitante deverá atentar para o fato de que, por razões de limitações técnicas das especificações dos materiais constantes no CATMAT/CATSERV (COMPRASNET), as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COMPLETAS DO OBJETO LICITADO, para efeito de cotação do preço e formulação da proposta, serão sempre aquelas constantes do termo de referência (APÊNDICE I).

08.11 - ATENÇÃO: Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame, **não cabe em nenhuma hipótese desistência de proposta.**

08.12 - ATENÇÃO: Nenhuma proposta comercial ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada ao Pregoeiro por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, **sob pena de quebra do anonimato da competição.**

09 – DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA

09.01 – A Sessão Pública eletrônica deste Pregão será conduzida e gerida por Pregoeiro, especialmente designado pela autoridade competente, sendo a **abertura prevista para a data e horário** indicados no

preâmbulo deste Edital, por meio do Sistema COMPRASNET (www.comprasgovernamentais.gov.br).

09.02 – A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá **EXCLUSIVAMENTE** mediante **troca de mensagens**, em campo próprio do sistema eletrônico (CHAT), o qual será gerenciado diretamente pelo Pregoeiro e será integralmente reproduzido na Ata da Sessão Eletrônica.

09.03 – Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico COMPRASNET, anexar a proposta comercial escrita e a documentação de habilitação, registrar os lances, anexar os documentos complementares e prestar as informações solicitadas, durante toda a licitação, **responsabilizando-se pelos ônus decorrentes de preclusão de direitos, perda de negócios e/ou sanções por descumprimentos de obrigações**, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

09.04 – A **não anexação ou envio da proposta comercial e documentos de habilitação** exigidos no Edital (e seus apêndices), bem como a **não anexação de documentos complementares, prestação de informações e não pronunciamento** em relação a questão suscitada pelo Pregoeiro, além de poder acarretar a oportuna DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do particular do certame, **poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas** previstas neste Edital (**item 28**), sem prejuízo de outras responsabilidades civis e penais que seu ato acarretar, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

09.05 – Toda a Sessão Pública será documentada automaticamente pelo sistema na respectiva Ata da Sessão, a qual será gerada e disponibilizada para consulta de todos os interessados por meio do Portal de Compras Governamentais.

09.06 – Na hipótese de ocorrer **desconexão** do Pregoeiro no decorrer da Sessão e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os trabalhos continuarão e os lances serão recebidos, sem qualquer prejuízo dos atos realizados.

09.07 - No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a DEZ MINUTOS, a Sessão do Pregão será **suspensa automaticamente** e terá reinício somente 24 HORAS após comunicação expressa aos participantes, por meio do Portal no sítio (www.comprasgovernamentais.gov.br).

09.08 – Cabe ao licitante acompanhar continuamente os **documentos, pareceres e atos** divulgados ou disponibilizados por meio do **sítio oficial** da Instituição na Internet (<https://www.jfrn.jus.br/transparencia/pregao/pregao.xhtml>).

09.10 - Havendo necessidade, o Pregoeiro poderá suspender a Sessão com a devida comunicação prévia via CHAT, como também registrando no Sistema COMPRASNET a nova data e horário para a sua continuidade.

09.11 - Em face do horário, poderá o **Pregoeiro** estabelecer intervalo para almoço, sem a suspensão da Sessão, mediante comunicação prévia via CHAT.

10 – DA ANÁLISE DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

10.01 – O Pregoeiro verificará preliminarmente as propostas comerciais registradas eletronicamente no sistema e DESCLASSIFICARÁ, **por despacho fundamentado**, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital (e seus apêndices), **respeitados os limites das informações disponíveis antes da fase competitiva**.

10.02 – Será DESCLASSIFICADA a proposta comercial cadastrada no COMPRASNET que não indicar a **marca, modelo e/ou referência** do produto contado (se for o caso).

10.03 - Não serão aceita proposta que indique **quantidade inferior** àquela exigida no Termo de Referência (APÊNDICE I).

10.04 - Qualquer **nome, texto, elemento ou caractere** que possa vir a **identificar** o licitante perante os demais concorrentes poderá importar na DESCLASSIFICAÇÃO da proposta.

10.05 – A DESCLASSIFICAÇÃO da proposta será sempre **fundamentada** e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real, por todos os participantes.

10.06 – Somente os licitantes com **propostas julgadas conformes** com as exigências formais do Edital (e seus apêndices) participarão da fase competitiva de lances, havendo a ordenação automática das propostas pelo Sistema COMPRASNET.

10.07 – Caso não existam propostas eletrônicas cadastradas, o Pregoeiro DECLARARÁ DESERTO o

certame.

10.08 – Caso todas as propostas cadastradas forem DESCLASSIFICADAS, o Pregoeiro DECLARARÁ FRUSTRADO o certame.

11 – DA ETAPA COMPETITIVA DE LANCES ELETRÔNICOS

11.01 – A ETAPA COMPETITIVA do certame dar-se-á, de forma independente por cada GRUPO do objeto, com o ANONIMATO DOS PARTICIPANTES para fins de garantia da lisura e competitividade possível no certame, devendo os LANCES serem ofertados pelo VALOR UNITÁRIO POR ITEM.

11.02 - O Pregoeiro deverá fazer uma adequada gestão da ETAPA COMPETITIVA para não provocar o encerramento da disputa para todos os GRUPOS do objeto ao mesmo tempo, visando viabilizar as melhores condições de disputa possíveis aos interessados que estejam concorrendo a mais de um GRUPO do objeto.

11.03 - Aberta a ETAPA COMPETITIVA, os licitantes aptos poderão encaminhar **lances**, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo automaticamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.04 – Os lances serão apresentados, por cada licitante apto, de forma sucessiva, sempre com valores inferiores em relação aos últimos registrados por ele e aceito pelo Sistema COMPRANET, sendo admitido LANCES INTERMEDIÁRIOS.

11.05 – Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do seu último lance e do menor lance registrado no Sistema COMPRASNET, vedada a identificação do ofertante (ANONIMATO).

11.06 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

11.07 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada licitante, **não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.**

11.08 – Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado **supostamente irrisório ou inexecuível**, ou até que entenda ter sido **lançado erroneamente**, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao licitante, o qual terá a faculdade de repetir tal lance.

11.09 - Será adotado na ETAPA COMPETITIVA deste Pregão Eletrônico, por cada GRUPO do objeto, o MODO DE DISPUTA “ABERTO E FECHADO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com um lance final e fechado, observados os seguintes procedimentos:

a) A disputa terá duração inicial de QUINZE MINUTOS e, após tal prazo, o Sistema encaminhará aviso de fechamento iminente da primeira parte dos lances; após o que transcorrerá um segundo período de tempo de até DEZ MINUTOS, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

b) Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até DEZ POR CENTO SUPERIORES àquela possam ofertar UM LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSO até o encerramento deste prazo;

c) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, até o máximo de TRÊS, oferecer UM LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSO até o encerramento deste prazo;

d) Após o término dos prazos estabelecidos nas alíneas anteriores, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores;

e) Não havendo LANCE FINAL E FECHADO classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de TRÊS, na ordem de classificação, possam ofertar UM LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSO até o encerramento deste prazo;

f) Poderá o Pregoeiro, justificadamente, admitir o REINÍCIO DA ETAPA FECHADA, caso nenhum LICITANTE CLASSIFICADO na etapa de lance fechado atender às exigências de HABILITAÇÃO.

11.10 – Durante a ETAPA COMPETITIVA, não serão aceitos dois ou mais lances de valores iguais, prevalecendo sempre aquele que for recebido e registrado primeiro no Sistema COMPRASNET.

11.11. Em caso de falha no Sistema COMPRASNET, os lances em desacordo com os procedimentos e ritos fixados neste item deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

11.12 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá, na ordem de classificação final, com o valor de sua proposta eletrônico inicial.

11.13 - Havendo desconexão do Pregoeiro durante a ETAPA DE DISPUTA, deverão ser observadas as regras fixadas nos itens 09.06 e 09.07 deste Edital.

11.14 – Serão as propostas ou lances finais CLASSIFICADOS, automaticamente, em ORDEM CRESCENTE DE VALORES, segundo o critério objetivo de MENOR PREÇO POR GRUPO.

11.15 - Havendo empresa em situação especial que garanta exercício de direito a tratamento diferenciado, o Sistema COMPRASNET iniciará automaticamente fase específica de desempate (**Item 12**).

11.16 – Se não houver lances na ETAPA COMPETITIVA e isso resultar no **empate de duas ou mais propostas**, o **desempate** será realizado POR SORTEIO ELETRÔNICO pelo próprio Sistema COMPRASNET.

12 – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP

12.01 – Em se tratando de **certame com participação exclusiva de ME/EPP (exceto para o grupo 5)**, não aplicável o direito de preferência na contratação em caso de empate ficto de fase de lances, nos termos fixados no art. 44 da **Lei Complementar nº 123/2006**.

12.02 – **Quanto ao GRUPO 5**, na fase de PROPOSTA, será concedido TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME's, EPP's E COOPERATIVAS, caso a proposta mais bem classificada tenha sido ofertada por empresa de grande e médio porte, e houver proposta apresentada por ME/EPP/COOPERATIVA de valor até **5%** superior ao da melhor proposta, o sistema Comprasnet, automaticamente, procederá da seguinte forma:

a) a ME/EPP/COOPERATIVA mais bem classificada poderá, no prazo de 5 MINUTOS, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste Edital e seus Apêndices, será esta reclassificada como melhor proposta do certame.

b) não sendo registrado um novo lance pela ME/EPP/COOPERATIVA convocada pelo sistema, na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadram na condição prevista no *caput*, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, também no prazo de 5 MINUTOS.

c) havendo empate de valor entre duas empresas beneficiárias do direito de preferência fixada na Lei Complementar nº 123/2006, exercerá tal direito prioritariamente aquele cuja proposta tenha sido recebida e registrada pelo sistema em primeiro lugar.

d) o sistema encaminhará mensagem automática, por meio do CHAT, convocando a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada a fazer sua última oferta no prazo de 5 MINUTOS, sob pena de decair do direito concedido.

12.02.01 – Na hipótese de nenhum dos licitantes exercer os direitos de preferência descritos anteriormente, será mantida a ordem classificatória original do certame.

12.03 - Na fase de HABILITAÇÃO, será concedido tratamento diferenciado às ME/EPP's que estejam com problemas de regularidade fiscal e trabalhista, à luz do disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, conforme as seguintes regras:

a) em se tratando de microempresas ou empresas de pequeno porte com alguma restrição na comprovação da habilitação fiscal e trabalhista, deverá(ão) ser apresentada(s) e juntada(s) aos autos a(s) respectiva(s) certidão(ões) com validade vencida ou com restrição, sendo aceita a situação parcial de irregularidade ali comprovada e julgado "habilitada" a empresa no certame;

- b) será assegurado o prazo de 05 DIAS ÚTEIS, cujo termo inicial corresponderá ao momento da convocação para assinatura da ARP, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões;
- c) a não regularização da documentação fiscal no prazo indicado no subitem anterior implicará na **decadência do direito à contratação**, ou à assinatura da respectiva ARP, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus apêndices;
- d) no caso de decadência do direito por não regularização da situação, será facultado à Justiça Federal de Primeiro Grau no RN convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar o contrato ou ARP, ou até cancelar a licitação.

13 – DA AFERIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

13.01 – Encerrada a ETAPA COMPETITIVA, e transcorrida a fase de exercício do direito de preferência (se for o caso), o Pregoeiro verificará o cumprimento das CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, realizando as seguintes consultas/diligências:

- a) Consulta Situação do Fornecedor e Relatório de Ocorrências (impedimentos, suspensões, multas, etc) registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no link <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sicaf>;
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, no link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;
- c) Consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), mantido pela Receita Federal do Brasil, no link <http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/consultas-cnpj>.

13.02 – Não cumpridas quaisquer das condições de participação, o Pregoeiro DESCLASSIFICARÁ A PROPOSTA DO PARTICULAR, sendo este impedido de prosseguir no certame, **por decisão fundamentada**, devidamente registrada no campo DESCLASSIFICAÇÃO do Sistema COMPRASNET.

14 – DA ACEITABILIDADE DO PREÇO FINAL PROPOSTO

14.01 – O Pregoeiro examinará as propostas ou lances finais aduzidos quanto à **compatibilidade do preço** em relação ao VALOR MÁXIMO (APÊNDICE III), não sendo ACEITA a proposta ou lance final com **valor global superior** ao máximo fixado, por despacho fundamentado do Pregoeiro e observadas as condições do caso concreto, ressalvadas as hipóteses contidas no **item 14.05** e no **item 15** do Edital.

14.02 – Não será ACEITA proposta ou lance final que apresentar **valor global irrisório ou igual a zero**, sendo considerado **irrisório** o valor:

$$VP \leq 30\% \text{ DO VR OU MP}$$

Onde:

- 1) VP – Valor da proposta final após a fase de lances;
- 2) MP – Média das propostas finais após a fase de lances, a qual será calculada considerando apenas as propostas finais inferiores a valor de referência e superiores a 50% de tal valor;
- 3) VR – Valor máximo de referência orçado pela Administração;
- 4) Será considerado o menor dos valores entre o VR e MP;

14.03 – Para fins de **julgamento objetivo** do presente certame, constitui PRESUNÇÃO RELATIVA DE INEXEQUIBILIDADE, à luz do disposto no art. 48, § 1º, da Lei 8.666/93, o preço global proposto cujo valor final esteja compreendido na faixa fixada na regra aritmética abaixo:

$$30\% \text{ DO VR OU MP} \leq VP \leq 70\% \text{ DO VR OU MP}$$

Onde:

- 1) VP – Valor da proposta final após a fase de lances;
- 2) MP – Média das propostas finais após a fase de lances, a qual será calculada considerando apenas as propostas finais inferiores a valor de referência e superiores a 50% de tal valor;
- 3) VR – Valor máximo de referência orçado pela Administração;

4) Será considerado o menor dos valores entre o VR e MP;

14.04 – Se constatada a **presunção de inexequibilidade do preço** final proposto, o pregoeiro deverá efetuar diligências, nos termos do § 3º do art. 43 da Lei 8.666/93, para permitir ao licitante demonstrar a exequibilidade de seu preço, **por meio da apresentação de planilha de custos e respectivas cópias de notas fiscais ou propostas de fornecedores, ou outros documentos probatórios hábeis**, adotando o seguinte procedimento:

- a) o Pregoeiro solicitará ao licitante, via CHAT, a apresentação de documentação comprobatória da viabilidade da proposta apresentada, no prazo de até 60 MINUTOS;
- b) o licitante deverá encaminhar por meio da opção “Enviar Anexo”, do sistema COMPRASNET, a documentação solicitada; ou requerer, em razão da complexidade do objeto, a dilação do prazo indicado na alínea anterior;
- c) o Pregoeiro poderá dilatar o prazo para até 48 HORAS, com a devida suspensão da sessão, ou decidirá motivadamente sobre o fato, com base na documentação apresentada;
- d) o licitante deverá apresentar planilha de custo e formação de preço para o objeto cotado, como também apresentar documentos que comprovem o seu custo ou utilizar qualquer meio de prova admitido em Direito (se for o caso);
- e) a inexequibilidade não será apurada em relação a **itens isolados** da planilha de custo e formação de preços, mas apenas em referência ao preço global;
- f) para fins de adequação da proposta, o pregoeiro poderá solicitar que sejam realizadas **correções da planilha de custo e formação de preços**, desde que não haja majoração de preço global proposto.

14.05 - Caso todos os licitantes tenham apresentado preços finais superiores ao MÁXIMO FIXADO NO EDITAL, será realizado **negociação** prévia (**item 15 deste Edital**), na ordem de classificação, para fins de redução de preços. Não logrando sucesso tal negociação, o Pregoeiro procederá à desclassificação de todas as propostas, podendo declarar FRUSTRADO O CERTAME, ou aplicar a regra prevista no art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93.

14.06 - Não se considerará qualquer **oferta de vantagem não prevista** neste Edital e seus apêndices, inclusive doações ou financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

15 – DA NEGOCIAÇÃO

15.01 – ACEITA a proposta melhor classificada por GRUPO, o Pregoeiro procederá à negociação por meio do chat, sendo o licitante convocado para, **no prazo fixado pelo Pregoeiro (que não será inferior a 15 minutos)**, pronunciar-se quanto à possibilidade ou não da **redução dos preços**, prorrogável a pedido do licitante e a critério do Pregoeiro.

15.02 – Eventual(is) redução(ões) de preço(s) alcançada(s) na NEGOCIAÇÃO será(ão) informado(s) via CHAT pelo licitante e, posteriormente, registrado no Sistema diretamente pelo Pregoeiro, por ocasião da classificação da(s) proposta(s).

15.03 - Na ausência de manifestação do licitante quanto à convocação disposta no item 15.01 deste Edital, o Pregoeiro poderá dar seguimento ao certame, prevalecendo o valor do último lance ofertado, SALVO SE O PREÇO FINAL PROPOSTO FOR SUPERIOR AO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO.

15.04 – Caso o PREÇO FINAL da proposta melhor classificada seja superior ao PREÇO MÁXIMO, e não havendo sucesso na negociação junto a tal licitante, proceder-se-á na forma fixada no **item 14.05** deste Edital.

16 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA E DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

16.01 - Nos termos fixados no item 8 deste Edital, a PROPOSTA COMERCIAL ESCRITA (e os documentos técnicos pertinentes ao objeto), como também a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, deverão ser, previa e exclusivamente, anexadas ou enviadas pelo Sistema COMPRASNET, até a data e horário de abertura da sessão pública do certame, podendo o **Pregoeiro**, a seu critério e considerando a natureza do objeto e as regras editalícias, solicitar durante a fase de aceitação e julgamento:

- a) Via CHAT, que a empresa encaminhe a proposta comercial ajustada ao lance final, como também

eventual documentação complementar necessária ao julgamento, por meio da opção “ENVIAR ANEXO” do Sistema COMPRASNET, segundo os prazos específicos fixados nos **itens 17.03 e 19.06** deste Edital, contados da convocação do **Pregoeiro**, prorrogável a pedido do licitante e/ou a critério do pregoeiro, desde que a situação assim exija;

b) Na impossibilidade do encaminhamento da proposta ou documentação via Sistema COMPRASNET (**ATENÇÃO: Lembrar que qualquer encaminhamento de proposta ou documentação antes do fim da etapa de disputa prejudicará o anonimato**), faculta-se ao(s) licitante(s) o seu envio por e-mail (pregoeiro@jfrn.jus.br), observados os prazos fixados. Neste caso, a referida documentação será disponibilizada no site oficial da Justiça Federal de Primeiro Grau no RN no link (<http://www.jfrn.jus.br/transparencia/pregao/pregao.xhtml>).

c) Se o licitante não estiver logado e/ou não responder, via CHAT, à convocação do **Pregoeiro**, terá o prazo indicado na alínea "a" deste item para envio da documentação solicitada, sob pena de **decair do direito de participar da licitação** e ter sua proposta DESCLASSIFICADA ou ser INABILITADO, observado o disposto no item 09.04 deste Edital;

d) Para fins de viabilização operacional, **o Pregoeiro poderá convocar e reconvocar “Anexo” quantas vezes se fizerem necessárias**, tendo em vista a finalidade do ato e a ampliação da competitividade;

e) Para fins de viabilizar a juntada dos documentos no sistema interno de processos administrativos virtuais da SJRN (SEI), a empresa deverá anexar documentação no tamanho máximo de 5MB, facultando sua divisão para observância deste limite, **devendo nomear os documentos levando em consideração o seu conteúdo**.

16.02 – Sob pena de INABILITAÇÃO ou DESCLASSIFICAÇÃO, toda a proposta e documentação exigida neste Edital (e seus apêndices) deverá ser emitida **em nome do licitante**, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

a) no caso em que o licitante seja **matriz**, a documentação deverá ser emitida com CNPJ da **matriz**;

b) no caso em que o licitante seja **filial**, a documentação deverá ser emitida com CNPJ da **filial**, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito (CND) perante o INSS, **desde que conste no próprio documento a validade para a matriz e a filial**; como também, quanto ao Certificado de Regularidade de Situação (FGTS), para o licitante que proceda ao recolhimento dos encargos de forma centralizada;

c) será dispensada a apresentação, no nome e no CNPJ da filial, daquele documento que pela própria natureza apenas seja emitido em nome da **matriz**;

d) o CNPJ indicado nos documentos da proposta de preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento do licitante que efetivamente executará o objeto da presente licitação.

e) Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

16.03 – Em se tratando de ME/EPP, e havendo alguma RESTRIÇÃO na comprovação da HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, será assegurado o prazo de 05 DIAS ÚTEIS, cujo termo inicial corresponderá ao momento da convocação para assinatura da ARP e/ou nota de empenho, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões.

16.04 - A não regularização da documentação fiscal no prazo indicado no subitem anterior implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus apêndices, sendo facultado à Justiça Federal de Primeiro Grau no RN convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar o contrato ou ARP, ou até cancelar a licitação.

16.05 – Na hipótese de o licitante não atender ao chamado para anexar ou enviar a PROPOSTA COMERCIAL ESCRITA, poderá o julgamento ser realizado com base na proposta comercial eletrônica inicialmente cadastrada no sistema COMPRASNET, caso conste descrição completa do objeto licitado com todas as informações necessárias e suficientes, de maneira que seja possível a análise da qualidade do objeto proposto, a critério do Pregoeiro.

16.06 - O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar documentação complementar à proposta e

habilitação, poderá ser DESCLASSIFICADO ou INABILITADO e sujeitar-se-á às SANÇÕES ADMINISTRATIVAS previstas neste edital (**item 28**), sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

16.07 - As empresas participantes do certame somente deverão encaminhar propostas, declarações ou quaisquer outros documentos se expressamente previstos no Edital (e seus apêndices) e/ou solicitado pelo Pregoeiro, mediante notificação efetuada pelo canal de comunicação (CHAT), sob pena de serem estes descartados.

16.08 - A documentação original ou cópia autenticada, **caso seja solicitada expressamente pelo Pregoeiro**, deverá ser encaminhada, no prazo de 05 DIAS ÚTEIS, contado da solicitação, ao endereço constante no preâmbulo deste Edital e em atenção à Seção de Licitações e Contratos desta Instituição.

16.09 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

17 – DA PROPOSTA COMERCIAL

17.01. Havendo aceitação da proposta comercial eletrônica classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá solicitar do(s) licitante(s) vencedor(es) o encaminhamento da proposta comercial escrita, devidamente ajustada ao último lance ou ao valor negociado.

17.02 – A PROPOSTA COMERCIAL ESCRITA deverá conter, preferencialmente, as seguintes informações e documentos (APÊNDICE IV):

a) folha de rosto em **papel timbrado da empresa**, contendo a firma ou denominação do particular, inclusive com o número do CNPJ, endereço, telefone e e-mail, bem como referência ao número do presente certame, o nome do Órgão a quem se destina, valor global em algarismos e por extenso, prazo de validade, e outras informações pertinentes;

b) **indicação da quantidade e dos preços unitário e total**, conforme especificações contidas do termo de referência (APÊNDICE I).

17.03 - O Pregoeiro poderá o(s) particular(es), via CHAT, para encaminhar a respectiva proposta ajustada, por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema COMPRASNET, no prazo de 120 MINUTOS (podendo ser prorrogado a requerimento do interessado e a critério do Pregoeiro), observados os procedimentos e regras fixados no item 16 deste Edital, podendo esse prazo ser prorrogado a requerimento do interessado e/ou a critério do Pregoeiro.

18 – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

18.01 - O JULGAMENTO DA PROPOSTA será realizado pelo critério do MENOR PREÇO POR GRUPO, observadas as exigências mínimas de qualidade do objeto proposto pelo licitante.

18.02 – O **Pregoeiro** poderá solicitar PARECER TÉCNICO à unidade solicitante, para fins de avaliação da conformidade do objeto cotado às especificações técnicas contidas no Termo de Referência (APÊNDICE I).

18.03 - Será DESCLASSIFICADA, por **despacho fundamentado**, a proposta do licitante que, ressalvadas as situações e procedimentos previstos nos itens 18.07 a 18.09 deste Edital:

a) deixar de indicar, anexar ou comprovar as informações exigidas neste Edital (e seus apêndices);

b) indique objeto que não atenda a todas as exigências de **qualidade** e às especificações técnicas contidas no Termo de Referência (APÊNDICE I);

c) não contenha **quantidade numérica e unidade métrica**, conforme contida no Termo de Referência (APÊNDICE I).

18.04 – Será CLASSIFICADA a proposta que atende satisfatoriamente a todas as exigências fixadas no Edital e seus apêndices, bem como cujo objeto proposto esteja tecnicamente conforme com as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência (APÊNDICE I).

18.05 - Se a proposta for DESCLASSIFICADA, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital e seus apêndices, segundo os procedimentos fixados nos subitens anteriores.

18.06 – Escolhida a proposta que melhor atenda aos fins pretendidos, segundo as regras do Edital e seus apêndices, o Pregoeiro passará à fase de HABILITAÇÃO.

18.07 - Determinadas informações e formalidades exigidas pelo presente Edital e seus apêndices que não afetem a essência da proposta do licitante poderão ser dispensadas pelo Pregoeiro, **ou até mesmo complementadas via sistema (via CHAT) ou da ferramenta "Enviar Anexo"**, a qualquer momento durante a fase de julgamento, no sentido de ampliar a competitividade e atingir a finalidade do certame, mediante **despacho fundamentado**.

18.08 – Quaisquer modelos apensos (ou anexados) a este Edital servem **apenas como orientação aos licitantes**, não sendo motivo de desclassificação, a apresentação de propostas ou documentos que sejam elaboradas de forma diferente, mas que contenham os elementos essenciais para comprovação das informações necessárias.

18.09 - No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, o pregoeiro **poderá**:

a) solicitar complementação de informações, documentos e **ajustes na proposta escrita** para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;

b) solicitar **ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços** para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração do valor global proposto;

c) **sanar erros ou falhas** que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos anexos, mediante **despacho fundamentado**, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;

d) **realizar diligências** em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos.

18.10 - Sempre que a proposta NÃO FOR ACEITA OU FOR DESCLASSIFICADA, e antes de o Pregoeiro passar à análise da subsequente, haverá nova verificação automática, pelo Sistema, da eventual ocorrência do empate, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, podendo reabrir-se os procedimentos previstos no item 12 deste Edital.

19 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

19.01 – A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO no presente certame compreenderá, a qual deverá ser, prévia e exclusivamente, encaminhada via Sistema COMPRASNET, até a data e horário de abertura da sessão eletrônica inicial do certame:

19.01.01 – HABILITAÇÃO JURÍDICA (conforme o caso):

a) EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: documento comprobatório da inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis competente (Junta Comercial);

b) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) - CCMEI - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI) – ato constitutivo em vigor, devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso);

d) SOCIEDADE EMPRESÁRIA: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso), JUNTAMENTE com o último aditivo, ou SOMENTE o ato constitutivo consolidado e aditivos firmados posteriormente à referida consolidação;

e) SOCIEDADE POR AÇÕES: além dos documentos exigidos na alínea “c” deste subitem, apresentar os documentos de eleição de seus administradores;

f) SOCIEDADE SIMPLES: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

g) EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA: decreto de autorização, assim como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

19.01.02 – REGULARIDADE FISCAL FEDERAL E TRABALHISTA

a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

b) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal.

c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

d) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

19.01.03 – DECLARAÇÕES

a) MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - Declaração eletrônica de que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;

b) NÃO EMPREGA TRABALHO DE MENOR - Declaração eletrônica de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

c) NÃO UTILIZA TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO - Declaração eletrônica de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO - Declaração eletrônica de que inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) REQUISITOS DE HABILITAÇÃO - Declaração eletrônica de que cumpre plenamente as condições de habilitação fixadas no Edital e seus apêndices;

f) ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA - Declaração eletrônica de que elaborou de forma independente a proposta comercial e seu(s) lance(s).

19.02 – As declarações exigidas no subitem 19.01.04 deverão ser realizadas eletronicamente no momento do cadastro da respectiva proposta e poderão ser extraídas pelo Pregoeiro diretamente do Comprasnet, não sendo de apresentação ou encaminhamento obrigatório pelo licitante.

19.03 – Em se tratando de certame exclusivo às microempresas e empresas de pequeno porte (exceto para o grupo 5), as licitantes deverão apresentar, além dos demais documentos de habilitação, o **documento de comprovação do enquadramento como ME ou EPP**, bem como toda a documentação exigida para efeito de comprovação de REGULARIDADE FISCAL, **mesmo que esta apresente alguma restrição**.

19.04 - O licitante que estiver com **registro regular** e em **situação válida** no SICAF, nos níveis de "Credenciamento", "Habilitação Jurídica" e "Regularidade Fiscal Federal", poderá deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA e REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, **exceto as certidões indicadas no subitem 19.01.02 que não constem no cadastro do fornecedor ou cujo prazo de validade estejam expirados**.

19.05 – A critério do Pregoeiro, caso haja disponibilidade ON LINE e seja favorável à agilidade e competitividade do certame, **poderão ser realizadas consultas diretamente aos sítios institucionais na Internet** para fins de **comprovação de regularidade de situação** dos licitantes, fazendo constar, via CHAT, na ata dos trabalhos tais diligências.

19.06 – Não havendo indicação no corpo da própria certidão ou documento oficial apresentado para comprovação das exigências de habilitação previstas nesta cláusula, serão considerados válidos todos aqueles emitidos há, no máximo, **180 DIAS** da data da sessão inicial do presente certame.

20 – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

20.01 - Havendo julgamento favorável à classificação da(s) proposta(s) comercial(is), o Pregoeiro poderá convocar o(s) particular(es), via CHAT, para encaminhar ao Sistema COMPRASNET, por meio da opção “ENVIAR ANEXO”, no prazo de até 120 MINUTOS (podendo ser prorrogado a requerimento do interessado e a critério do Pregoeiro), documentação complementar, ou até mesmo documento de habilitação que deveria ter sido anexado anteriormente ao Sistema COMPRASNET, desde que disponível com a licitante e emitido em data anterior à data da sessão, observada a regra contida no itens 19.02 a 19.06 e os procedimentos e regras fixados no item 16 deste Edital.

20.02 - Será acessado o SICAF para fins de consulta do cadastro do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar, para fins de verificação parcial da habilitação de cada licitante, sendo impresso o extrato que integrará a documentação de habilitação do(s) licitante(s).

20.03 – Além da regularidade da documentação já abrangida pelo SICAF, serão visualizadas e impressas as **declarações eletrônicas** para fins de cumprimento do exigido no subitem 19.01.04 deste Edital.

20.04 - Para fins de julgamento da habilitação, poderá haver a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e/ou documentos diversos, como forma de provar a autenticidade dos documentos/certidões e regularidade do licitante, ou até para fins de obtenção de certidões e informações, sendo comprovadas nos autos tais diligências.

20.05 – Caso o licitante não seja cadastrado no SICAF, ou esteja com alguma certidão com prazo de validade vencida, **poderá o Pregoeiro e/ou a equipe de apoio realizar diligências eletrônicas diretamente nos sítios oficiais.**

20.06 - O Pregoeiro **poderá solicitar parecer técnico à unidade solicitante, bem como assessoria contábil**, para fins de avaliação da conformidade da documentação de habilitação técnica e qualificação econômico-financeira às exigências contidas no edital (e seus apêndices).

20.07 – Poderá ser INABILITADO o licitante que:

- a) deixar de encaminhar ou de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no **item 19** deste Edital;
- b) apresentar **certidão** ou outro documento com **prazo de validade vencido**, ressalvadas os permissivos contidos nos **itens 16.03 e 19.06** deste Edital;
- c) apresentar quaisquer documentos em desacordo com este Edital, inclusive quanto ao previsto no **item 16.02** deste Edital;
- d) não contenha em seu ato constitutivo **atividade econômica compatível** com o objeto da presente licitação;
- f) não comprove exigência(s) de habilitação prevista neste Edital e seus apêndices.

20.07 – Sendo o licitante ME/EPP, não será motivo de INABILITAÇÃO a existência de **restrições** na sua HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, sendo observado o seguinte procedimento:

- a) será o licitante DECLARADO HABILITADO no certame para fins de posterior regularização, nos termos definidos na Lei Complementar nº 123/2006.
- b) será assegurado o prazo de 05 DIAS ÚTEIS, **cujo termo inicial corresponderá ao momento da convocação para assinatura da ARP ou do termo de contrato**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões, visando levantar a(s) restrição(ões) identificada(s) na fase de habilitação.
- c) a não regularização da situação fiscal no prazo fixado na alínea anterior, haverá a **decadência do direito à contratação**, sendo facultado à Justiça Federal de Primeiro Grau no RN convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar o contrato ou ARP, ou até cancelar a licitação.

20.08 - Será HABILITADO o licitante que comprovar satisfatoriamente todos as capacidades subjetivas exigidas no **item 19** deste Edital.

20.09 – No julgamento da habilitação, poderá o **Pregoeiro** adotar os procedimentos, diligências e decisões previstas nos **itens 18.06 a 18.09** deste Edital, sempre no sentido de **sanar erros ou falhas** que não prejudiquem a validade e segurança jurídica da documentação apresentada.

21 - DO RECURSO ADMINISTRATIVO

21.01 – Declarado o(s) vencedor(es), o Pregoeiro abrirá prazo mínimo de 20 MINUTOS, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua **INTENÇÃO DE RECORRER** com registro da síntese de suas razões, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(is) motivo(s).

21.02 – O recurso administrativo poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pelo Pregoeiro durante todo o certame, não sendo meio adequado para impugnar regras do edital e seus apêndices.

21.03 – Havendo registro de **INTENÇÃO DE RECURSO**, o **Pregoeiro** fará **juízo de admissibilidade da intenção de recorrer** manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema, em razão da não observância dos **pressupostos recursais de admissibilidade**.

21.04 – Será **rejeitada** a **INTENÇÃO DE RECURSO** de **caráter protelatório** que:

- a) seja registrada por quem não tenha legítimo interesse;
- b) seja intempestiva;
- c) não ataque ato decisório ou procedimental praticado pelo Pregoeiro no certame; e/ou
- d) fundamentada em **mera insatisfação do licitante**, sem alegação de qualquer fato prejudicial ou desconforme com o presente Edital e/ou com a legislação vigente.

21.05 – A recorrente que tiver sua **intenção de recurso aceita** terá o prazo de 03 DIAS para apresentar as **razões do recurso**, por meio de registro no sistema ou via e-mail (pregoeiro@jfrn.jus.br), ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar **contrarrazões**, também via sistema ou por e-mail, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

21.06 – Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis no próprio sistema COMPRASNET.

21.07 – Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, o pregoeiro deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de **juízo de retratação**:

- a) **reconsiderar**, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou,
- b) **manter** inalterada a decisão recorrida.

21.08 – Em qualquer das situações contidas no **item 21.07**, o processo deverá ser submetido, depois de devidamente instruído pelo **Pregoeiro**, à **análise hierárquica superior** para fins de decisão final, podendo o Diretor do Foro:

- a) decidir de pronto o **mérito do recurso**, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão do Pregoeiro.
- b) determinar **prévia emissão de pareceres** da área técnica interessada e/ou parecer jurídico para fins de decisão.

21.09 – Não é imprescindível haver total correspondência entre os fatos e fundamentos indicados na intenção de recurso e as razões escritas do respectivo recurso.

21.10 – A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema importa preclusão do direito e julgamento do recurso, segundo os fatos e fundamentos indicados na própria intenção.

21.11 – Não cabe **recurso adesivo** por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.

21.12 – Na análise e julgamento do recurso, poderá o pregoeiro baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento da unidade técnica responsável pela especificação do objeto, bem como para Assessoria Jurídica e/ou Assessoria Contábil.

21.13 – O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, sendo reaberta a Sessão Pública para fins de prosseguimento do certame (**item 22**).

21.14 – A aceitação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em

relação ao(s) item(ns)/grupo(s) recorrido(s), **inclusive quanto ao prazo de validade da proposta**, o qual somente começará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro em face dos demais itens do objeto da licitação.

22 - DA REABERTURA DA SESSÃO

22.01 - A Sessão Pública poderá ser REABERTA, em prazo não inferior a 24 HORAS, em relação ao(s) GRUPO(S) do objeto que apresente os seguintes eventos, observada sempre a **ordem classificatória** da fase de lances:

- a) Julgamento favorável em sede de recurso administrativo que leve à **anulação** de atos da fase preparatória ou da própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- b) Constatado **erro/impropriedade** na aceitação e julgamento da proposta, ou no julgamento da habilitação, sendo retroagido o certame aos procedimentos imediatamente anteriores ao instante do erro/impropriedade declarada;
- c) Licitante declarado vencedor que **não assinar** a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual, não havendo CADASTRO RESERVA, sendo o certame retomado da fase de aceitação e julgamento das propostas;
- d) Licitante ME/EPP com **restrição da habilitação fiscal e trabalhista** que seja vencedora do certame e não comprovar tal regularidade no prazo fixado neste Edital, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, sendo reiniciados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;
- e) Licitante vencedor que **não mantenha as condições de participação e de habilitação** até o momento da assinatura da ARP ou do instrumento contratual, sendo reiniciados os procedimentos de aceitação e julgamento das propostas.

22.02 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a Sessão reaberta, sendo devidamente registrados no Sistema Comprasnet a data e hora de tal reabertura, observadas os seguintes meios:

- a) A convocação se dará por meio do sistema Comprasnet (CHAT” ou evento de reabertura) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;
- b) A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados; e,
- c) A convocação para reabertura também será divulgada com antecedência por meio do sítio oficial da Instituição, no link (<http://www.jfrn.jus.br/transparencia/pregao/pregao.xhtml>), cabendo ao licitante acompanhar as informações e publicações contidas naquele canal de acesso.

22.03 - À Sessão Pública reaberta aplica-se todos os procedimentos e regras de processamento fixadas neste Edital, a depender apenas da fase em que se retomarão os trabalhos.

23 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

23.01 – Quando não houver recurso administrativo, o Pregoeiro encerrará a sessão e ADJUDICARÁ o objeto ao(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) for(em) considerada(s) vencedora(s) do certame. Neste caso, o Pregoeiro encaminhará o processo, devidamente instruído, à apreciação da DIREÇÃO DO FORO para fins de HOMOLOGAÇÃO.

23.02 – Caso haja RECURSO ADMINISTRATIVO, o processo será submetido à superior consideração da DIREÇÃO DO FORO para fins de **decisão final do recurso, homologação** do certame e **adjudicação** do objeto ao(s) vencedor(es), POR GRUPO.

23.03 – Por meio de DESPACHO fundamentado, poderá o Diretor do Foro:

- a) **homologar** o certame para produção de todos os efeitos de fato e de direito previstos na legislação;
- b) **anular**, total ou parcialmente, em razão de ilegalidade, determinando o aproveitamento dos atos não viciados; ou,
- c) **revogar**, total ou parcialmente, o certame por razões de conveniência e oportunidade, à luz do interesse

público primário tutelado.

23.05 – Não havendo homologação do certame, decorridos 90 DIAS da data de abertura das propostas, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s).

24 – DA PUBLICIDADE

24.01 – O presente Edital será publicado, em forma de AVISO, nos termos estabelecidos no artigo 20 do Decreto nº 10.024/2019, no **Diário Oficial da União**.

24.02 – O AVISO DE LICITAÇÃO também será divulgado no Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.governamentais.gov.br) e Sítio Oficial da Instituição na Internet pelo link (<http://www.jfrn.jus.br/transparencia/pregao/pregao.xhtml>).

24.03 - Todos os documentos, pareceres e atos decisórios do procedimento licitatório durante a FASE EXTERNA serão divulgados via Internet no Sítio Oficial da Instituição pelo link (<http://www.jfrn.jus.br/transparencia/pregao/pregao.xhtml>) e/ou no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET (www.compras.governamentais.gov.br).

24.04 – O extrato do futuro Termo de Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços (ARP) será publicado no DOU – Diário Oficial da União, Seção III, nos termos determinados pelos arts. 15, § 2º, e 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

25 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.01 – As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral da União, classificadas no(s) elemento(s) de despesa e programa(s) de trabalho indicado(s) no **item 7.1** do Termo de Referência (APÊNDICE I).

26 – DO PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

26.01 – A liquidação e o pagamento da despesa serão realizados conforme disposto no **item 7.2** do Termo de Referência (APÊNDICE I).

26.02 – Havendo **atraso de pagamento** por parte da Administração, e não tendo o particular concorrido de alguma forma para tanto, será devida correção monetária do valor devido, entre a data prevista para o pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, nos termos e metodologia fixada no **item 7.4** do Termo de Referência (APÊNDICE I).

27 – DO REAJUSTE E DA REVISÃO DE PREÇOS

27.01 - Os preços registrados na ARP não serão reajustados, conforme estabelece a legislação vigente.

27.02 - Os preços referentes ao(s) objeto(s) contratado(s) poderão ser reajustados se decorridos 1 ANO da data da apresentação da proposta, nos termos fixados na alínea "b" do item 7.5 do Termo de Referência (APÊNDICE I).

27.03 – Havendo comprovado desequilíbrio contratual, caberá revisão de preços pactuados, para mais ou para menos, nos termos fixados nos arts. 57, § 1º, 58, § 2º e 65, II, d, e §§ 5º e 6º, todos da Lei 8.666/93.

27.04 – No caso de desequilíbrio contratual, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o *quantum* do impacto negativo na economia contratual.

28 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.01 - As **sanções administrativas** cabíveis nos casos de condutas contrárias às regras fixadas neste Edital são aquelas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, bem como do artigo 7º da Lei 10.520/2002, sendo o procedimento de eventual aplicação realizado, de forma objetiva, segundo a sistematização disciplinada no Regulamento Interno de Aplicação de Sanções Administrativas - **Portaria nº 255/2014–DF**, e alterações posteriores, disponível em: <http://www.jfrn.jus.br/transparencia/regulamentos/regulamentos.xhtml>.

28.02 – As condutas dos licitantes que contrariem regras deste edital e seus apêndices, como também que venham a tumultuar a tramitação regular do certame, serão classificadas à proporção de sua gravidade, conforme tabela abaixo:

CONDUTA	GRAVIDADE

Infrações de menor gravidade que não acarretem prejuízos à Administração ou ao interesse público primário	Falta leve
Comportar-se de modo inidôneo ou de forma a tumultuar o certame	Falta grave
Cadastrar propostas comerciais eletrônicas com valores exorbitantes em relação ao valor máximo	
Cadastrar proposta comercial eletrônica contendo qualquer nome, texto, elemento ou caractere especial que possa facilitar a sua identificação durante a fase de lances	
Utilizar robô ou outro meio automático de envio de lances para obter vantagem na competição	Falta gravíssima
Não atender ao chamado do Pregoeiro via CHAT que resulte na sua desclassificação ou inabilitação	
Não apresentação de situação fiscal e trabalhista regular no ato da assinatura do contrato ou da nota de empenho, salvo exceção do item 20.07	
Não entregar documentação exigida no edital ou solicitada pelo Pregoeiro	
Apresentar documentação falsa	
Não manter a proposta ou lance registrado no Sistema COMPRASNET	
Fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal	
Recusar-se a assinar o termo de contrato ou a ARP dentro do prazo previsto no item 29.08	
Recusar-se a honrar o compromisso assumido com o CADASTRO RESERVA na ARP	
Não apresentar a documentação e informações necessárias à contratação	

28.03 - Em caso de ocorrência de outra(s) conduta(s) também considerada(s) de natureza atentatória aos termos deste Edital e seus apêndices, será realizada a sua classificação de gravidade entre de LEVE a GRAVÍSSIMA, observado o critério da proporcionalidade.

28.04 - Caberá ao Pregoeiro a comprovação da conduta inadequada e/ou ilícita do licitante durante o certame, inclusive com a respectiva indicação de sua gravidade.

28.05 – Caberá a Comissão Permanente de Aplicação de Sanções Administrativas o processamento e julgamento das denúncias de ilícitos administrativos praticados pelos licitantes nos certames licitatórios, conforme Portaria disponível em
<http://www.jfrn.jus.br/transparencia/regulamentos/regulamentos.xhtml>.

29 – DA CONTRATAÇÃO

29.01 – A **contratação** do objeto da presente licitação será formalizada por intermédio de **nota de empenho de despesa ou autorização de compra**, contendo as informações fundamentais relativas às partes pactuantes, ao objeto a ser cumprido e das condições gerais contratadas, nos termos do art. 62, *caput*, da Lei 8.666/93.

29.02 – A **vigência** da(s) contratação(ões) decorrente(s) desta licitação observará os prazos e condições fixados no Termo de Referência (APÊNDICE I).

29.03 – O particular com preços registrados na ARP será NOTIFICADO, via e-mail ou por ofício, para, no prazo de 05 DIAS ÚTEIS, contados da convocação, assinar e retirar a nota de empenho de despesas, nos termos do art. 64, da Lei 8.666/93. O aludido prazo poderá ser prorrogado uma vez, por até igual período, quando solicitado pelo licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

29.04 – A assinatura ou ciência da nota de empenho poderá ocorrer por via eletrônica no sistema processual SEI – Sistema Eletrônico de Informações, conforme procedimentos indicados no item 30.09 deste Edital

29.05 – Convocado para assinatura ou aceitação da nota de empenho de despesas ou da autorização de compra, o particular deverá (conforme o caso) apresentar a documentação necessária para tanto, nos termos fixados neste Edital e seus apêndices.

29.06 – O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que porventura se fizerem necessários, até o limite legalmente permitido, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº. 8.666/93.

29.07 – A(s) empresa(s) a ser(em) contratada(s) deverá(ão) observar o inserto no inciso VI, art. 2º, da Resolução nº 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça (alterada pela Resolução 299/2016) que veda a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas,

assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação; bem como o previsto no artigo 3º da mesma Resolução (redação dada pela Resolução nº 09/2005), no tocante à vedação de manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que possua em seu quadro, ou que venha a contratar, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo na ocorrência de quaisquer das hipóteses suso descritas, comunicar, de imediato e por escrito, a esta Seção Judiciária.

29.08 – A recusa do particular em atender às convocações de que tratam o item 29.03 deste Edital, desde que ocorram dentro do prazo de vigência da ARP, sujeita-os às sanções previstas neste Edital e seus apêndices, sem prejuízos das demais penalidades legalmente estabelecidas.

30 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.01 – A critério da Administração, poderá a presente LICITAÇÃO:

a) ter a sessão inicial ADIADA, por conveniência da Administração, mediante prévia publicação no Diário Oficial da União e registro no COMPRASNET, para fins de obtenção de melhores condições de análise de pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações do edital, ou por outras razões de interesse da Instituição.

b) ser SUSPENSA, por conveniência da Administração, mediante prévia publicação no Diário Oficial e registro no Comprasnet, para fins de readequação de eventuais falhas e/ou inadequações identificadas.

c) ser REVOGADA, a juízo da Administração, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

d) ser ANULADA, de ofício ou por provocação de terceiros, caso haja invalidade ou ilegalidade, mediante Despacho escrito e devidamente fundamentado, podendo ser aproveitados os atos pretéritos ao momento da ilegalidade.

30.02 - A anulação do procedimento licitatório induz a da contratação, mantendo-se hígidos todos os atos não contaminados pela ilegalidade declarada.

30.03 - Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

30.04 – O Pregoeiro, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, no sentido de ampliar a competição e de melhor alcançar a finalidade pública pretendida com o presente certame.

30.05 – Na contagem dos prazos previstos neste instrumento convocatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme determina o art. 110, da Lei nº. 8.666/93.

30.06 – As regras do presente certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse público primário, a finalidade e a validade e segurança jurídica da contratação.

30.07 – A participação nesta licitação implica na **aceitação plena e irrevogável das regras** constantes do presente ato de convocação, independentemente de declaração expressa.

30.08 – Será aceito como comunicação oficial e/ou meio de prova das formalidades inerentes a este certame, os documentos, correspondências, comunicação e/ou notificações disponíveis em sítios oficiais de instituições públicas na Internet e/ou encaminhadas por e-mail (pregoeiro@jfrn.jus.br), bem como registrados no Sistema COMPRASNET ou publicados no Diário Oficial da União, nos termos da legislação.

30.09 – A assinatura da **Ata de Registro de Preços** ocorrerá, preferencialmente, por **via eletrônica** diretamente no sistema processual SEI – Sistema Eletrônico de Informações, de modo que o(s) representante(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) (ou aceita(s) no CADASTRO DE RESERVA) deverá(ão) realizar cadastro(s) para acesso(s) ao SEI para fins de assinatura(s) digital(is), conforme procedimentos abaixo:

1. Acesse o link: <https://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuarioexternoenviarcadastro&acao_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0>;
2. Preencha os dados cadastrais;
3. Todos dados devem ser da pessoa responsável pela assinatura do contrato;
4. O e-mail solicitado no item “Dados de Autenticação” deverá ser um e-mail válido, uma vez que servirá para recebimento das comunicações com a JFRN, diretamente através do sistema SEI;
5. É solicitada a criação de uma senha (com no mínimo 08 caracteres, sendo apenas letras e números). Esta senha, juntamente com o e-mail cadastrado, será a chave para assinatura dos documentos necessários. Portanto, é de inteira responsabilidade da contratada o gerenciamento dessa senha;
6. Logo após a realização do cadastro, a contratada receberá um e-mail informando que a solicitação foi encaminhada para análise, bem como informando que seja encaminhado ao e-mail ged@trf5.jus.br os documentos RG, CPF e comprovante de residência devidamente cadastrados;
7. Até 24 horas após o recebimento da documentação da contratada, o cadastro será aprovado. A contratada receberá novo e-mail com essa informação;
8. Após o cadastro aprovado, a Seção de Licitações e Contratos da JFRN encaminhará, via sistema SEI, a documentação para assinatura;
9. A contratada receberá, pelo e-mail cadastrado no sistema, a comunicação da disponibilização da documentação para assinatura; e,
10. A(s) contratada(s), titular(es) da ARP e empresa(s) do Cadastro Reserva deverá(ão) entrar no sistema SEI (acesso para usuários externos), localizado na parte inferior direita da página da JFRN (www.jfrn.jus.br), com o e-mail e senha cadastrados, para realização da(s) assinatura(s) dos respectivos documentos.

30.10 – Os casos omissos neste edital e seus apêndices serão resolvidos pelo pregoeiro, que se baseará nos princípios aplicáveis à Administração Pública e às licitações públicas, como também nas disposições contidas na Leis n.ºs. 8.666/93 e 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, nos decretos n.ºs 7.892/2013, 8.538/2015 e 10.024/2019.

30.11 - Maiores esclarecimentos e informações sobre este Pregão Eletrônico serão prestados pelo pregoeiro no endereço constante do preâmbulo deste edital, pelo fone (84) 4005-7632 ou pelo endereço eletrônico pregoeiro@jfrn.jus.br.



Documento assinado eletronicamente por **AMANDA CAVALCANTE OLIVEIRA, SUPERVISOR(A) DE SEÇÃO**, em 17/08/2021, às 17:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2267987** e o código CRC **CE0BB654**.

**TERMO DE REFERÊNCIA****1 – DA FINALIDADE**

1.1. O presente termo de referência tem por finalidade fornecer elementos necessários e suficientes, baseado nos estudos técnicos preliminares acostados aos autos, à realização de procedimento licitatório visando formalizar **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA**, cujas especificações técnicas, quantidades e demais condições encontram-se detalhados no presente documento, nos termos exigidos no art. 3º, XI, Alínea 'a', número 1 c/c art. 14, I, ambos do Decreto n.º 10.024/2019.

1.2. São órgãos e entidades participantes deste procedimento de formalização da ARP:

- a. Órgão Gerenciador: Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio Grande do Norte

2 – DOS ANEXOS E DAS DEFINIÇÕES**2.1 – Dos Anexos:**

Fazem parte integrante deste Termo de Referência os seguintes anexos:

- a. ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar
b. ANEXO II - Portaria 255/2014-DF

2.2 – Das Definições:

No âmbito deste Termo de Referência, consideram-se as seguintes definições:

- a. ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO – Justiça Federal de Primeiro Grau no RN.
b. PARTICULAR – Empresa interessada em participar do procedimento de contratação do objeto em tela.
c. CONTRATADA – O Particular vencedor do certame licitatório.
d. NOTA TÉCNICA – É o documento de aceitação ou rejeição do objeto fornecido, no qual deverá constar, entre outras, as informações referentes aos valores retidos e/ou glosados, conforme modelo padrão aprovado pela Fiscalização.

3 – DA DESCRIÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

O objeto do presente termo de referência possui as seguintes características técnicas e condições, as quais deverão ser rigorosamente observadas por ocasião da formulação do preço a ser proposto:

3.1 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, QUANTIDADES E UNIDADES:

GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	ÓRGÃO	QUANTIDADE
1	1	310507	Água sanitária, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem plástica com 05 litros, registrado na ANVISA. Validade mínima de 05 meses a partir da data de entrega.	GRF	JFRN	380
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	1.800
	2	417132	Detergente líquido para limpeza e desinfecção de utensílios de cozinha, biodegradável, neutro, em frasco plástico de 500 ml, tampa com bico dosador, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	FR	JFRN	168
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	500
	3	434597	Essência aromática, aspecto físico líquido oleoso, hidrossolúvel na proporção de 01 parte de essência para 50 litros de água, aroma floral, aplicação desinfetante, frasco com 01 litro, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses contados a partir da data de entrega.	LT	JFRN	72
	4	411753	Essência aromática, aspecto físico líquido oleoso, hidrossolúvel na proporção de 01 parte de essência para 50 litros de água, aroma talco, aplicação desinfetante, frasco com 01 litro, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses contados a partir da data de entrega.	LT	JFRN	96
	5	372079	Limpador multiuso (desengordurante). Para uso na remoção de gorduras e sujeira em fogão, fornos e cozinha em geral. Com aroma agradável, inofensivo à pele, registrado na ANVISA, em embalagem plástica de 500 ml, contendo tampa com válvula de pressão - tipo gatilho com spray pulverizador disposta no lado superior do frasco, com rótulo indicando o nome do fabricante, CNPJ, químico responsável e nº CRQ, número de registro na ANVISA, lote de fabricação e prazo de validade do produto. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	FR	JFRN	168
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	150
	6	300935	Limpador de vidros, destinado para limpeza e brilho de vidros, vitrines, janelas, espelhos, telas de TV, parabrisas e acrílicos. Unidade de fornecimento: frasco de 500 ml, contendo tampa com válvula de pressão - tipo gatilho com spray pulverizador disposta no lado superior do frasco, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	FR	JFRN	120
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	120
			Desinfetante perfumado e bactericida, embalagem em plástico de 5 litros, aroma Floral ou Lavanda, registro na Anvisa, uso em pisos, azulejos e		JFRN	20

2	7	293351	superfícies laváveis. Composição: Tensoativo catiônico, Sequestrante, Conservante, Opacificante, Atenuador de espuma, Controlador de pH, Fragrância e água. Componente ativo: 0,33% de cloreto de alquildimetilbenzilamônio. Validade mínima de 18 meses.	GL	BASE NAVAL DE NATAL/RN	130
	8	391280	Inseticida, aplicação mata barata, formiga, mosca, pernilongo, muriçocas e carrapatos, ação prolongada por aproximadamente 06 semanas. Composição: Imiprotrina 0,05% ciflutrina 0,015%, embalagem tipo aerosol 300ml/199 gramas, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	FR	JFRN	60
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	65
	9	327150	Desodorizador de ambientes, aerosol, fragrância lavanda, sem CFC, controla odores desagradáveis causados por fungos e bactérias, inibe o crescimento de bactérias, embalagem com 360 ml e 284 g, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	FR	JFRN	120
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	75
	10	443454	Álcool em gel anti-séptico para higienização de mãos, teor alcoólico 70% - (70° GL). Água desmineralizada, com hidratantes, disposto em frasco plástico transparente de alta resistência de 400g a 500g, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	FR	JFRN	432
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	1.200
	11	405780	Álcool etílico, tipo hidratado, teor alcoólico 70% (70° gl), apresentação líquido, 1 litro. Observações: Embalagem do produto em caixa de papelão, contendo CNPJ do fabricante. Observações: O material deverá estar de acordo com as normas técnicas atuais vigentes: ABNT, INMETRO, ANVISA ou qualquer órgão nacional, com comprovada credibilidade. Com validade no mínimo de 18 meses, a partir da data da entrega.	LT	JFRN	1.008
					IFRN - CAMPUS NOVA CRUZ	150
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	800
	12	443454	Álcool em gel anti-séptico para higienização de mãos, teor alcoólico 70% - (70° GL). Água desmineralizada, com hidratantes, disposto em galão plástico de 5L e registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	GL	JFRN	20
					IFRN - CAMPUS NOVA CRUZ	20
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	750
	13	419326	Esponja de limpeza tipo dupla face, esponja multi-uso, antibactérias, medindo 110 x 75 x 22 mm (formato retangular), constituída de espuma de poliuretano com bactericida (lado amarelo) e fibra sintética com abrasivo (lado verde), embaladas individualmente com identificação da marca e do fabricante. Observações: A composição, o prazo de validade e as medidas deverão estar destacados nas embalagens individuais. Prazo de validade mínimo de 02 (dois) anos a contar da entrega.	UN	JFRN	60
					IFRN - CAMPUS NOVA CRUZ	150
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	950
	14	420506	Flanela, comprimento 60 cm x 40 cm, cor branca, cantos arredondados, acabamento nas bordas em over. O produto deverá conter etiqueta do fabricante. Validade indeterminada.	UN	JFRN	60
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	300
	15	225907	Esponja de limpeza tipo lã de aço, composta de lã de aço carbono, própria para lavagem de louças e objetos de alumínio. Em pacotes de no mínimo 44 g com 8 unidades cada. Prazo de validade mínimo de 02 (dois) anos a contar da entrega.	PCT	JFRN	70
					IFRN - CAMPUS NOVA CRUZ	50
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	350
	16	346243	Lustra móveis para proteção de móveis, perfume jasmim ou lavanda, 200ml, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses.	FR	JFRN	24
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	120
	17	441569	Silicone em gel, para uso em painéis, borrachas, bancos de couro, materiais plásticos, frasco com 200 ml, registrado na ANVISA. Validade mínima de 10 meses a contar da data da entrega.	FR	JFRN	12
	18	421259	Vaselina líquida 500 ml, contra efeitos da maresia, proteção em venezianas e portões de alumínio, sem odor, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses.	EMB	JFRN	48
	19	298014	Saboneteira em plástico ABS cromado, com reservatório em policarbonato. Abertura e fechamento com chave. Capacidade do reservatório: 800 a 900 mL. Dimensões do produto: 21,5 cm (altura) X 9 cm (largura) X 9 cm (profundidade). Cor: Branca ou transparente.	UN	JFRN	30
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	4
	20	457087	Toalheiro (dispenser) para papel toalha em bobina, com alavanca de barra frontal e serra para facilitar o corte do papel. Fechamento com chave, tampa branca ou semi transparente, fabricado em material termoplástico, acompanha parafusos e buchas de instalação. Capacidade: papel em rolo de 200 mt. Dimensões: 360mm(altura) x 260mm (largura) x 240mm (profundidade).	UN	JFRN	12
			Porta papel toalhas em folhas (dispenser) e base em ABS branco. Visor transparente para controle de reposição do papel. Capacidade: 600 folhas de			

3	21	340702	papel toalha interfolhada. Acompanha chave e kit para fixação na parede com buchas e parafusos. Dimensões aproximadas: 285mm (altura) x 255mm (largura) x 120mm (profundidade). Validade indeterminada.	UN	JFRN	50
	22	30236	Espanador Eletrostático, utilizado na limpeza seca. A luva refil deve ser confeccionada com fios 100% acrílicos e que permita a lavagem da mesma sem perder a capacidade de limpeza. O cabo deve ser confeccionado em polietileno de alta densidade, e seu formato ergonômico e leve. Dimensões aproximadas do produto: 10 x 25 x 50 cm; 150 g. Cor azul, verde ou cinza. Validade indeterminada.	UN	JFRN	50
					IFRN - CAMPUS NOVA CRUZ	30
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	15
	23	150583	Detergente removedor, de ceras e sujeiras no piso, isento de solvente de petróleo, atuando por fracionamento e emulsão. Baixo poder espumante. Composição: éter glicólico, álcool etoxilado, hidróxido de potássio. pH (100%): 10,0 – 12,0; densidade (g/mL): 1,0 e viscosidade (Cepoford 4/25oC): 5” – 15”. Frasco com 05 litros. Registrado na ANVISA, validade superior a 12 meses.	BB	BASE NAVAL DE NATAL/RN	90
	24	73245	Impermeabilizante à base de polímeros acrílicos e ceras sintéticas de alta qualidade. Composição: acrílico/polietileno, éteres de glicóis, tensoativo carboxifluorado. pH (100%): 8,0 – 10,0 e viscosidade (Cepoford 4/25oC): 9” – 13”. Frasco com 05 litros. Registrado na ANVISA, validade superior a 12 meses.	BB	JFRN	50
4	25	30198	Disco de limpeza/verde para enceradeira 510mm.	UN	JFRN	10
	26	307146	Shampoo para limpeza - Versatil beckplater, para limpeza de piso. Bombona de 5LT, validade superior a 12 meses.	EMB	JFRN	10
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	300
	27	445781	Pá coletora de lixo com tampa e reservatório retrátil, em poliestireno, cabo anatômico com altura ergonômica de 70 cm a 90 cm, trava de fixação do cabo na pá para transporte e despejo dos detritos. Cor: Azul, cinza ou verde. Dimensões: comprimento: 29cm, largura: 29cm; altura: 14cm. Podendo as dimensões sofrer variação de 5%. Validade indeterminada.	UN	JFRN	18
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	45
	28	333358	Vassoura (escova) plástica para higienização de vasos sanitários, tamanho superior a 30 cm. Validade indeterminada.	UN	JFRN	120
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	120
	29	455249	Rodo com cabo em madeira suporte de plástico com lâmina em EVA dupla possui pontos que seguram melhor o pano, comprimento do suporte 30 cm, comprimento do cabo no mínimo 120 cm. Validade indeterminada.	UN	JFRN	60
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	25
	30	253025	Rodo plástico, cabo de madeira, comprimento do suporte de 50 cm ou 60 cm, quantidade de duas borrachas, protetor de salpicos; comprimento do cabo 120 cm. Validade indeterminada.	UN	JFRN	24
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	40
	31	438597	Vassoura, material cerdas pêlo sintético, cabo de madeira coberta com plástico, material cepa plástico, comprimento da cepa 30cm, comprimento cerdas 7cm, aplicação limpeza em geral, comprimento do cabo 140 cm. Validade indeterminada.	UN	JFRN	36
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	100
	32	385090	Vassoura, material cerdas nylon reforçado e cerdas duras em PET, cabo de madeira coberta com plástico, cepa plástico, comprimento cerdas 11 cm, com cabo rosqueado, tipo doméstica, cabo comprido, largura cepa 21 cm, comprimento do cabo 140 cm. Validade indeterminada.	UN	JFRN	48
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	110
	33	318938	Vassoura tipo gari, cerdas de PET, Tamanho da vassoura (AxL): 9 x 40 cm, cabo em madeira plastificada 1,20 mt. Validade indeterminada.	UN	JFRN	6
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	110
	34	252807	Vassoura para recolhimento de folhas tipo ancinho, em plástico, formato triangular, com 22 dentes podendo variar até 26 dentes (dentes retangulares), com cabo de madeira de 100 a 120cm.	UN	JFRN	36
					IFRN - CAMPUS NOVA CRUZ	10
	35	285780	Vassoura de cerdas piaçava, cabo e cepa de madeira, capa folha flange, comprimento da cepa 24 cm, comprimento das cerdas 28 cm, com cabo colado, tipo institucional, tipo cabo comprido, comprimento do cabo 140 cm. Validade indeterminada.	UN	BASE NAVAL DE NATAL/RN	85
					JFRN	24
	36	448503	Escova multiuso (Escova Tanque) anatômica com alça que facilita o manuseio. Composição em polipropileno, PET, Máster. Comprimento 13,5cm, largura 5cm e altura 7,5cm. Podendo variar em ± 1cm. Cerdas com 2,5cm. Validade indeterminada.	UN	JFRN	50
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	50
			Papel higiênico em rolo, pacote com 4 (quatro) unidades, folha dupla; branco;		JFRN	208

5	37	293194	de alta qualidade, picotado e gofrado; neutro, matéria prima 100% fibras vegetais, não reciclado, rolo com comprimento de 30 m e com largura de 10 cm, diâmetro interno do tubete de no mínimo 4 cm; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos, metragem do papel, nome e dados do fabricante e embalagem com boa visibilidade do produto, conforme exigências previstas na Portaria 153, de 19/05/08 - INMETRO. Validade indeterminada.	PCT	BASE NAVAL DE NATAL/RN	1.400
	38	327844	Papel Higiénico em rolo, linha institucional, folha simples, gofrado, de alta maciez, branco, com alvura superior a 80%, sem manchas, bobina com as seguintes medidas: 10cm x 300m, neutro, 100% celulose virgem, não reciclado. Apresentação em caixas de papelão contendo 8 (oito) unidades de bobinas. Na embalagem de apresentação deverão constar informações do fabricante, marca, especificações do produto, bem como a sua composição. As mesmas devem estar impressas na embalagem de forma legível, conforme exigências previstas na Portaria 153, de 19/05/08 - INMETRO. Validade indeterminada.	PCT	JFRN BASE NAVAL DE NATAL/RN	80 750
	39	391513	Papel toalha interfolha 2 dobras, formato 22,5 x 20,5cm, podendo variar em até 5%, branco, 100% celulose, aplicação em toaletes/suportes instalados em banheiros. Pacote com 1000 folhas. Validade indeterminada.	EMB	JFRN BASE NAVAL DE NATAL/RN	78 800
	40	314683	Papel toalha em bobina, tipo institucional, folha simples, gofrado, alta qualidade. Dimensões: 20 cm X 100 metros, branco. Composição: 100% celulose virgem. Embalagem: unidades de bobinas acondicionadas em caixas de papelão com 8 bobinas. A composição, a marca do fabricante e as medidas deverão estar destacadas na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	JFRN BASE NAVAL DE NATAL/RN	40 800
	41	238155	Sabão em barra, composição básica sais ácido graxo, tipo glicerinado, características adicionais com perfume de limão, barra de 200 gramas, aspecto físico sólido, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	JFRN BASE NAVAL DE NATAL/RN	20 350
	42	324827	Sabão em pó. Composição Tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvantes, sinergista, corantes, enzimas, branqueador óptico, essência, água, alvejante. Apresentação em embalagem de 500g do produto, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	CX	JFRN BASE NAVAL DE NATAL/RN	480 750
	43	295721	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 40 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	JFRN BASE NAVAL DE NATAL/RN	40 800
	44	295716	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 40 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	JFRN BASE NAVAL DE NATAL/RN	120 1.000
	45	411825	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 100 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	JFRN BASE NAVAL DE NATAL/RN	20 850
	46	411828	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 100 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	JFRN BASE NAVAL DE NATAL/RN	40 950
6	47	427163	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 200 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	JFRN BASE NAVAL DE NATAL/RN	20 1.350
	48	458145	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 200 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	JFRN BASE NAVAL DE NATAL/RN	20 850
	49	409684	KIT 4 X 50L de COLETORES SELETIVOS DE ABERTURA FRONTAL (AZUL, VERDE, VERMELHO e AMARELO), POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA com proteção UV (utilização em ambientes externos), com SUPORTE EM AÇO. MEDIDAS DE REFERÊNCIA: ALTURA 125 CM, COMPRIMENTO 180CM.	CJ	JFRN IFRN - CAMPUS NOVA CRUZ	10 10
	50	420576	Contentor de lixo, produzido em polietileno de alta densidade; Volume mínimo de 240 litros; Suportar carga mínima de 96 kg; 02 (duas) rodas de aro 300mm em polietileno de alta densidade e bandagem de borracha macia; Dimensões mínimas: 58cm x 78cm x 111cm.	UN	JFRN	6
	51	333131	Rodo limpa vidros telescópico com cabo extensor de alumínio, com alcance de até 1,6m. Na extremidade, um dos lados possui rodinho emborrachado, do outro, microfibra (refil) que pode ser retirada e lavada.	UN	JFRN BASE NAVAL DE NATAL/RN	5 50
	52	415080	Conjunto Mop úmido (mop, suporte e cabo), cabo em alumínio medindo 140 a 150 cm. Cabo acompanhado de suporte plástico com trava, mop algodão tipo ponta dobrada, cor natural, peso do mop 340g. Validade indeterminada.	UN	JFRN BASE NAVAL DE NATAL/RN	24 55

7	53	368712	Aparelho (tipo spray automático) odorizante de ambiente, com 01 (um) refil aerossóis de 250ml, podendo variar para mais em até 20ml. Alimentado por duas pilhas AA. Registrado na ANVISA. Validade indeterminada para o aparelho e validade mínima de 12 (doze) meses para o refil.	UN	JFRN	12
	54	253220	Balde plástico, capacidade para 20 litros, sem tampa e com alça de metal para transporte. Cor verde, azul, amarelo ou preto. Validade: indeterminada.	UN	JFRN	12
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	85
	55	234737	Pastilha (pedra) sanitária, composição paradiclóro benzeno-99%, germicida e bactericida, aspecto físico tablete sólido com no mínimo 30 gramas com suporte plástico para engate no vaso sanitário, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	JFRN	660
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	120
	56	417132	Detergente neutro, concentrado, desengordurante e umectante. Outras características: Ácido Dodecilbenzeno, espessante, conservante, sulfonato de sódio. pH (100%) >> 6,5 à 7,5; Densidade 0,950 à 1,050 g/cm³; Solubilidade em água: 100%. Apresentação em embalagem tipo bombona plástica com 05 litros do produto. Produto registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	EMB	JFRN	28
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	200
	57	417309	Sabonete Cremoso para uso em reservatório de saboneteira plástica, aspecto físico líquido cremoso, odor lavanda ou erva-doce, aplicação antisepsia das mãos, apresentado em embalagem plástica tipo bombona contendo 05 litros do produto, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses contados a partir da data de entrega.	BB	JFRN	72
					BASE NAVAL DE NATAL/RN	200
	58	326030	Tela desodorizante para mictório confeccionado em PVC injetado; fórmula com essência hiperconcentrada contendo bactericida que permita a odorização; indicado para mictório de parede; fragrância cereja ou tutti frutti, registrado na ANVISA. Validade mínima de 05 meses contados a partir da data de entrega.	UN	JFRN	600

3.2 – DA VALIDADE DO PRODUTO

- Os materiais deverão ter prazo de validade conforme descrito no item 3.1, contados da data do recebimento definitivo;
- A validade dos produtos deverá constar expressamente nos respectivos rótulos, nos termos da legislação vigente.

3.3 – DA GARANTIA DO PRODUTO

- Os materiais deverão ter garantia, no mínimo, de **30 dias corridos**, contados da data do recebimento, nos termos da legislação vigente;

3.4 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

- A proposta de preços do particular deverá conter as seguintes informações, entre outras:
 - Indicar o prazo de validade que será, no mínimo, de **90 (noventa) dias corridos**;
 - Indicar expressamente o fabricante, marca, modelo e/ou referência do produto cotado, de maneira que se possa identificá-lo exatamente dentro da linha de produção do fabricante;
 - Conter catálogos, *folders* ou prospectos do material ou produto cotado, que contenham, de forma clara e detalhada, as especificações técnicas básicas que demonstrem sua adequação ao que foi solicitado no presente termo de referência;
 - Se for possível, deverá o particular indicar os respectivos links dos sites oficiais dos respectivos fabricantes dos produtos cotados para fins de averiguações e julgamentos;
 - Indicar expressamente endereço completo do particular, inclusive eletrônico (e-mail da empresa), bem como telefones para contatos, para fins de futuras notificações e intimações de obrigações relativas à futura contratação
- Vencido o prazo de validade indicado na alínea anterior sem a formalização da respectiva ARP, ficará o particular desobrigado, podendo o particular convalidar sua proposta e aceitar a formalização da respectiva ARP;

4 – DAS REGRAS DE SELEÇÃO DO CONTRATADO NA LICITAÇÃO

4.1 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

- O **julgamento** da licitação será realizado pelo critério do MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS, observadas as regras de aceitação das propostas fixadas neste termo de referência;
- A **adjudicação** o objeto será realizado segundo o critério de julgamento fixado na alínea anterior, observada a decisão final de julgamento do certame pelo Pregoeiro.

4.2 – DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO: PREÇO MÁXIMO

- Os preços unitários finais e totais propostos deverão ser, no máximo, aqueles contidos na tabela de valores máximos de referência anexa ao edital da licitação;
- Excepcionalmente, poderá ser acatado preço unitário por item superior ao fixado na tabela de preços máximos de referência, no caso em que o julgamento seja por grupo de itens, que não haja sucesso na tentativa de negociação com o particular e cujas circunstâncias demonstrem que é globalmente mais vantajoso para a Administração, mediante despacho fundamentado.

4.3 – DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO: PREÇO INEXEQUÍVEL

- Haverá objetivamente a presunção relativa de inexecução da proposta, grupo de itens do objeto, quando o valor final da proposta (VP) atender a seguinte inequação:

30% DO VR OU MP ≤ VP ≤ 70% DO VR OU MP

Onde:

- 1) VP – Valor da proposta final após a fase de lances;
- 2) MP – Média das propostas finais após a fase de lances, a qual será calculada considerando apenas as propostas finais inferiores a valor de referência, e superiores a 50% de tal valor;
- 3) VR – Valor máximo de referência orçado pela Administração;
- 4) Será considerado o menor dos valores entre o VR e MP;

- b. A proposta presumidamente inexequível deverá ter sua exequibilidade demonstrada pela Licitante.

4.4 – DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO: PREÇO IRRISÓRIO

- a. Será considerado irrisório o preço proposto com valor inferior a **30%** da média das propostas finais (MP), calculada com base na metodologia fixada na alínea “a” do subitem anterior;
- b. A proposta com preço irrisório grupo de itens será objetivamente desclassificada, independente de qualquer prévia diligência complementar.

4.5 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- a. Deverá ser analisada a **conformidade técnica do objeto** proposto às especificações fixadas neste termo de referência, observadas as especificações indicadas pelo fabricante do produto;
- b. A conformidade técnica indicada na alínea anterior será demonstrada por intermédio da apresentação do certificado de aprovação;

5 – DOS DEVERES/OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 – OBRIGA-SE A INSTITUIÇÃO:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa vencedora, de acordo como os termos deste documento;
- b. Reservar local apropriado para o recebimento do material objeto da contratação;
- c. Ter pessoal disponível para o recebimento dos produtos contratados no horário e local previsto para entrega;
- d. Receber os produtos de acordo com as especificações descritas neste documento, rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o Contratado;
- e. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- f. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- g. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por intermédio de uma comissão/servidor especialmente designado;
- h. Cumprir as demais disposições contidas neste Termo de Referência.

5.2 – OBRIGA-SE A CONTRATADA:

- a. Efetuar a entrega do material cotado no prazo máximo na alínea “f” do subitem 6.2 deste documento, contados da data do recebimento da nota de empenho;
- b. Efetuar a entrega do material de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no presente documento;
- c. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;
- d. Entregar o objeto deste termo de referência no endereço constante na alínea “a”, do subitem 6.3 deste documento, mediante apresentação da nota fiscal devidamente preenchida;
- e. Substituir, reparar ou corrigir, as suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- f. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- g. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- h. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legalmente permitido;
- j. Sujeitar-se à fiscalização da Contratante quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados;
- k. Cumprir as demais disposições contidas neste termo de referência.
- l. Manter comunicação formal com a instituição por meio de endereço eletrônico, o qual deve ser verificado diariamente e acusado o recebimento. Não o fazendo, no decurso de 5 (cinco) dias úteis, o seu silêncio será reputado como comunicação/notificação recebida.

6 – DA DINÂMICA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1 – DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

- a. O prazo de contratação será 45 dias úteis, conforme cronograma abaixo:
 - i. Prazo de confirmação do recebimento da Nota de Empenho: 05 dias úteis;
 - ii. Prazo de entrega ou fornecimento: 20 dias úteis;
 - iii. Prazo de recebimento: 10 dias úteis;
 - iv. Prazo de pagamento: 10 dias úteis.
- b. A mora no cumprimento da obrigação independe de notificação da parte inadimplente, bastando simples decurso do prazo pactuado;
- c. O prazo pactuado poder ser dilatado, por intermédio de despacho fundamentado, em razão de comprovado fato superveniente que tenha impacto concreto no cumprimento da obrigação;

6.2 – DA FORMA DE FORNECIMENTO DO OBJETO

- a. Os materiais serão solicitados pela Administração em lotes de, no mínimo, **10% (dez por cento)** das quantidades estimadas para cada grupo de itens, salvo situação específica, devidamente fundamentada nos autos;
- b. As aquisições decorrentes da ARP deverão ser fornecidas integralmente e de uma única vez pela Contratada, a proporção de cada contratação formalizada;
- c. O Particular deverá fornecer os materiais rigorosamente segundo as especificações, marcas e referências indicadas na respectiva proposta, salvo fato superveniente acatado pela Administração;
- d. Correrão por conta do Particular os custos com o fornecimento dos materiais e/ou equipamentos, segundo condições de entrega abaixo indicadas;
- e. Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados e em perfeitas condições de utilização;
- f. O prazo de fornecimento será de até **20 (vinte) dias úteis**, contados do recebimento da respectiva nota de empenho, podendo ser prorrogado a critério da Administração em razão de fato superveniente demonstrado pelo Particular;

6.3 – DO LOCAL, HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO

- a. Os produtos deverão ser entregues, às expensas do Particular, em dias úteis, no horário das 9 às 17 horas, no seguinte endereço:

<p align="center">Justiça Federal de Primeiro Grau no RN</p> <p>Seção Judiciária de Natal/RN Rua Dr. Lauro Pinto, 245 – Lagoa Nova Natal/RN - CEP.: 59.064-250 Setor de Almoxarifado – (84) 4005-7647/7656</p>
<p align="center">COMANDO DA MARINHA</p> <p>BASE NAVAL DE NATAL - RN Rua Sílvio Pélico, S/N - Alecrim Natal/RN - CEP.: 59040-150 (84) 3216-3336</p>
<p>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte CAMPUS NOVA CRUZ</p> <p>Av. José Rodrigues de Aquino Filho, Nº 640, RN 120, Alto de Santa Luzia Nova Cruz/RN - CEP 59215-000 (84) 4005-4107</p>

- b. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados e protegidos, observadas das unidades e volumes indicados na descrição do objeto;
- c. Os materiais deverão vir devidamente acompanhados da respectiva nota fiscal, bem como com o respectivo documento de transporte indicando os volumes, se for o caso;

6.4 – DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

- a. Não será permitida a subcontratação ou transferência total da execução do presente objeto a terceiros;

7 – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

7.1 – DA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

- a. A despesa prevista para contratação do objeto deste termo de referência correrá à conta do elemento de despesas 3390.30.22 – Material de Limpeza e Produção de Higienização.

7.2 – DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA E DO PAGAMENTO

- a. A despesa deverá ser devidamente **atestada** pelo responsável, mediante emissão de nota técnica referente a nota fiscal objeto da contratação, **no prazo máximo 10 dias úteis**;
- b. Caso o valor do objeto seja superior ao limite fixado na alínea “a” do inciso II do artigo 23 da Lei 8.666/93, o procedimento exigido na alínea anterior deverá ser realizado por meio de comissão de recebimento, nos termos exigidos no § 8º do artigo 15 do mesmo diploma legal;
- c. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação por parte do fornecedor, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira;
- d. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, em parcela única, em até 5 dias úteis, para as despesas que não ultrapassem o valor de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), e em até 10 dias úteis, para as demais despesas, após o recebimento definitivo, desde que a contratada:
 - i. Entregue a nota fiscal ou documento equivalente;
 - ii. Indique os dados bancários para depósito.
- e. A Instituição, na condição de contribuinte substituto, reterá na fonte os tributos e contribuições, nos termos estabelecidos pela legislação;
- f. Por ocasião de cada pagamento, a contratante verificará a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, por meio de consulta às certidões exigidas no procedimento licitatório. A existência de irregularidade sujeitará a contratada à aplicação das penalidades cabíveis e eventual rescisão contratual.

7.3 – DA RETENÇÃO OU GLOSA DE VALOR

- a. A Administração poderá, mediante despacho fundamentado, realizar a retenção ou glosa de valor a ser pago ao Contratado, destinado à futura quitação de eventuais prejuízos acarretados à Administração ou para eventual compensação de eventuais sanções pecuniárias propostas pela unidade técnica responsável.

- b. Havendo proposta de retenção ou glosa de valor, será liberado o pagamento parcial da parte incontroversamente devida ao Contratado.
- c. Poderá a Administração descontar ou glosar, de forma definitiva, total ou parcial, de valor a ser devido ao Contratado para fins de fazer frente a eventuais prejuízos acarretados ou compensação de sanções pecuniárias, observados o devido processo legal.

7.4 – DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA POR ATRASO DE PAGAMENTO

- a. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = VP \times ICM \times N \times I, \text{ onde:}$$

EM = Encargos Moratórios

VP = Valor da parcela a ser paga

ICM = Índice de correção monetária: IPCA

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

I = Juros de mora de 6% a.a ou 0,01644% a.d, assim apurado:

$$I = \left(\frac{TX}{365} \right) \quad I = \left(\frac{6}{100} \right) \quad I = 0,0001644$$

7.5 – DO REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

- a. Os preços registrados na ARP não serão reajustados, conforme estabelece a legislação vigente;
- b. Os preços referentes ao(s) objeto(s) contratado(s) poderão ser reajustados com base no IPCA (IBGE), se decorridos 1 ANO da data da apresentação da proposta;
- c. Havendo comprovado **desequilíbrio contratual**, caberá **revisão** de preço pactuado, para mais ou para menos, nos termos fixados nos arts. 57, § 1º, 58, § 2º e 65, II, d, e §§ 5º e 6º, todos da Lei 8.666/93.
- d. No caso de **desequilíbrio contratual**, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o *quantum* do impacto negativo na economia contratual.

8 – DAS REGRAS BÁSICAS DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As contratações decorrentes do registro de preços formalizado por intermédio deste procedimento de contratação serão realizadas segundo as regras da ARP, observadas as seguintes condições básicas:

- a. A vigência da ARP será de 12 (doze) meses, salvo as hipóteses de cancelamento contidas no art. 21 do Decreto nº 7.892/2013;
- b. Não poderão utilizar-se da ARP decorrente deste procedimento de contratação, durante todo seu período de vigência, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame;
- c. A existência de ARP não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, **sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições**;
- d. Não haverá acréscimos nos quantitativos registrados na ARP, nos termos do § 1º do art. 12 do Decreto nº 7.892/2013;
- e. Poderá haver remanejamento de quantitativos entre órgãos e entidades participantes, nos termos da IN nº 06/2014 – SLTI;
- f. A **revisão** e o **cancelamento** dos preços registrados na ARP obedecerão às disposições contidas no Decreto 7.892/2013.

9 – DO MODELO DE GESTÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1 – DA GESTÃO DO CONTRATO

- a. A contratação será gerida pela unidade técnica solicitante, a qual será responsável pela garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- b. Cabe à unidade técnica responsável ou a equipe designada para gestão do contrato executar as seguintes atribuições, observadas os limites e regras legais, entre outras:
 - i. promover a notificação do Contratado para fins de início de contagem do prazo de entrega;
 - ii. exigir o cumprimento integral das obrigações pactuadas na contratação;
 - iii. propor eventuais alterações de especificações técnicas do objeto, como também de condições fixadas para contratação, no sentido de melhor atender à finalidade pública da contratação;
 - iv. emitir parecer técnico sobre eventuais modificações contratuais requeridas pelo Contratado;
 - v. providenciar o registro e a notificação da Contratada em caso de descumprimento de obrigações contratuais;
 - vi. propor eventuais aplicações de sanções administrativas em caso de descumprimento de obrigações contratuais.

9.2 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- a. O recebimento do objeto deverá ser realizado por servidor responsável pela unidade técnica ou por comissão de recebimento, devendo ser observado:
 - i. **Recebimento provisório**: no ato da entrega, mediante mera conferência de volumes e aposição de carimbo na segunda via do documento de entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta;
 - ii. **Recebimento definitivo**: no prazo de até **10 dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade, prazo de validade do material e demais condições fixadas neste termo de referência, bem como ato de **aceitação** por meio de emissão de **nota técnica** e atesto na referida nota fiscal.
- b. Não serão aceitos produtos em desacordo com as condições indicadas neste termo de referência, bem como na respectiva proposta do Contratado, especialmente quanto às especificações técnicas mínimas, marcas, referências, prazo de validade, entre outras, salvo fato superveniente devidamente acatado pela Instituição.
- c. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a contratada, às suas expensas, terá o prazo máximo de **10 dias úteis**, contados a partir da data de notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

- d. Por ocasião de entrega, a contratada deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e a assinatura do servidor ou membro da comissão da contratante responsável pelo recebimento.

10 – DAS SANÇÕES POR INADIMPLENTOS

- a. As sanções administrativas cabíveis nos casos de condutas contrárias às regras fixadas neste termo de referência são aquelas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, bem como do artigo 7º da Lei 10.520/2002, sendo o procedimento de eventual aplicação realizado, de forma objetiva, segundo a sistematização disciplinada no Regulamento Interno de Aplicação de Sanções Administrativas ([Portaria nº 255/2014 - DF/JFRN - https://www.jfrn.jus.br/transparencia/regulamentos/portarias/portaria-255-2014.pdf](https://www.jfrn.jus.br/transparencia/regulamentos/portarias/portaria-255-2014.pdf)).
- b. As condutas da Contratada contrárias às regras deste termo de referência serão classificadas à proporção da gravidade do fato, conforme tabela abaixo:

INADIMPLENTO	CLASSIFICAÇÃO
Falhas ou irregularidades que não acarretem prejuízos a esta Seção Judiciária.	Falta leve
Descumprimento de obrigações acessórias ou secundárias não classificadas com outra gravidade.	
Não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações contidas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 5.2 deste termo de referência.	Falta média
Não manter as condições de habilitação aferidas no processo licitatório durante a vigência do contrato, exigidos na alínea “g”, “h” e “i” do subitem 5.2 deste termo de referência.	
Não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações contidas nas alíneas “a” e “e” do subitem 5.2 deste termo de referência.	Falta grave
Descumprimento de determinação expressa da Fiscalização.	
Não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações contidas nas alíneas “f” e “j” do subitem 5.2 deste termo de referência.	Falta gravíssima
Inexecução total do contrato.	
Subcontratação total do objeto deste termo de referência.	

- c. Na ocorrência de inadimplemento de outras condições contidas neste termo de referência e não contempladas na alínea anterior desta cláusula, caberá à unidade responsável ou a equipe de designada propor a classificação da gravidade da conduta de leve a gravíssima para fins de análise pela autoridade competente para aplicação do sancionamento, observados o contraditório e a ampla defesa.
- d. Cabe ao responsável pelo recebimento do objeto indicar as eventuais condutas infrações às regras deste termo de referência, emitindo a respectiva tabela (Anexo I).

11 – DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

- a. O futuro contrato poderá ser rescindido, a critério da Contratante, nas hipóteses de inadimplemento parcial ou total de quaisquer obrigações contidas neste termo de referência, nos termos do art. 77 da Lei 8.666/93, desde que efetivamente reste comprovado prejuízo à finalidade pública pretendida com a contratação;
- b. Cabe à parte prejudicada ou interessada a comprovação do efetivo prejuízo que justifique a rescisão contratual, caso ocorra quaisquer dos motivos indicados artigo 78 da Lei 8.666/93;
- c. A rescisão contratual será processada nos autos de processo de gestão, sempre se garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- d. Na ocorrência de rescisão contratual, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no artigo 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo de quaisquer outros previstos pela legislação.

12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- a. O objeto deste termo de referência tem por unidade interessada o Setor de Almoxarifado.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO PEREIRA DA SILVA**, SUPERVISOR(A)-ASSISTENTE, em 17/08/2021, às 14:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2266969** e o código CRC **8D5C149C**.

**ESTUDO PRELIMINAR****1.0 – DA FINALIDADE**

1.1 Têm por finalidade os presentes ESTUDOS PRELIMINARES (EP) identificar o(s) problema(s) e estudar a(s) solução(ões) aplicável(eis), por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a escolha de solução adequada para elaborar o respectivo **TERMO DE REFERÊNCIA PARA FINS DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA**, à luz do disposto no art. 6º, IX, da Lei nº 8.666/93, bem como as disposições contidas no Anexo III da IN nº 05/2017 – SG/MPDG.

2.0 – DO OBJETO

2.1 Os estudos preliminares aqui resumidos tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA**, conforme especificações abaixo:

GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	1	310507	Água sanitária, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem plástica com 05 litros, registrado na ANVISA. Validade mínima de 05 meses a partir da data de entrega.	GL	380
	2	417132	Detergente líquido para limpeza e desinfecção de utensílios de cozinha, biodegradável, neutro, em frasco plástico de 500 ml, tampa com bico dosador, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	FR	168
	3	434597	Essência aromática, aspecto físico líquido oleoso, hidrossolúvel na proporção de 01 parte de essência para 50 litros de água, aroma floral, aplicação desinfetante, frasco com 01 litro, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses contados a partir da data de entrega.	LT	72
	4	411753	Essência aromática, aspecto físico líquido oleoso, hidrossolúvel na proporção de 01 parte de essência para 50 litros de água, aroma talco, aplicação desinfetante, frasco com 01 litro, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses contados a partir da data de entrega.	LT	96
	5	413161	Limpador multiuso (desengordurante). Para uso na remoção de gorduras e sujeira em fogão, fornos e cozinha em geral. Com aroma agradável, inofensivo à pele, registrado na ANVISA, em embalagem plástica de 500 ml, contendo tampa com válvula de pressão - tipo gatilho com spray pulverizador disposta no lado superior do frasco, com rótulo indicando o nome do fabricante, CNPJ, químico responsável e nº CRQ, número de registro na ANVISA, lote de fabricação e prazo de validade do produto. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	FR	168
	6	300935	Limpador de vidros, destinado para limpeza e brilho de vidros, vitrines, janelas, espelhos, telas de TV, parabrisas e acrílicos. Unidade de fornecimento: frasco de 500 ml, contendo tampa com válvula de pressão - tipo gatilho com spray pulverizador disposta no lado superior do frasco, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	FR	120
	7	293351	Desinfetante perfumado e bactericida, embalagem em plástico de 5 litros, aroma Floral ou Lavanda, registro na Anvisa, uso em pisos, azulejos e superfícies laváveis. Composição: Tensoativo catiônico, Sequestrante, Conservante, Opacificante, Atenuador de espuma, Controlador de pH, Fragrância e água. Componente ativo: 0,33% de cloreto de alquildimetilbenzilamônio. Validade mínima de 18 meses.	FR	20
	8	391280	Inseticida, aplicação mata barata, formiga, mosca, pernilongo, muriçocas e carrapatos, ação prolongada por aproximadamente 06 semanas. Composição: Imiprotrina 0,05% ciflutrina 0,015%, embalagem tipo aerosol 300ml/199 gramas, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	FR	60
	9	327150	Desodorizador de ambientes, aerosol, fragrância lavanda, sem CFC, controla odores desagradáveis causados por fungos e bactérias, inibe o crescimento de bactérias, embalagem com 360 ml e 284 g, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	FR	120

2	10	443454	Álcool em gel anti-séptico para higienização de mãos, teor alcoólico 70% - (70° GL). Água desmineralizada, com hidratantes, disposto em frasco plástico transparente de alta resistência de 400g a 500g, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	FR	432
	11	405780	Álcool etílico, tipo hidratado, teor alcoólico 70% (70° gl), apresentação líquido, 1 litro. Observações: Embalagem do produto em caixa de papelão, contendo CNPJ do fabricante. Observações: O material deverá estar de acordo com as normas técnicas atuais vigentes: ABNT, INMETRO, ANVISA ou qualquer órgão nacional, com comprovada credibilidade. Com validade no mínimo de 18 meses, a partir da data da entrega.	LT	1.008
	12	443454	Álcool em gel anti-séptico para higienização de mãos, teor alcoólico 70% - (70° GL). Água desmineralizada, com hidratantes, disposto em galão plástico de 5L e registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	GL	20
	13	419326	Esponja de limpeza tipo dupla face, esponja multi-uso, antibactérias, medindo 110 x 75 x 22 mm (formato retangular), constituída de espuma de poliuretano com bactericida (lado amarelo) e fibra sintética com abrasivo (lado verde), embaladas individualmente com identificação da marca e do fabricante. Observações: A composição, o prazo de validade e as medidas deverão estar destacados nas embalagens individuais. Prazo de validade mínimo de 02 (dois) anos a contar da entrega.	UN	60
	14	420506	Flanela, comprimento 60 cm x 40 cm, cor branca, cantos arredondados, acabamento nas bordas em over. O produto deverá conter etiqueta do fabricante. Validade indeterminada.	UN	60
	15	225907	Esponja de limpeza tipo lã de aço, composta de lã de aço carbono, própria para lavagem de louças e objetos de alumínio. Em pacotes de no mínimo 44 g com 8 unidades cada. Prazo de validade mínimo de 02 (dois) anos a contar da entrega.	PCT	70
	16	346243	Lustra móveis para proteção de móveis, perfume jasmim ou lavanda, 200ml, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses.	UN	24
	17	441569	Silicone em gel, para uso em painéis, borrachas, bancos de couro, materiais plásticos, frasco com 200 ml, registrado na ANVISA. Validade mínima de 10 meses a contar da data da entrega.	FR	12
	18	421259	Vaselina líquida 500 ml, contra efeitos da maresia, proteção em venezianas e portões de alumínio, sem odor, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses.	EMB	48
3	19	298014	Saboneteira em plástico ABS cromado, com reservatório em policarbonato. Abertura e fechamento com chave. Capacidade do reservatório: 800 a 900 mL. Dimensões do produto: 21,5 cm (altura) X 9 cm (largura) X 9 cm (profundidade). Cor: Branca ou transparente.	UN	30
	20	457087	Toalheiro (dispenser) para papel toalha em bobina, com alavanca de barra frontal e serra para facilitar o corte do papel. Fechamento com chave, tampa branca ou semi transparente, fabricado em material termoplástico, acompanha parafusos e buchas de instalação. Capacidade: papel em rolo de 200 mt. Dimensões: 360mm(altura) x 260mm (largura) x 240mm (profundidade).	UN	12
	21	340702	Porta papel toalhas em folhas (dispenser) e base em ABS branco. Visor transparente para controle de reposição do papel. Capacidade: 600 folhas de papel toalha interfolhada. Acompanha chave e kit para fixação na parede com buchas e parafusos. Dimensões aproximadas: 285mm (altura) x 255mm (largura) x 120mm (profundidade). Validade indeterminada.	UN	50
	22	30236	Espanador Eletrostático, utilizado na limpeza seca. A luva refil deve ser confeccionada com fios 100% acrílicos e que permita a lavagem da mesma sem perder a capacidade de limpeza. O cabo deve ser confeccionado em polietileno de alta densidade, e seu formato ergonômico e leve. Dimensões aproximadas do produto: 10 x 25 x 50 cm; 150 g. Cor azul, verde ou cinza. Validade indeterminada.	UN	50
	23	150583	Detergente removedor, de ceras e sujeiras no piso, isento de solvente de petróleo, atuando por fracionamento e emulsão. Baixo poder espumante. Composição: éter glicólico, álcool etoxilado, hidróxido de potássio. pH (100%): 10,0 – 12,0; densidade (g/mL): 1,0 e viscosidade (Cepoford 4/25oC): 5” – 15”. Frasco com 05 litros. Registrado na ANVISA, validade superior a 12 meses.	BB	90

	24	73245	Impermeabilizante à base de polímeros acrílicos e ceras sintéticas de alta qualidade. Composição: acrílico/polietileno, éteres de glicóis, tensoativo carboxifluorado. pH (100%): 8,0 – 10,0 e viscosidade (Copoford 4/25oC): 9” – 13”. Frasco com 05 litros. Registrado na ANVISA, validade superior a 12 meses.	BB	50
	25	30198	Disco de limpeza/verde para enceradeira 510mm.	UN	10
	26	307146	Shampoo para limpeza - Versatil beckplater, para limpeza de piso. Bombona de 5LT, validade superior a 12 meses.	EMB	10
4	27	445781	Pá coletora de lixo com tampa e reservatório retrátil, em poliestireno, cabo anatômico com altura ergonômica de 70 cm a 90 cm, trava de fixação do cabo na pá para transporte e despejo dos detritos. Cor: Azul, cinza ou verde. Dimensões: comprimento: 29cm, largura: 29cm; altura: 14cm. Podendo as dimensões sofrer variação de 5%. Validade indeterminada.	UN	18
	28	333358	Vassoura (escova) plástica para higienização de vasos sanitários, tamanho superior a 30 cm. Validade indeterminada.	UN	120
	29	455249	Rodo com cabo em madeira suporte de plástico com lâmina em EVA dupla possui pontos que seguram melhor o pano, comprimento do suporte 30 cm, comprimento do cabo no mínimo 120 cm. Validade indeterminada.	UN	60
	30	253025	Rodo plástico, cabo de madeira, comprimento do suporte de 50 cm ou 60 cm, quantidade de duas borrachas, protetor de salpicos; comprimento do cabo 120 cm. Validade indeterminada.	UN	24
	31	438597	Vassoura, material cerdas pêlo sintético, cabo de madeira coberta com plástico, material cepa plástico, comprimento da cepa 30cm, comprimento cerdas 7cm, aplicação limpeza em geral, comprimento do cabo 140 cm. Validade indeterminada.	UN	36
	32	385090	Vassoura, material cerdas nylon reforçado e cerdas duras em PET, cabo de madeira coberta com plástico, cepa plástico, comprimento cerdas 11 cm, com cabo rosqueado, tipo doméstica, cabo comprido, largura cepa 21 cm, comprimento do cabo 140 cm. Validade indeterminada.	UN	48
	33	318938	Vassoura tipo gari, cerdas de PET, Tamanho da vassoura (AxL): 9 x 40 cm, cabo em madeira plastificada 1,20 mt. Validade indeterminada.	UN	6
	34	252807	Vassoura para recolhimento de folhas tipo ancinho, em plástico, formato triangular, com 22 dentes podendo variar até 26 dentes (dentes retangulares), com cabo de madeira de 100 a 120cm.	UN	36
	35	455291	Vassoura de cerdas piaçava, cabo e cepa de madeira, capa folha flange, comprimento da cepa 24 cm, comprimento das cerdas 28 cm, com cabo colado, tipo institucional, tipo cabo comprido, comprimento do cabo 140 cm. Validade indeterminada.	UN	24
	36	448502	Escova multiuso (Escova Tanque) anatômica com alça que facilita o manuseio. Composição em polipropileno, PET, Máster. Comprimento 13,5cm, largura 5cm e altura 7,5cm. Podendo variar em ± 1cm. Cerdas com 2,5cm. Validade indeterminada.	UN	50
	37	293194	Papel higiênico em rolo, pacote com 4 (quatro) unidades, folha dupla; branco; de alta qualidade, picotado e gofrado; neutro, matéria prima 100% fibras vegetais, não reciclado, rolo com comprimento de 30 m e com largura de 10 cm, diâmetro interno do tubete de no mínimo 4 cm; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos, metragem do papel, nome e dados do fabricante e embalagem com boa visibilidade do produto, conforme exigências previstas na Portaria 153, de 19/05/08 - INMETRO. Validade indeterminada.	PCT	208
	38	327844	Papel Higiênico em rolo, linha institucional, folha simples, gofrado, de alta maciez, branco, com alvura superior a 80%, sem manchas, bobina com as seguintes medidas: 10cm x 300m, neutro, 100% celulose virgem, não reciclado. Apresentação em caixas de papelão contendo 8 (oito) unidades de bobinas. Na embalagem de apresentação deverão constar informações do fabricante, marca, especificações do produto, bem como a sua composição. As mesmas devem estar impressas na embalagem de forma legível, conforme exigências previstas na Portaria 153, de 19/05/08 - INMETRO. Validade indeterminada.	PCT	80
	39	391513	Papel toalha interfolha 2 dobras, formato 22,5 x 20,5cm, podendo variar em até 5%, branco, 100% celulose, aplicação em toaletes/suportes instalados em banheiros. Pacote com 1000 folhas. Validade indeterminada.	EMB	78

5	40	314683	Papel toalha em bobina, tipo institucional, folha simples, gofrado, alta qualidade. Dimensões: 20 cm X 100 metros, branco. Composição: 100% celulose virgem. Embalagem: unidades de bobinas acondicionadas em caixas de papelão com 8 bobinas. A composição, a marca do fabricante e as medidas deverão estar destacadas na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	320
	41	238155	Sabão em barra, composição básica sais ácido graxo, tipo glicerinado, características adicionais com perfume de limão, barra de 200 gramas, aspecto físico sólido, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	20
	42	324827	Sabão em pó. Composição Tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvantes, sinergista, corantes, enzimas, branqueador óptico, essência, água, alvejante. Apresentação em embalagem de 500g do produto, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	CX	480
	43	288445	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 40 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	40
	44	295716	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 40 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	120
	45	411825	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 100 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	20
	46	411828	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 100 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	40
	47	427163	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 200 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	20
	48	458145	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 200 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	20
6	49	409684	KIT 4 X 50L de COLETORES SELETIVOS DE ABERTURA FRONTAL (AZUL, VERDE, VERMELHO e AMARELO), POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA com proteção UV (utilização em ambientes externos), com SUPORTE EM AÇO. MEDIDAS DE REFERÊNCIA: ALTURA 125 CM, COMPRIMENTO 180CM.	CJ	10
	50	420576	Contentor de lixo, produzido em polietileno de alta densidade; Volume mínimo de 240 litros; Suportar carga mínima de 96 kg; 02 (duas) rodas de aro 300mm em polietileno de alta densidade e bandagem de borracha maciça; Dimensões mínimas: 58cm x 78cm x 111cm.	UN	6
	51	333131	Rodo limpa vidros telescópico com cabo extensor de alumínio, com alcance de até 1,6m. Na extremidade, um dos lados possui rodinho emborrachado, do outro, microfibras (refil) que pode ser retirada e lavada.	UN	5
7	52	415080	Conjunto Mop úmido (mop, suporte e cabo), cabo em alumínio medindo 140 a 150 cm. Cabo acompanhado de suporte plástico com trava, mop algodão tipo ponta dobrada, cor natural, peso do mop 340g. Validade indeterminada.	UN	24
	53	368712	Aparelho (tipo spray automático) odorizante de ambiente, com 01 (um) refil aerossóis de 250ml, podendo variar para mais em até 20ml. Alimentado por duas pilhas AA. Registrado na ANVISA. Validade indeterminada para o aparelho e validade mínima de 12 (doze) meses para o refil.	UN	12
	54	253220	Balde plástico, capacidade para 20 litros, sem tampa e com alça de metal para transporte. Cor verde, azul, amarelo ou preto. Validade: indeterminada.	UN	12
	55	234737	Pastilha (pedra) sanitária, composição paradiclora benzeno-99%, germicida e bactericida, aspecto físico tablete sólido com no mínimo 30 gramas com suporte plástico para engate no vaso sanitário, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	660
	56	417132	Detergente neutro, concentrado, desengordurante e umectante. Outras características: Ácido Dodecilbenzeno, espessante, conservante, sulfonato de sódio. pH (100%) >> 6,5 à 7,5; Densidade 0,950 à 1,050 g/cm³; Solubilidade em água: 100%. Apresentação em embalagem tipo bombona plástica com 05 litros do produto. Produto registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	EMB	28

57	417309	Sabonete Cremoso para uso em reservatório de saboneteira plástica, aspecto físico líquido cremoso, odor lavanda ou erva-doce, aplicação antissepsia das mãos, apresentado em embalagem plástica tipo bombona contendo 05 litros do produto, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses contados a partir da data de entrega.	BB	72
58	326030	Tela desodorizante para mictório confeccionado em PVC injetado; fórmula com essência hiperconcentrada contendo bactericida que permita a odorização; indicado para mictório de parede; fragrância cereja ou tutti frutti, registrado na ANVISA. Validade mínima de 05 meses contados a partir da data de entrega.	UN	600

2.2 Integram os presentes estudos preliminares os seguintes anexos:

Anexo I – Pesquisas de preços.

Anexo II - Mapa de riscos.

Anexo III - Foto ilustrativa do produto.

Anexo IV - E-mail da Seção de Serviços Gerais.

3.0 – DOS ESTUDOS, LEVANTAMENTOS E DOCUMENTAÇÃO DO PROBLEMA

3.1 AVALIAR IMPORTÂNCIA DA SITUAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO:

A aquisição de materiais de limpeza é necessária para atender as demandas operacionais de diversos setores da JFRN que prestam serviços internos, tais como os terceirizados, ASG, copeiras que utilizam alguns desses produtos em audiências, reuniões e eventos, além de fornecer limpeza para os usuários durante sua estada nas dependências da JFRN, garantindo, desta forma, uma melhor prestação dos serviços à sociedade, além da satisfação dos usuários internos.

3.2 DOCUMENTAÇÃO DO PROBLEMA:

Os materiais de limpeza são necessários para servir de instrumento para as diversas atividades relacionadas a higienização e limpeza para todas as pessoas que utilizam e circulam as dependências da JFRN, sejam magistrados, servidores, prestadores de serviços, autoridades, advogados e jurisdicionados, para serem utilizados nos ambientes de trabalho, nas copas, banheiros, ou nos corredores dos edifícios da Instituição. Além de proporcionarem a manutenção de outros utensílios utilizados na JFRN.

3.3 LEVANTAR CONDIÇÕES DA ÚLTIMA CONTRATAÇÃO DO OBJETO:

A última aquisição de materiais de limpeza ocorreu no ano de 2019 através da Ata de Registro de Preços (ARP) realizada na JFRN no ano de 2019 e registrada sob o nº 11/2019, no processo administrativo nº 0001067-97.2019.4.05.7100-JFRN, tendo sua vigência expirada em 28/10/2020. O volume financeiro registrado nessa ARP foi de R\$ 123.502,68 (cento e vinte e três mil quinhentos e dois reais e sessenta e oito centavos), contudo, somente foram empenhados até expirar a ARP, o valor de R\$ 112.636,71 (cento e doze mil seiscentos e trinta e seis reais e setenta e um centavos).

3.4 VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO:

A contratação dos materiais de limpeza por meio de ARP, permite a administração controlar seus estoques de forma a não adquirir produtos em excesso, evitando assim o desperdício de material, controlar os prazos de validade, organizar os espaços dentro do Almoxarifado, solicitando apenas aqueles produtos que são demandados e nas quantidades necessárias para os fins a que se destinam. Diante do grande número de produtos a serem adquiridos nesse processo, há também a vantagem de uma maior competitividade entre os proponentes. Diante do exposto, observamos uma maior viabilidade na aquisição desses produtos por meio de ARP.

4.0 – DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

4.1 LEVANTAMENTO DE QUANTITATIVOS OU DEMANDA:

ITEM	DESCRIÇÃO	CONSUMO MÉDIO MENSAL	CONSUMO ESTIMADO ANUAL	ESTOQUE (abr2021)	PROGNÓSTICO (para 12 meses)	QUANTIDADE NECESSÁRIA (para 12 meses)
1	Água sanitária, com 05 litros, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	38	456	90	456	380
2	Detergente líquido para limpeza e desinfecção de utensílios de cozinha, biodegradável, neutro, em frasco plástico de 500 ml.	29	348	869	348	168
3	Essência aromática, aspecto físico líquido oleoso, hidrossolúvel na proporção de 01 parte de essência para 50 litros de água, aroma floral.	11	132	65	132	72
4	Essência aromática, aspecto físico líquido oleoso, hidrossolúvel na proporção de 01 parte de essência para 50 litros de água, aroma talco.	14	168	59	168	96
5	Limpador multiuso (desengordurante). Para uso na remoção de gorduras e sujeira em fogão, fornos e cozinha em geral. Embalagem plástica de 500 ml.	17	204	51	204	168

6	Limpador de vidros, destinado para limpeza e brilho de vidros, vitrines, janelas, espelhos, telas de TV, parabrisas e acrílicos. Unidade de fornecimento: frasco de 500 ml.	14	168	180	168	120
7	Desinfetante perfumado e bactericida, embalagem em plástico de 5 litros, aroma Floral ou Lavanda.	7	84	65	84	20
8	Inseticida, aplicação mata barata, formiga, mosca, pernilongo, muriçocas e carrapatos, embalagem tipo aerosol 300ml/199 gramas, registrado na ANVISA.	5	60	13	60	60
9	Desodorizador de ambientes, aerosol, fragrância lavanda, sem CFC, embalagem com 360 ml e 284 g, registrado na ANVISA.	12	144	27	144	120
10	Álcool em gel anti-séptico para higienização de mãos, teor alcoólico 70% - (70° GL). Disposto em frasco transparente de alta resistência de 400g a 500g.	75	900	473	900	432
11	Álcool etílico, tipo hidratado, teor alcoólico 70% (70° gl), apresentação líquido, 1 litro.	90	1.080	80	1.080	1.008
12	Álcool em gel anti-séptico para higienização de mãos, teor alcoólico 70% - (70° GL).	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	20
13	Esponja de limpeza tipo dupla face, esponja multi-uso, antibactérias, medindo 110 x 75 x 22 mm (formato retangular).	55	660	603	660	60
14	Flanela, comprimento 60 cm x 40 cm, cor branca.	21	252	580	252	60
15	Esponja de limpeza tipo lã de aço, composta de lã de aço carbono, própria para lavagem de louças e objetos de alumínio.	7	84	15	84	70
16	Lustra móveis para proteção de móveis, perfume jasmim ou lavanda, 200ml.	2	24	72	24	24
17	Silicone em gel, para uso em painéis, borrachas, bancos de couro, materiais plásticos, frasco com 200 ml.	2	24	20	24	12
18	Vaselina líquida 500 ml, contra efeitos da maresia, proteção em venezianas e portões de alumínio, sem odor.	6	72	30	72	48
19	Saboneteira em plástico ABS cromado, com reservatório em policarbonato. Abertura e fechamento com chave.	3	36	96	36	30
20	Toalheiro (dispenser) para papel toalha em bobina, com alavanca de barra frontal e serra para facilitar o corte do papel. Fechamento com chave.	2	24	19	24	12
21	Porta papel toalhas em folhas (dispenser) e base em ABS branco. Visor transparente para controle de reposição do papel.	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	50
22	Espanador Eletrostático, utilizado na limpeza seca. A luva refil deve ser confeccionada com fios 100% acrílicos.	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	50
23	Detergente removedor, de ceras e sujeiras no piso, isento de solvente de petróleo, atuando por fracionamento e emulsão.	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	90
24	Impermeabilizante à base de polímeros acrílicos e ceras sintéticas de alta qualidade.	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	50

25	Disco de limpeza/verde para enceradeira 510mm.	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	10
26	Shampoo para limpeza - Versatil beckplater, para limpeza de piso. Bombona de 5LT.	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	10
27	Pá coletora de lixo com tampa e reservatório retrátil, em poliestireno, cabo anatômico com altura ergonômica de 70 cm a 90 cm.	3	36	14	36	18
28	Vassoura (escova) plástica para higienização de vasos sanitários, tamanho superior a 30 cm.	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	120
29	Rodo com cabo em madeira suporte de plástico com lâmina em EVA duplo.	8	96	42	96	60
30	Rodo plástico, cabo de madeira, comprimento do suporte de 50 cm ou 60 cm.	4	48	45	48	24
31	Vassoura, material cerdas pêlo sintético, cabo de madeira coberta com plástico, material cepa plástico.	5	60	34	60	36
32	Vassoura, material cerdas nylon reforçado e cerdas duras em PET, cabo de madeira.	7	84	37	84	48
33	Vassoura tipo gari, cerdas de PET, Tamanho da vassoura (AxL): 9 x 40 cm, cabo em madeira plastifica.	1	6	6	6	6
34	Vassoura para recolhimento de folhas tipo ancinho, em plástico, formato triangular, com 22 dentes.	3	36	0	36	36
35	Vassoura de cerdas piaçava, cabo e cepa de madeira, capa folha flange, comprimento da cepa 24 cm, comprimento das cerdas 28 cm.	3	36	28	36	24
36	Escova multiuso (Escova Tanque) anatômica com alça que facilita o manuseio. Composição em polipropileno, PET, Máster.	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	0	PRODUTO NOVO	50
37	Papel higiênico em rolo, pacote com 4 (quatro) unidades, folha dupla; branco; 10cm x 30m, picotado e gofrado; neutro.	24	288	178	288	208
38	Papel Higiênico em rolo, folha simples, gofrado, de alta maciez, branco, com alvura superior a 80%, sem manchas, bobina com as seguintes medidas: 10cm x 300m.	70	840	911	840	80
39	Papel toalha interfolha 2 dobras, formato 22,5 x 20,5cm, podendo variar em até 5%, branco.	30	360	1.040	360	78
40	Papel toalha em bobina, tipo institucional, folha simples, gofrado, alta qualidade. Dimensões: 20 cm X 100 metros, branco.	120	1.440	1.160	1.440	320
41	Sabão em barra, composição básica sais ácido graxo, tipo glicerinado.	8	96	106	96	20
42	Sabão em pó. Composição Tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvantes Apresentação em embalagem de 500g.	60	720	295	720	480
43	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 40 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades.	3	36	0	36	40
44	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 40 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades.	9	108	0	108	120
	Saco para lixo em plástico resistente,					

45	capacidade 100 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades.	1	12	0	12	20
46	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 100 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades.	3	36	0	36	40
47	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 200 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades.	1	12	0	12	20
48	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 200 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades.	1	12	0	12	20
49	KIT 4 X 50L de COLETORES SELETIVOS DE ABERTURA FRONTAL (AZUL, VERDE, VERMELHO e AMARELO).	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	10
50	Contentor de lixo, produzido em polietileno de alta densidade; Volume mínimo de 240 litros.	1	6	1	6	6
51	Rodo limpa vidros telescópico com cabo extensor de alumínio, com alcance de até 1,6m.	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	5
52	Conjunto Mop úmido (mop, suporte e cabo), cabo em alumínio medindo 140 a 150 cm.	2	24	5	24	24
53	Aparelho (tipo spray automático) odorizante de ambiente, com 01 (um) refil aerossóis de 250ml.	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	PRODUTO NOVO	12
54	Balde plástico, capacidade para 20 litros, sem tampa e com alça de metal para transporte.	1	12	3	12	12
55	Pastilha (pedra) sanitária, composição paradicloloro benzeno-99%, germicida e bactericida, aspecto físico tablete sólido.	84	1.008	416	1.008	660
56	Detergente neutro, concentrado, desengordurante e umectante. Apresentação em embalagem tipo bombona plástica com 05 litros do produto.	8	96	71	96	28
57	Sabonete Cremoso para uso em reservatório de saboneteira plástica, aspecto físico líquido cremoso, embalagem plástica tipo bombona contendo 05 litros.	8	9	24	96	72
58	Tela desodorizante para mictório confeccionado em PVC injetado; fórmula com essência hiperconcentrada.	38	456	0	456	600

4.2 LEVANTAMENTO DE LOCAIS QUE NECESSITAM DO OBJETO:

De modo geral, a Seção Judiciária necessita dos materiais de limpeza, tendo em vista se utilizarem dos produtos para limpeza da instituição, manutenção ou mesmo armazenamento do lixo produzido, bem como da utilização indireta dos demais produtos listados na tabela detalhada (item 2.1 deste documento). Porém os setores que demandam diretamente esses insumos são a Seção de Serviços Gerais e a Seção de Administração Predial da Justiça Federal do Rio Grande do Norte.

5.0 – DO ESTUDO MERCADOLÓGICO DE SOLUÇÕES

5.1 Compilação da pesquisa de preços realizada pelo Setor de Almoxarifado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	PREÇOS PRATICADOS			FONTE DE CONSULTA
			EMPRESAS	Vlr Unit. (R\$)	Vlr Total (R\$)	
1	Água sanitária, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem plástica	380	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Universidade Federal da Integração Latino-Americana	10,00	3.800,00	NºPregão:452020 UASG:158658
			MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Planalto 2 Batalhão Ferroviário	9,73	3.697,40	NºPregão:252020 UASG:160106

	com 05 litro, registrado na ANVISA. Validade mínima de 05 meses a partir da data de entrega.		Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	12,22	4.643,60	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)
2	Detergente líquido para limpeza e desinfecção de utensílios de cozinha, biodegradável, neutro, em frasco plástico de 500 ml, tampa com bico dosador, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	168	conselho regional de odontologia do df	1,95	327,60	NºPregão:62020 UASG:389227
			MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - FUNAI COORDENAÇÃO REGIONAL EM JUÍNA	2,03	341,04	NºPregão:42020 UASG:194067
			EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA EMBRAPA/CNPMA	2,05	344,40	Dispensa de Licitação Nº 4700/2020 UASG: 135025
3	Essência aromática, aspecto físico líquido oleoso, hidrossolúvel na proporção de 01 parte de essência para 50 litros de água, aroma floral, aplicação desinfetante, frasco com 01 litro, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses contados a partir da data de entrega.	72	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Nordeste 10ª Região Militar 24º Batalhão de Caçadores	19,00	1.368,00	NºPregão:132021 UASG:160105
			Amazon (https://www.amazon.com.br/)	22,00	1.584,00	Amazon (https://www.amazon.com.br/)
			Imbel-Indústria de Material Bélico do Brasil	17,73	1.276,56	NºPregão:22020 UASG:168003
4	Essência aromática, aspecto físico líquido oleoso, hidrossolúvel na proporção de 01 parte de essência para 50 litros de água, aroma talco, aplicação desinfetante, frasco com 01 litro, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses contados a partir da data de entrega.	96	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Nordeste 10ª Região Militar 24º Batalhão de Caçadores	19,00	1.824,00	NºPregão:132021 UASG:160105
			Amazon (https://www.amazon.com.br/)	22,00	2.112,00	Amazon (https://www.amazon.com.br/)
			Imbel-Indústria de Material Bélico do Brasil	17,73	1.702,08	NºPregão:22020 UASG:168003
5	Limpador multiuso (desengordurante). Para uso na remoção de gorduras e sujeira em fogão, fornos e cozinha em geral. Com aroma agradável, inofensivo à pele, registrado na ANVISA, em embalagem plástica de 500 ml, contendo tampa com válvula de pressão - tipo gatilho com spray pulverizador disposta no lado superior do frasco, com rótulo indicando o nome do fabricante, CNPJ, químico responsável e nº CRQ, número de registro na ANVISA, lote de fabricação e prazo de validade do produto. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	168	Departamento de Água e Esgoto de Santana do Livramento	13,00	2.184,00	NºPregão:232021 UASG:925282
			Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	12,90	2.167,20	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)
			MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Universidade Federal de Santa Catarina Pró-Reitoria de Administração	12,40	2.083,20	NºPregão:2362020 UASG:153163
6	Limpador de vidros, destinado para limpeza e brilho de vidros, vitrines, janelas, espelhos, telas de TV, parabrisas e acrílicos. Unidade de fornecimento: frasco de 500 ml, contendo tampa com válvula de pressão - tipo gatilho com spray pulverizador disposta no lado superior do frasco, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	120	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO	8,30	996,00	NºPregão:202021 UASG:987813
			PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE	9,90	1.188,00	5321
			PREFEITURA MUNICIPAL ITAU DE MINAS	8,05	966,00	221

7	Desinfetante perfumado e bactericida, embalagem em plástico de 5 litros, aroma Floral ou Lavanda, registro na Anvisa, uso em pisos, azulejos e superfícies laváveis. Composição: Tensoativo catiônico, Sequestrante, Conservante, Opacificante, Atenuador de espuma, Controlador de pH, Fragrância e água. Componente ativo: 0,33% de cloreto de alquildimetilbenzilamônio. Validade mínima de 18 meses.	20	COMANDO DA MARINHA/CENT.INTEND.DA MARINHA EM S.PEDRO DA ALDEIA	8,60	172,00	Dispensa de Licitação Nº 811/2020 UASG: 791181
			CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU/SC	8,19	163,80	NºPregão:82020 UASG:928078
			Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	9,12	182,40	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)
8	Inseticida, aplicação mata barata, formiga, mosca, pernilongo, muriçocas e carrapatos, ação prolongada por aproximadamente 06 semanas. Composição: Imiprotrina 0,05% ciflutrina 0,015%, embalagem tipo aerosol 300ml/199 gramas, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	60	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC AMAZONAS	9,20	552,00	NºPregão:442020 UASG:928123
			MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ACRE - AC	10,38	622,80	NºPregão:112020 UASG:926500
			PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLANDIA	9,90	594,00	00001121
9	Desodorizador de ambientes, aerosol, fragrância lavanda, sem CFC, controla odores desagradáveis causados por fungos e bactérias, inibe o crescimento de bactérias, embalagem com 360 ml e 284 g, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	120	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA MA	8,90	1.068,00	NºPregão:22020 UASG:927197
			MUNICIPIO DE SÃO SIMÃO/GO	8,78	1.053,60	14921
			PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA	9,90	1.188,00	00002120
10	Álcool em gel anti-séptico para higienização de mãos, teor alcoólico 70% - (70° GL). Água desmineralizada, com hidratantes, disposto em frasco plástico transparente de alta resistência de 400g a 500g, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	432	CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS	8,83	3.814,56	NºPregão:22021 UASG:926686
			PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA	8,87	3.831,84	NºPregão:42021 UASG:987809
			FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO COORDENAÇÃO REGIONAL DO ALTO SOLIMÕES/AM	8,35	3.607,20	Dispensa de Licitação Nº 31/2020 UASG: 194063
11	Álcool etílico, tipo hidratado, teor alcoólico 70% (70° gl), apresentação líquido, 1 litro. Observações: Embalagem do produto em caixa de papelão, contendo CNPJ do fabricante. Observações: O material deverá estar de acordo com as normas técnicas atuais vigentes: ABNT, INMETRO, ANVISA ou qualquer órgão nacional, com comprovada credibilidade. Com validade no mínimo de 18 meses, a partir da data da entrega.	1.008	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO GURUPI	8,33	8.396,64	NºPregão:22021 UASG:980126
			Secretaria de Estado de Saúde/RR	9,37	9.444,96	NºPregão:112021 UASG:456961
			CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO	9,99	10.069,92	NºPregão:342020 UASG:926310
12	Álcool em gel anti-séptico para higienização de mãos, teor alcoólico 70% - (70° GL). Água desmineralizada, com hidratantes, disposto em galão	20	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO COORDENAÇÃO REGIONAL PASSO FUNDO	53,90	1.078,00	Dispensa de Licitação Nº 76/2020 UASG: 194027
			GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS	53,00	1.060,00	NºPregão:1382020 UASG:987791

	plástico de 5L e registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.		CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM - ES	54,00	1.080,00	NºPregão:122020 UASG:389326
13	Esponja de limpeza tipo dupla face, esponja multi-uso, antibactérias, medindo 110 x 75 x 22 mm (formato retangular), constituída de espuma de poliuretano com bactericida (lado amarelo) e fibra sintética com abrasivo (lado verde), embaladas individualmente com identificação da marca e do fabricante. Observações: A composição, o prazo de validade e as medidas deverão estar destacados nas embalagens individuais. Prazo de validade mínimo de 02 (dois) anos a contar da entrega.	60	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - FUNAI COORDENAÇÃO DE REGIONAL CUIABÁ	1,43	85,80	NºPregão:52020 UASG:194028
			MINISTÉRIO DA ECONOMIA Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda/RJ	1,41	84,60	NºPregão:92020 UASG:170114
			Governo do Estado de Mato Grosso do Sul Agencia Estadual de Metrologia	1,50	90,00	NºPregão:42020 UASG:926226
14	Flanela, comprimento 60 cm x 40 cm, cor branca, cantos arredondados, acabamento nas bordas em over. O produto deverá conter etiqueta do fabricante. Validade indeterminada.	60	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC AMAZONAS	2,09	125,40	NºPregão:442020 UASG:928123
			Conselho Regional de Medicina do Estado do Amapá	2,24	134,40	NºPregão:22020 UASG:926464
			CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA CX.DE FINANCIAMENTO IMOBIL. DA AERONÁUTICA	1,95	117,00	Dispensa de Licitação Nº 32/2020 UASG: 123001
15	Esponja de limpeza tipo lã de aço, composta de lã de aço carbono, própria para lavagem de louças e objetos de alumínio. Em pacotes de no mínimo 44 g com 8 unidades cada. Prazo de validade mínimo de 02 (dois) anos a contar da entrega.	70	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ACRE - AC	2,19	153,30	NºPregão:112020 UASG:926500
			CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA MA	2,20	154,00	NºPregão:22020 UASG:927197
			Fundo Municipal de Saúde de Mineiros - GO	2,00	140,00	NºPregão:32020 UASG:460262
16	Lustra móveis para proteção de móveis, perfume jasmim ou lavanda, 200ml, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses.	24	COMANDO DA MARINHA CENT.INTEND.DA MARINHA EM S.PEDRO DA ALDEIA	5,34	128,16	Dispensa de Licitação Nº 811/2020 UASG: 791181
			Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	4,00	96,00	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)
			PREFEITURA MUNICIPAL DE SABINO	3,40	81,60	00002620
17	Silicone em gel, para uso em painéis, borrachas, bancos de couro, materiais plásticos, frasco com 200 ml, registrado na ANVISA. Validade mínima de 10 meses a contar da data da entrega.	12	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA Departamento de Polícia Federal Superintendência Regional no Estado de São Paulo	12,75	153,00	NºPregão:172020 UASG:200360
			MINISTERIO DA ECONOMIA MF	19,83	237,96	Dispensa de Licitação Nº 6/2020 UASG: 170314
			PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALVORADA DO SUL	13,00	156,00	00001421
18	Vaselina líquida 500 ml, contra efeitos da maresia, proteção em venezianas e portões de alumínio, sem odor, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses.	48	COMANDO DO EXERCITO HOSPITAL GERAL DE JUIZ DE FORA	13,45	645,60	Dispensa de Licitação Nº 85/2020 UASG: 160121
			Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	19,47	934,56	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)
			Prefeitura Municipal de Santa Cruz	16,00	768,00	125298
19	Saboneteira em plástico ABS cromado, com reservatório em policarbonato. Abertura e fechamento com chave. Capacidade do reservatório: 800 a 900 mL. Dimensões do produto: 21,5 cm (altura) X 9 cm (largura) X 9 cm (profundidade). Cor: Branca ou transparente.	30	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA EMBRAPA/CPAP	36,07	1.082,10	Dispensa de Licitação Nº 14/2020 UASG: 135018
			CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ	39,00	1.170,00	NºPregão:182020 UASG:460681
			CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS DA 6 REGIAO	38,75	1.162,50	NºPregão:82020 UASG:926499

20	Toalheiro (dispenser) para papel toalha em bobina, com alavanca de barra frontal e serra para facilitar o corte do papel. Fechamento com chave, tampa branca ou semi transparente, fabricado em material termoplástico, acompanha parafusos e buchas de instalação. Capacidade: papel em rolo de 200 mt. Dimensões: 360mm(altura) x 260mm (largura) x 240mm (profundidade).	12	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL PR	180,00	2.160,00	NºPregão:392020 UASG:985475
			CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS DA 6 REGIAO	168,27	2.019,24	NºPregão:82020 UASG:926499
			Prefeitura Municipal de Figueirão/MS	158,00	1.896,00	1122
21	Porta papel toalhas em folhas (dispenser) e base em ABS branco. Visor transparente para controle de reposição do papel. Capacidade: 600 folhas de papel toalha interfolhada. Acompanha chave e kit para fixação na parede com buchas e parafusos. Dimensões aproximadas: 285mm(altura) x 255mm (largura) x 120mm (profundidade). Validade indeterminada.	50	conselho regional de odontologia do df	31,00	1.550,00	NºPregão:62020 UASG:389227
			MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Sul 5ª Região Militar 15ªBrigada de Infantaria Mecanizada 15ªCompanhia de Engenharia de Combate	32,18	1.609,00	NºPregão:92020 UASG:160230
			Conselho Nacional de Justiça	30,00	1.500,00	NºPregão:292020 UASG:40003
22	Espanador Eletrostático, utilizado na limpeza seca. A luva refil deve ser confeccionada com fios 100% acrílicos e que permita a lavagem da mesma sem perder a capacidade de limpeza. O cabo deve ser confeccionado em polietileno de alta densidade, e seu formato ergonômico e leve. Dimensões aproximadas do produto: 10 x 25 x 50 cm; 150 g. Cor azul, verde ou cinza. Validade indeterminada.	50	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DO DF	18,16	908,00	NºPregão:232020 UASG:90026
			MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Universidade Tecnológica Federal do Paraná UTFPR - Campus Cornélio Procopio	23,93	1.196,50	NºPregão:302020 UASG:153176
			Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	24,90	1.245,00	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)
23	Detergente removedor, de ceras e sujeiras no piso, isento de solvente de petróleo, atuando por fracionamento e emulsão. Baixo poder espumante. Composição: éter glicólico, álcool etoxilado, hidróxido de potássio. pH (100%): 10,0 – 12,0; densidade (g/mL): 1,0 e viscosidade (Copoford 4/25oC): 5” – 15”. Frasco com 05 litros. Registrado na ANVISA, validade superior a 12 meses.	90	PREFEITURA MUNICIPAL	118,14	10.632,60	00009520
			Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz/SP	124,00	11.160,00	54252020
			Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	115,00	10.350,00	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)
24	Impermeabilizante à base de polímeros acrílicos e ceras sintéticas de alta qualidade. Composição: acrílico/polietileno, éteres de glicóis, tensoativo carboxifluorado. pH (100%): 8,0 – 10,0 e viscosidade (Copoford 4/25oC): 9” – 13”. Frasco com 05 litros. Registrado na ANVISA, validade superior a 12 meses.	50	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE COSTA OESTE	112,70	5.635,00	NºPregão:72021 UASG:458269
			PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO	120,83	6.041,50	NºPregão:142021 UASG:983781
			PREFEITURA MUNICIPAL	134,64	6.732,00	00009520

25	Disco de limpeza/verde para enceradeira 510mm.	10	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	49,90	499,00	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)
			Câmara Municipal de Aral Moreira/MS	65,00	650,00	77
			Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz/SP	72,21	722,10	54162020
26	Shampoo para limpeza - Versatil beekplater, para limpeza de piso. Bombona de 5LT, validade superior a 12 meses.	10	JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - CE	40,00	400,00	NºPregão:452020 UASG:90006
			PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUI	38,82	388,20	00008520
			Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	39,90	399,00	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)
27	Pá coletora de lixo com tampa e reservatório retrátil, em poliestireno, cabo anatômico com altura ergonômica de 70 cm a 90 cm, trava de fixação do cabo na pá para transporte e despejo dos detritos. Cor: Azul, cinza ou verde. Dimensões: comprimento: 29cm, largura: 29cm; altura: 14cm. Podendo as dimensões sofrer variação de 5%. Validade indeterminada.	18	CONSELHO REGIONAL DOS CORRETORES DE IMÓVEIS DE SANTA CATARINA	34,05	612,90	NºPregão:92020 UASG:926804
			MINISTÉRIO DA DEFESA Comando da Aeronáutica GRUPAMENTO DE APOIO DE BARBACENA	26,00	468,00	NºPregão:842020 UASG:120634
			Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	29,98	539,64	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)
28	Vassoura (escova) plástica para higienização de vasos sanitários, tamanho superior a 30 cm. Validade indeterminada.	120	Amazon (https://www.amazon.com.br/)	10,50	1.260,00	Amazon (https://www.amazon.com.br/)
			MUNICÍPIO DE COSMORAMA	8,41	1.009,20	00000821
			PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES	11,00	1.320,00	1120799-30-12-2020
29	Rodo com cabo em madeira suporte de plástico com lâmina em EVA duplo, possui pontos que seguram melhor o pano, comprimento do suporte 30 cm, comprimento do cabo no mínimo 120 cm. Validade indeterminada.	60	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ/BA	4,90	294,00	NºPregão:22021 UASG:983475
			PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE	5,50	330,00	NºPregão:592020 UASG:987989
			PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE	6,70	402,00	NºPregão:592020 UASG:987989
30	Rodo plástico, cabo de madeira, comprimento do suporte de 50 cm ou 60 cm, quantidade de duas borrachas, protetor de salpicos; comprimento do cabo 120 cm. Validade indeterminada.	24	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ/PR	10,00	240,00	NºPregão:992020 UASG:985487
			PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ/PR	11,50	276,00	NºPregão:992020 UASG:985487
			MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre	12,00	288,00	NºPregão:212020 UASG:154032
31	Vassoura, material cerdas pelo sintético, cabo de madeira coberta com plástico, material cepa plástico, comprimento da cepa 30cm, comprimento cerdas 7cm, aplicação limpeza em geral, comprimento do cabo 140 cm. Validade indeterminada.	36	COMANDO DA MARINHA/DIRETORIA	10,10	363,60	Dispensa de Licitação Nº 286/2020 UASG: 740000
			MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Leste 1ª Região Militar HOSPITAL MILITAR DE RESENDE RJ	10,40	374,40	NºPregão:92020 UASG:160239
			PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA	10,45	376,20	00000221
32	Vassoura, material cerdas nylon reforçado e cerdas duras em PET, cabo de madeira coberta com plástico, cepa plástico, comprimento cerdas 11 cm, com cabo rosqueado, tipo doméstica, cabo comprido, largura cepa 21 cm, comprimento do cabo 140 cm. Validade indeterminada.	48	MINISTERIO DA ECONOMIA DRF	6,99	335,52	Dispensa de Licitação Nº 17/2020 UASG: 170109
			MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército 22 Batalhão de Infantaria	7,10	340,80	NºPregão:142020 UASG:160547
			MUNICIPIO DO BREJO DA MADRE DE DEUS / (1) PREFEITURA MUNICIPAL	6,72	322,56	NºLicitação:840314
33	Vassoura tipo gari, cerdas de PET, Tamanho da vassoura (AxL): 9 x 40 cm, cabo em madeira plastificada 1,20 mt. Validade indeterminada.	6	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO OESTE	17,97	107,82	NºPregão:342020 UASG:987561
			PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAUNA	15,80	94,80	00012521
			MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO	13,76	82,56	00016620

34	Vassoura para recolhimento de folhas tipo ancinho, em plástico, formato triangular, com 22 dentes podendo variar até 26 dentes (dentes retangulares), com cabo de madeira de 100 a 120cm.	36	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA Secretaria de Estado de Educação e Desporto/Estado de Roraima	17,45	628,20	NºPregão:132020 UASG:452346
			PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE	16,50	594,00	NºPregão:802020 UASG:981981
			Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	21,90	788,40	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)
35	Vassoura de cerdas piaçava, cabo e cepa de madeira, capa folha flange, comprimento da cepa 24 cm, comprimento das cerdas 28 cm, com cabo colado, tipo institucional, tipo cabo comprido, comprimento do cabo 140 cm. Validade indeterminada.	24	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO OBSERVATORIO NACIONAL	10,50	252,00	Dispensa de Licitação Nº 15/2021 UASG: 240126
			EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA EMBRAPA/CPAF	10,35	248,40	Dispensa de Licitação Nº 44/2020 UASG: 135002
			MUNICIPIO DE ITABIRA / (3) DEPTO MATERIAL E PATRIMONIO E/OU DEPTO CONTRATOS	12,95	310,80	NºLicitação:835753
36	Escova multiuso (Escova Tanque) anatômica com alça que facilita o manuseio. Composição em polipropileno, PET, Máster. Comprimento 13,5cm, largura 5cm e altura 7,5cm. Podendo variar em ± 1cm. Cerdas com 2,5cm. Validade indeterminada.	50	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DO DF	4,21	210,50	NºPregão:232020 UASG:90026
			Prefeitura Municipal de Bandeirantes/MS	4,50	225,00	1395
			MUNICÍPIO DE COSMORAMA	4,40	220,00	00000821
37	Papel higiênico em rolo, pacote com 4 (quatro) unidades, folha dupla; branco; de alta qualidade, picotado e gofrado; neutro, matéria prima 100% fibras vegetais, não reciclado, rolo com comprimento de 30 m e com largura de 10 cm, diâmetro interno do tubete de no mínimo 4 cm; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos, metragem do papel, nome e dados do fabricante e embalagem com boa visibilidade do produto, conforme exigências previstas na Portaria 153, de 19/05/08 - INMETRO. Validade indeterminada.	208	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - FUNAI COORDENAÇÃO REGIONAL EM JUÍNA	5,39	1.121,12	NºPregão:42020 UASG:194067
			COMANDO DA AERONAUTICA BASE AEREA DE SALVADOR	4,98	1.035,84	Dispensa de Licitação Nº 62/2020 UASG: 120023
			MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LABORATORIO NACIONAL DE ASTROFISICA	5,19	1.079,52	Dispensa de Licitação Nº 364/2020 UASG: 240128
38	Papel Higiênico em rolo, linha institucional, folha simples, gofrado, de alta maciez, branco, com alvura superior a 80%, sem manchas, bobina com as seguintes medidas: 10cm x 300m, neutro, 100% celulose virgem, não reciclado. Apresentação em caixas de papelão contendo 8 (oito) unidades de bobinas. Na embalagem de apresentação deverão constar informações do fabricante, marca, especificações do produto, bem como a sua composição. As mesmas devem estar impressas na embalagem de forma legível, conforme exigências previstas na Portaria 153, de 19/05/08 - INMETRO. Validade indeterminada.	80	CONSELHO REGIONAL DOS CORRETORES DE IMÓVEIS DE SANTA CATARINA	39,72	4.766,40	NºPregão:92020 UASG:926804
			Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	44,00	5.280,00	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)
			INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DE RORAIMA-IPER / (1) ADMINISTRATIVO	49,16	5.899,20	NºLicitação:834407

39	Papel toalha interfolha 2 dobras, formato 22,5 x 20,5cm, podendo variar em até 5%, branco, 100% celulose, aplicação em toaletes/suportes instalados em banheiros. Pacote com 1000 folhas. Validade indeterminada.	78	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Fundação Universidade do Amazonas	9,58	1.149,60	NºPregão:2642020 UASG:154039
			MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ	9,80	1.176,00	NºPregão:112020 UASG:156678
			MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Universidade Federal de Viçosa	9,83	1.179,60	NºPregão:1262020 UASG:154051
40	Papel toalha em bobina, tipo institucional, folha simples, gofrado, alta qualidade. Dimensões: 20 cm X 100 metros, branco. Composição: 100% celulose virgem. Embalagem: unidades de bobinas acondicionadas em caixas de papelão com 8 bobinas. A composição, a marca do fabricante e as medidas deverão estar destacadas na embalagem. Validade indeterminada.	320	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO	34,85	11.152,00	NºPregão:312020 UASG:987775
			Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	48,90	15.648,00	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)
			PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA.	34,70	11.104,00	00021520
41	Sabão em barra, composição básica sais ácido graxo, tipo glicerinado, características adicionais com perfume de limão, barra de 200 gramas, aspecto físico sólido, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	20	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE	1,86	37,20	NºPregão:3892020 UASG:460027
			CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS DA 6 REGIAO	1,70	34,00	NºPregão:122020 UASG:926499
			MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA/CPAF-RORAIMA	1,98	39,60	NºPregão:22020 UASG:135005
42	Sabão em pó. Composição Tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvantes, sinergista, corantes, enzimas, branqueador óptico, essência, água, alvejante. Apresentação em embalagem de 500g do produto, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	480	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - FUNAI COORDENAÇÃO REGIONAL EM JUÍNA	4,08	1.958,40	NºPregão:42020 UASG:194067
			FUNDACAO NACIONAL DO INDIO COORDENAÇÃO REGIONAL MÉDIO PURUS	3,99	1.915,20	Dispensa de Licitação Nº 22/2020 UASG: 194048
			MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Sul COMANDO DA 3ª DIVISÃO DO EXÉRCITO - BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE SAN TA MARIA 6ªBrigada de Infantaria Blindada 29ºBat	3,75	1.800,00	NºPregão:52020 UASG:160407
43	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 40 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	40	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO HOSPITAL UNIVERSITARIO JULIO MARIA BANDEIRA DE MELLO	14,40	576,00	NºPregão:62021 UASG:155912
			CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA/RS	14,38	575,20	NºPregão:22021 UASG:925176
			CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DO DF	15,00	600,00	NºPregão:232020 UASG:90026
44	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 40 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	120	PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA	12,70	1.524,00	NºPregão:272021 UASG:987809
			CONS.REG.DE FISIO.TERAP.Ocupacional 4ª REGIÃO	13,50	1.620,00	NºPregão:52021 UASG:389103
			EMPRESA MUNICIPAL DE URBANISMO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP	12,67	1.520,40	NºPregão:12020 UASG:928185
45	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 100 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	20	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU	16,00	320,00	NºPregão:62021 UASG:983891
			SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES PÚBLICOS - STTP-CG	16,50	330,00	NºPregão:12021 UASG:927638
			MINISTÉRIO DA DEFESA Comando da Aeronáutica Base Aérea de Fortaleza	15,99	319,80	NºPregão:402020 UASG:120014
	Saco para lixo em plástico		Prefeitura Municipal de Caraúbas	14,60	584,00	NºPregão:12021 UASG:981645

46	resistente, capacidade 100 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	40	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Secretaria de Ciência e Tecnologia Centro Tecnológico do Exército	14,02	560,80	NºPregão:342020 UASG:160291
			MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Sul 6ªDivisão de Exército 8ªBrigada de Infantaria Motorizada	13,50	540,00	NºPregão:42020 UASG:160380
47	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 200 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	20	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Sul 5ª Região Militar 14ªBrigada de Infantaria Motorizada 62ºBatalhão de Infantaria Motorizada	20,89	417,80	NºPregão:112020 UASG:160446
			MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Nordeste 10ª Região Militar 25ºBatalhão de Caçadores	22,47	449,40	NºPregão:262020 UASG:160204
			MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto fed. de educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Campos	18,39	367,80	NºPregão:42020 UASG:158274
48	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 200 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	20	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Sul 5ª Região Militar 14ªBrigada de Infantaria Motorizada 62ºBatalhão de Infantaria Motorizada	20,89	417,80	NºPregão:112020 UASG:160446
			GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Previdência.	24,30	486,00	NºPregão:240972020 UASG:925162
			MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Nordeste 10ª Região Militar 25ºBatalhão de Caçadores	22,47	449,40	NºPregão:262020 UASG:160204
49	KIT 4 X 50L de COLETORES SELETIVOS DE ABERTURA FRONTAL (AZUL, VERDE, VERMELHO e AMARELO), POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA com proteção UV (utilização em ambientes externos), com SUPORTE EM AÇO. MEDIDAS DE REFERÊNCIA: ALTURA 125 CM, COMPRIMENTO 180CM.	10	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	1.061,56	10.615,60	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)
			COMANDO DO EXERCITO 18 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/RS	786,60	7.866,00	Dispensa de Licitação Nº 47/2021 UASG: 160384
			PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ/PR	700,00	7.000,00	NºPregão:492021 UASG:987689
50	Contentor de lixo, produzido em polietileno de alta densidade; Volume mínimo de 240 litros; Suportar carga mínima de 96 kg; 02 (duas) rodas de aro 300mm em polietileno de alta densidade e bandagem de borracha maciça; Dimensões mínimas: 58cm x 78cm x 111cm.	6	CONSELHO REG. DE FARMACIA DO RIO DE JANEIRO CONSELHO REG. DE FARMACIA DO RIO DE JANEIRO	288,45	1.730,70	Dispensa de Licitação Nº 6/2020 UASG: 389455
			COMANDO DA MARINHA CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA NITEROI	300,00	1.800,00	Dispensa de Licitação Nº 356/2020 UASG: 791010
			MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais s Campus Januária	291,76	1.750,56	NºPregão:182020 UASG:158378
51	Rodo limpa vidros telescópico com cabo extensor de alumínio, com alcance de até 1,6m. Na extremidade, um dos lados possui rodinho emborrachado, do outro, microfibras (refil) que pode ser retirada e lavada.	5	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ/PR	42,30	211,50	NºPregão:992020 UASG:985487
			COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS	39,22	196,10	5030001 000066/2020
			Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	44,90	224,50	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)
52	Conjunto Mop úmido (mop, suporte e cabo), cabo em alumínio medindo 140 a 150 cm. Cabo acompanhado de suporte plástico com trava,	24	PREF.MUN.DE SAO LUIS DO QUITUNDE	94,90	2.277,60	NºPregão:12021 UASG:982869
			Fundo Municipal de Saúde de Mineiros - GO	70,00	1.680,00	NºPregão:32020 UASG:460262

	mop algodão tipo ponta dobrada, cor natural, peso do mop 340g. Validade indeterminada.		Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	84,90	2.037,60	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)
53	Aparelho (tipo spray automático) odorizante de ambiente, com 01 (um) refil aerossóis de 250ml, podendo variar para mais em até 20ml. Alimentado por duas pilhas AA. Registrado na ANVISA. Validade indeterminada para o aparelho e validade mínima de 12 (doze) meses para o refil.	12	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANA	46,47	557,64	NºPregão:102021 UASG:925154
			Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	51,68	620,16	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)
			Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	54,32	651,84	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)
54	Balde plástico, capacidade para 20 litros, sem tampa e com alça de metal para transporte. Cor verde, azul, amarelo ou preto. Validade: indeterminada.	12	INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS IFAM	13,00	156,00	Dispensa de Licitação Nº 1/2021 UASG: 156746
			MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa CPATC	14,00	168,00	NºPregão:232020 UASG:135013
			PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAJOBÍ	10,50	126,00	00011120
55	Pastilha (pedra) sanitária, composição paradiclóro benzeno-99%, germicida e bactericida, aspecto físico tablete sólido com no mínimo 30 gramas com suporte plástico para engate no vaso sanitário, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	660	Governo do Estado do Maranhão Prefeitura de São Luis - Maranhão	1,26	831,60	NºPregão:1592020 UASG:980921
			Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	1,69	1.115,40	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)
			PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA	1,07	706,20	1115401-20-01-2021
56	Detergente neutro, concentrado, desengordurante e umectante. Outras características: Ácido Dodecilbenzeno, espessante, conservante, sulfonato de sódio. pH (100%) >> 6,5 à 7,5; Densidade 0,950 à 1,050 g/cm³; Solubilidade em água: 100%. Apresentação em embalagem tipo bombona plástica com 05 litros do produto. Produto registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	28	COMANDO DO EXERCITO 18 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA	16,00	448,00	Dispensa de Licitação Nº 6/2021 UASG: 160159
			MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO COMPLEXO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO DA UFPA	14,43	404,04	NºPregão:312020 UASG:155909
			UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS PRO	15,90	445,20	Dispensa de Licitação Nº 54/2020 UASG: 153273
57	Sabonete Cremoso para uso em reservatório de saboneteira plástica, aspecto físico líquido cremoso, odor lavanda ou erva-doce, aplicação antisepsia das mãos, apresentado em embalagem plástica tipo bombona contendo 05 litros do produto, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses contados a partir da data de entrega.	72	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Nordeste COMANDO DO 1º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA 4º Batalhão de Engenharia de Construção	18,72	1.347,84	NºPregão:562020 UASG:160027
			CONS.REG.DE FISIO.TERAP.Ocupacional 4ª REGIÃO	18,00	1.296,00	NºPregão:52021 UASG:389103
			PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA	19,00	1.368,00	1112010-01-03-2021

58	Tela desodorizante para mictório confeccionado em PVC injetado; fórmula com essência hiperconcentrada contendo bactericida que permita a odorização; indicado para mictório de parede; fragrância cereja ou tutti frutti, registrado na ANVISA. Validade mínima de 05 meses contados a partir da data de entrega.	600	MINISTÉRIO DA ECONOMIA Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda/ES	2,30	1.048,80	NºPregão:12021 UASG:170100
			MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Sul 1º Batalhão Ferroviário	2,85	1.299,60	NºPregão:422020 UASG:160447
			MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Sul 5ª Região Militar 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada 26º Grupo de Artilharia de Campanha	2,95	1.345,20	NºPregão:92020 UASG:160228

5.2 CONDIÇÕES GERAIS PRATICADAS PELO MERCADO:

Um levantamento ao mercado sobre as condições de entrega, prazos e garantias referente aos itens elencados nesse estudo preliminar, constatou prazos entre 25 e 30 dias úteis para todos os itens. A entrega é realizada no endereço fornecido pelo Órgão e as garantias são as contidas no Código de Defesa do Consumidor. As aquisições dos produtos são realizadas por meio de notas de empenho e os depósitos referentes aos pagamentos são realizados diretamente na conta do fornecedor.

6.0 – DA NORMALIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

6.1 LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE O OBJETO:

- O Decreto nº 4.074 de 04/01/2002 aplica-se a todos os itens que possuem produtos que agridem o meio ambiente em relação ao destino final dos resíduos e das embalagens.
- Resolução nº 55 de 10/11/2009 / ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Dispõe sobre Regulamento Técnico para Produtos Saneantes Categorizados como Água Sanitária e Alvejantes à Base de Hipoclorito de Sódio ou Hipoclorito de Cálcio e dá outras providências..
- PORTARIA INMETRO Nº 251, DE 9 DE JUNHO DE 2021 - Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado sobre conteúdos líquidos de mercadorias pré-embaladas..
- Resolução RDC nº 42, de 25/10/2010 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de preparação alcoólica para fricção antisséptica das mãos, pelos serviços de saúde do País, e dá outras providências. ANVISA / M. S.
- Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos

6.2 NORMAS REGULAMENTARES (NR'S) E DA ABNT EM RELAÇÃO AO OBJETO:

- NORMAS TÉCNICAS ABNT NBR 9191:2008 DA ABNT. Esta Norma fixa as especificações de sacos plásticos destinados exclusivamente ao acondicionamento de lixo para coleta.

6.3 REGISTROS OU CERTIFICAÇÕES COMPULSÓRIAS APLICÁVEIS AO OBJETO:

Os produtos deverão possuir Registro na ANVISA.

6.4. LEGISLAÇÃO SOBRE DIREITOS E MARGENS DE PREFERÊNCIAS APLICÁVEIS AO OBJETO:

- A Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, têm direito a tratamentos diferenciados que devem ser previstos no Edital, conforme o valor máximo estimado da contratação. A exclusividade da Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte não se estende ao grupo 5 desse estudo preliminar.
- Não se aplica margem de preferência ao objeto da licitação;
- De acordo com a Lei 12.527/2011, art 23, o processo tem acesso sem restrição.

7.0 – DA IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS

Os riscos envolvidos para a contratação foram analisados por fase e estão relacionados no Anexo – Mapa de Riscos.

8.0 – DAS JUSTIFICATIVAS

A presente solicitação justifica-se pela necessidade de utilização desses produtos, para a boa prestação de serviços de limpeza nesta Seção e Subseções Judiciárias, bem como a necessidade de manter as Unidades Administrativas e Judiciais, limpas e higienizadas e restabelecer os níveis de estoque no Setor de Almoxarifado

Os materiais a serem adquiridos enquadram-se na categoria de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e do decreto nº 10.024/2019, cujas características podem ser objetivamente definidas por meio de especificações usuais no mercado.

Foi realizada consulta junto a Seção de Serviços Gerais (Unidade interna beneficiada), de modo a elencar possíveis materiais ou produtos que viessem a atender as necessidades da Administração e que não foram contemplados em anos anteriores. Dessa forma, anexamos a esse estudo preliminar o e-mail da Seção de Serviços Gerais com as demandas existentes e inseridas no processo.

No levantamento de quantitativos necessários para o consumo dos 12 (doze) meses, verifica-se alguns itens com estoque

suficiente para atender a demanda para um período de um ano. Entretanto, vários desses itens têm prazo de validade que irá expirar até o final de 2021 e início de 2022. Como as últimas aquisições desses itens foram empenhadas entre novembro e dezembro de 2019, por tanto, bem antes da Organização Mundial de Saúde decretar o estado de pandemia do novo coronavírus, fato ocorrido em março de 2020, foi impossível quantificar os itens a serem adquiridos. Dessa forma, a administração tem realizado doações a instituições sem fins lucrativos dos itens que não serão consumidos e com prazo de validade na iminência de expirar.

Vários itens foram enquadrados como sustentáveis, tais como: itens 2, 5, 26, 32, 38, 39, 42, 45, 46, 56 e 58. Esses itens traz nas suas embalagens, a vantagem de serem recicláveis, reutilizáveis e não causarem danos ao meio ambiente. Também contribui para o não desperdício de água tratada e energia na produção desses produtos. Assim, a Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, dentro de seus limites, vem executando uma série de ações em favor do meio ambiente e da sustentabilidade, dentre as quais a destinação dos resíduos produzidos em suas dependências físicas, decorrentes de seu funcionamento institucional.

Devido às peculiaridades dos materiais em aquisição nesse estudo preliminar, os demais itens não podem ser enquadrados como sustentáveis. Como as matérias-primas utilizadas na confecção dos materiais em sua maioria são de fontes não renováveis, utilização de muita água, energia elétrica e grande emissão de CO₂, não podem ser classificados como ambientalmente sustentáveis.

Justifica-se a contratação do objeto por meio de Registro de Preço, pelas características do bem, pois necessita de contratações frequentes, como preconiza o inciso II do art. 3º do decreto 7.892/2013. O quantitativo estimado para registrar em cada item foi para atender a demanda da Instituição por um período de 12 meses. Mostra-se como uma técnica adequada de gestão de contratações com vistas a garantir maior continuidade no atendimento da finalidade pública e menor realização de procedimentos licitatórios.

Não poderão utilizar-se da ARP decorrente deste procedimento de contratação qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame.

O agrupamento de itens não prejudica a contratação por ME ou EPPs, haja vista os valores não ultrapassarem os R\$: 80.000,00 (oitenta mil reais). Dessa forma, o processo licitatório para a contratação dos objetos elencados nesse estudo preliminar será destinado à participação de ME e EPPs. A exclusividade da Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte não se estende ao grupo 5 desse estudo preliminar.

A opção pelo agrupamento encontra justificativa no interesse público, revelando-se instrumento adequado para viabilizar, de modo célere e econômico, a contratação, considerando que esta observa o princípio da eficiência, sem, contudo, comprometer a segurança jurídica das licitações, por levar em conta a coerência na formação dos grupos, conjugando itens homogêneos em cada grupo, de modo a não restringir a participação de interessados, considerando as peculiaridades do mercado, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, sem perda da economia de escala.

Alguns itens na sua pesquisa de preços foram utilizados período próximo de 1 (um) ano, tendo em vista não termos conseguido preço de produto com a mesma descrição ou similar em período anterior ao mencionado. Acreditamos que devido a pandemia ocasionada pela Covid-19, a maioria dos Órgãos não realizaram aquisições desses itens, o que tornou a nossa pesquisa mais difícil em relação a busca de preços em período inferior a 6 (seis) meses. Devido a dificuldade encontrada, também utilizamos para compor a pesquisa de preços valores de produtos de site oficiais (www.magazineluiza.com.br).

O processo em tela elencou 05 (cinco) grupos de produtos, de forma a atender aos mais variados fornecedores existentes no mercado. Utilizamos como critério de agrupamento as aquisições anteriores e produtos de mesma natureza, que demonstraram ser os grupos ideais para contratação por meio de ARP

Os grupos 1 (um) e 2 (dois) apresentam reunião de produtos similares e podem ser encontrados em revendedores que comercializam produtos de limpeza, na sua maioria envasados. Já o grupo 3 (três), reúne produtos comercializados por fornecedores de saboneteiras, dispenser (dispenser para papel toalha com alavanca frontal, facilitará o uso na retirada do papel, contribuirá para economia e evitar o desperdício). O grupo 4 (quatro), reúne produtos como rodos e vassouras, produtos fabricados com materiais similares e que se utilizam de cabos em madeira, o que convém agrupá-los para uma melhor participação dos proponentes. No grupo 5 (cinco), reunimos os papéis higiênicos, papéis toalhas, sabão e sacos para lixo.

O grupo 6 (seis), a instalação de recipientes de coleta seletiva de materiais (Kit de coletores seletivos) nas unidades por onde transitam grande quantidade de servidores, prestadores de serviços, funcionários terceirizados e o público em geral que demanda a prestação jurisdicional. Nesse contexto, urge a aquisição do objeto da presente demanda, uma vez que o fluxo de pessoas nas unidades da Justiça Federal do Rio Grande do Norte traz consigo a necessidade de descarte de resíduos que, se devidamente separados, podem ser reaproveitados, gerando todos os benefícios elencados, além de inserir a instituição na [Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei nº 12.305/2010](#). Faz parte também do grupo o contentor e rodo para limpar vidraça.

No grupo 7 (sete), elencamos produtos que tem seu uso de forma combinada uns com os outros quando da realização de limpeza nos ambientes. Também há uma grande gama de fornecedores que comercializam esses produtos, o que nos permite deduzir que haverá proposta para esse grupo e garantindo assim uma proposta vantajosa para a instituição.

A reunião de itens representará, ainda, a diminuição de despesas administrativas, em virtude da simplificação do processamento da licitação, assim como do gerenciamento da Ata de Registro de Preços e das futuras contratações.

9.0 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- a. Unidade solicitante: Setor de Almoxarifado.
- b. Unidades internas beneficiadas: Seção de Serviços Gerais.
- c. Unidade responsável pelo recebimento/fiscalização: Setor de Almoxarifado.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO PEREIRA DA SILVA**, SUPERVISOR(A)-ASSISTENTE, em 17/08/2021, às 14:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2266962** e o código CRC **91E9CBC6**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU DA 5ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO JUIZ DIRETOR DO FORO

PORTARIA Nº 00255/2014

05/08/2014

O DIRETOR DO FORO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE,
no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a previsão constitucional inserta no art. 37, XXI que exige a rigorosa observância aos princípios da Administração Pública, especialmente da igualdade e impessoalidade nos processos de contratações públicas, bem como os princípios da tipicidade da sanção administrativa e do contraditório e da ampla defesa, como também a regra da proporcionalidade;

CONSIDERANDO o dever-poder da Administração de sancionar os particulares inadimplentes para com as obrigações contratuais de natureza administrativa, firmadas junto a esta Instituição, nos termos albergados no arts. 58, inciso IV, 86 a 88, todos da Lei 8.666/93, bem como o disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002;

CONSIDERANDO o poder de expedir normas relativas aos procedimentos operacionais internos a serem observados na execução das licitações em complementação legal da matéria, conforme fixado pelo art. 115 da Lei 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir os procedimentos internos relativos à **aplicação de sanções administrativas** aos particulares inadimplentes para com obrigações de natureza contratual administrativa firmadas com a Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio Grande do Norte, segundo as disposições disciplinadas no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria em vigor na data da sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

ANEXO I
REGULAMENTO INTERNO DE APLICAÇÃO DE
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 1º. O presente regulamento interno disciplina os procedimentos de aplicação de sanções administrativas aos particulares inadimplentes para com as obrigações contratuais administrativas firmadas com a Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio Grande do Norte.

§ 1º. Sujeitam-se à disciplina fixada neste regulamento todos os particulares que mantenham relação contratual administrativa com a Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio Grande do Norte, sob o regime jurídico fixado pela Lei 8.666/93.

§ 2º. Este regulamento deverá ser, obrigatória e expressamente, indicado no preâmbulo dos termos de referência, editais e termos de contratos emitidos por esta Administração Contratante, em complementação às demais leis e atos normativos aplicáveis.

§ 3º. Para fins deste regulamento, devem ser consideradas as seguintes definições:

- a) ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE – Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio Grande do Norte.
- b) DIRETOR DO FORO – Juiz Federal designado como administrador e ordenador de despesas da Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio Grande do Norte.
- c) PARTICULAR CONTRATADO – Pessoa física ou jurídica regularmente contratada para prestação de serviços, fornecimento de materiais ou equipamentos, execução de obras, entre outros objetos, sob o regime jurídico instituído pela Lei 8.666/1993.
- d) CONTRATO – Nota de Empenho e/ou Contrato assinado.
- e) RETENÇÃO – Não pagamento provisório e preventivo, total ou parcial, de valor devido ao Particular Contratado para quitação de eventuais prejuízos acarretados à Administração Contratante ou para compensação de eventuais sanções pecuniárias propostas pela unidade técnica responsável.
- f) GLOSA – Desconto de valor de pagamento a ser efetuado ao Particular Contratado em razão de cobrança indevida, para quitação de prejuízos acarretados à Administração Contratante ou para compensação de eventuais sanções pecuniárias regularmente aplicadas.
- g) TABELA DE INFRAÇÕES CONTRATUAIS – Documento que deverá ser emitido pela fiscalização do contrato ou responsável pelo recebimento do objeto para fins de imputação concreta das condutas ou infrações cometidas pelo Particular Contratado, conforme modelo contido neste regulamento (Apenso A).
- h) COMISSÃO PROCESSANTE - Comissão Permanente de Aplicação de Sanções Administrativas.

Art. 2º. No caso de inadimplemento de obrigação assumida pelo Particular Contratado, poderá a Administração Contratante aplicar as seguintes sanções administrativas, observado o devido processo legal:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória;
- c) Multa de mora;
- d) Suspensão temporária;
- e) Impedimento de licitar e contratar; e/ou,
- f) Declaração de inidoneidade.

Art. 3º. Para objetivar o procedimento de aplicação das sanções administrativas previstas neste Regulamento, as condutas do particular que representem infrações contratuais, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução contratual, serão classificadas em **04 (quatro) níveis**:

I - **leve**: inadimplemento ou falha contratual que, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarreta maiores consequências à sua continuidade, atribuindo-se **1 (um) ponto** por cada infração;

II - **média**: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade, atribuindo-se **3 (três) pontos** por cada infração;

III - **grave**: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade, atribuindo-se **5 (cinco) pontos** por cada infração;

IV - **gravíssima**: inadimplemento ou falha que impede a execução normal do contrato, desconfigurando sua finalidade ou impossibilitando sua continuidade, atribuindo-se **10 (dez) pontos** por cada infração.

§ 1º. As condutas do Particular Contratado contrárias às regras fixadas pela Administração contratante deverão ser prévia e concretamente classificadas, à proporção da gravidade de cada fato no bojo da contratação, por meio do respectivo termo de referência/projeto básico.

§ 2º. Havendo outras condutas ou infrações contratuais não previamente classificadas pela unidade solicitante, deverá o responsável pela fiscalização/gestão do contrato ou pelo recebimento do objeto indicar seu nível de gravidade, à luz dos parâmetros indicados neste artigo.

Art. 4º. O acúmulo de pontos decorrente de infração cometida pelo Particular Contratado ao longo da vigência contratual poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções:

ALÍNEA	PONTUAÇÃO	SANÇÃO APLICÁVEL
a)	De 01 a 03	Advertência formal .
b)	De 04 a 05	Multa compensatória de até 5% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato.
c)	De 06 a 09	Multa compensatória de 5 % a 10% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou valor mensal do contrato.
d)	De 10 a 25	Multa compensatória de 10% a 15% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato, podendo ainda ser cumulada com: a) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração contratante , por prazo de até 02 (dois) anos; ou, b) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, caso a contratação decorra de licitação na modalidade de Pregão.
e)	Mais de 25	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública , por prazo mínimo de 02 (dois) anos , enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

Art. 5º. No caso de **descumprimento injustificado** de qualquer **prazo** fixado pela Administração Contratante, poderá ser aplicada **multa moratória**, à proporção de **0,333%** (zero vírgula trezentos e trinta e três por cento) por dia de atraso, observadas as seguintes condições:

a) A multa de mora incidirá sobre a **parcela em atraso** e poderá ser acumulada com quaisquer das demais sanções previstas neste Regulamento.

b) O percentual acumulado da **multa de mora** ficará limitado a **10%** (dez por cento).

c) Os casos de atrasos superiores a **30 (trinta)** dias poderão importar, além da aplicação da multa moratória máxima fixada na alínea anterior, atribuição de pontuação equivalente a uma **falta de leve a gravíssima**, à proporção da importância da parcela concretamente inadimplida e nos termos da sistemática prevista nos artigos 3º e 4º deste Regulamento.

Art. 6º. As sanções administrativas previstas neste regulamento poderão acarretar os seguintes **efeitos**, segundo cada tipo específico de sanção:

a) Multa: retenção ou desconto direto (glosa) do valor por ocasião de pagamentos ao particular contratado ou recolhimento do valor da multa a crédito da União, sob pena de encaminhamento para inscrição junto à Dívida Ativa da União;

b) Suspensão temporária: registro junto ao SICAF – Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores e/ou rescisão contratual;

c) Impedimento de licitar e contratar: registro junto ao SICAF, ao CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela CGU – Controladoria-Geral da União, e/ou a eventual rescisão contratual;

d) Declaração de inidoneidade: obrigatoriamente, haverá o registro junto ao SICAF, ao CEIS e a rescisão contratual.

Art. 7º. As sanções previstas neste regulamento, exceto quanto à **declaração de inidoneidade**, serão aplicadas pela Comissão Processante, por meio de processo administrativo em autos independentes, apensados ao processo principal da contratação do particular, no qual serão assegurados ao particular o exercício pleno do direito fundamental ao **contraditório** e a **ampla defesa**.

§ 1º Na aplicação da sanção administrativa, a Administração sempre deverá levar em consideração a **gravidade** da conduta, a **culpabilidade** do infrator, o **dano** concretamente causado e o **caráter educativo** da pena, à luz da regra da proporcionalidade.

§ 2º O **somatório da pontuação** pela eventual infração poderá compreender todo o período de vigência do contrato, nos casos de contratos de natureza não contínua, e para o trimestre de execução, para os contratos contínuos, sem prejuízo da **aferição parcial** para a respectiva aplicação da penalidade cabível, sempre que haja somatório de **05** (cinco) pontos ou mais.

§ 3º Para efeito de aplicação de **sanção mais gravosa**, serão computados os pontos já utilizados em sanções anteriormente registradas, ressalvadas situações de eventual *bis in idem*.

§ 4º Em caso de possível aplicação de sanção de multa, poderá ser proposta à Direção do Foro a adoção de medida cautelar de **retenção de valor** suficiente para garantir a quitação da futura medida sancionatória.

§ 5º No caso da **declaração de inidoneidade**, cabe à Comissão Processante apenas a instrução do feito e a propositura da sanção, sendo o processo encaminhado à Direção do Foro para fins de decisão quanto ao encaminhamento ou não do feito ao **Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região**, a quem compete aplicar tal sanção.

§ 6º Havendo motivo justo e aceito pela Administração Contratante, ou comprovada força maior ou caso fortuito, ficará o particular isento de sanção.

Art. 8º. O processo sancionador será iniciado por provocação do responsável pela fiscalização/gestão do contrato ou pelo recebimento do objeto, observando-se os seguintes procedimentos e prazos:

a) O documento de abertura do processo deverá ser instruído com relatório dos fatos, tabela de infrações contratuais (Apenso A), devidamente preenchida com a objetiva e concreta caracterização de cada conduta, o enquadramento de sua gravidade, o número de dias de atraso, o valor da parcela inadimplida, e outras informações pertinentes, inclusive com a devida documentação probatória necessária para demonstrar os fatos alegados.

b) A Comissão Processante emitirá parecer prévio sobre os fatos relatados, inclusive com indicação das possíveis sanções cabíveis ao caso, e seus respectivos efeitos, para fins de contraditório.

c) A Comissão Processante notificará o Particular Contratado para fins de apresentação de **defesa prévia** no prazo de cinco dias úteis, contados do recebimento da notificação.

d) O Particular Contratado poderá requerer na defesa prévia a produção de quaisquer provas admitidas em Direito.

e) Recebida a defesa prévia, a Comissão Processante decidirá motivadamente sobre eventuais requerimentos de **produção de provas**.

f) Finda a instrução, e havendo produção de provas, será aberto prazo de cinco dias úteis para eventuais **alegações finais** do Particular Contratado;

g) Decorrido o prazo de alegações finais, a comissão decidirá motivadamente o feito.

h) A Comissão Processante providenciará a intimação pessoal do Particular Contratado da decisão do feito.

i) No prazo de cinco dias úteis contados da intimação do Particular Contratado, caberá **recurso administrativo** dirigido à Direção do Foro, por intermédio da Comissão Processante, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de cinco dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à Direção do Foro, devidamente informado, para fins de decisão final.

j) Decidido o recurso administrativo, a Comissão Processante providenciará a publicação da decisão final, bem como as demais providências determinadas na decisão.

Art. 9º Compete à Comissão Processante:

I – Notificar o particular sobre o início do procedimento administrativo para aplicação de penalidade de seu interesse;

II – Instruir os autos, solicitando informações com o responsável pela fiscalização do contrato e realizando diligências para a produção de provas e material necessário à elucidação da situação inadimplente do contratado;

III – Intimar os interessados sobre os atos realizados no processo administrativo de aplicação de sanção administrativa;

IV – Decidir o mérito quanto à aplicação de sanções administrativas;

V - Apreciar o recurso impetrado pelo contratado, promovendo a análise dos pressupostos de admissibilidade, podendo reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida;

VI - Encaminhar os autos, em grau de recurso hierárquico, para decisão final da Direção do Foro;

VII – Dar cumprimento e publicidade às sanções administrativas imputadas, após julgamento final do recurso;

Art. 10. Aplicam-se ao processo sancionador previsto neste regulamento, as disposições contidas nas Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 9.784, de 20 de janeiro de 1999, bem como, subsidiariamente, as normas de direito processual civil e penal.

SANÇÕES COMPENSATÓRIAS				
INFRAÇÃO	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO	SANÇÃO	VALOR DA PARCELA INADIMPLIDA (SE FOR O CASO DE MULTA)
LEVE				
MÉDIA				

GRAVE			
GRAVÍSSIMA			
TOTAL DE PONTOS			
SANÇÃO DE MORA – MULTA DIÁRIA DE 0,333%			
DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO – ITEM OU CLÁUSULA CONTRATUAL		NÚMERO DE DIAS	VALOR DA PARCELA INADIMPLIDA

As infrações são comprovadas por intermédio dos seguintes documentos e/ou registros:

- 1) descrição do documento (fls.)
- 2) descrição do documento (fls.)
- 3) descrição do documento (fls.)

Natal, ____ de _____ de ____.

Nome do Responsável



JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
JUIZ FEDERAL - DIRETOR DO FORO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU DA 5ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO DIRETOR DE SECRETARIA

DESPACHO

05/08/2014

Publicar no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônica da Justiça Federal.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'M' followed by several loops and a final flourish.

MAGNUS HENRIQUE DE MEDEIROS
DIRETOR DE SECRETARIA (CJ-03)



JUSTIÇA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE

SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (RN-SLC)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2021-JF/RN

APÊNDICE II

ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2021 - JFRN

A UNIÃO, por meio da JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO RN, CNPJ nº. 05.441.836/0001-45, situada à Rua Dr. Lauro Pinto, 245 – Candelária, Natal/RN, neste ato representada pelo Diretor do Foro, **Juiz Federal** _____, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui a presente **ARP - Ata de Registro de Preços**, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o número 06/2021 – JF/RN, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO**, com participação **EXCLUSIVA PARA ME's e EPP's** para os **GRUPOS 1,2,3,4,6 e 7**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA**, processada nos termos do Processo Administrativo SEI nº 0000905-68.2020.4.05.7100, a qual se constitui em **documento vinculativo e obrigacional** às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, inc. II, e §§ 1º a 4º, da Lei nº. 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº. 7.892/2013, IN nº 06/2014 - SLTI/MP, segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. A presente ARP estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à aquisição de material de limpeza, cujas especificações, preço(s), marca(s)/modelo(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado, conforme abaixo descrito resumidamente:

ÓRGÃO GERENCIADOR			JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DO RN			UG 090007	
EMPRESA:							
CNPJ:			Telefone:			e-mail:	
Endereço:							
GRUPO	ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	UNID	PREÇO (R\$)	
01	01						
	02						

ÓRGÃO PARTICIPANTE			Base Naval de Natal				UG 783800	
EMPRESA:								
CNPJ:			Telefone:				e-mail:	
Endereço:								
GRUPO	ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO		MARCA/MODELO	UNID	PREÇO (R\$)	
01	01							
	02							

ÓRGÃO PARTICIPANTE			IFRN/ Campus Nova Cruz			UG 152757	
EMPRESA:							
CNPJ:			Telefone:			e-mail:	

Endereço:						
GRUPO	ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	UNID	PREÇO (R\$)
01	01					
	02					

1.1. Ao participar do procedimento licitatório, o fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado final obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementando a presente ARP os seguintes documentos, os quais devem ser totalmente observados e cumpridos:

a) Termo de referência contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto (doc. 2266969).

b) Proposta(s) comercial(is) do(s) particular(es) cujo(s) preço(s) conta(m) registrado(s) (docs. _____).

c) Edital do Pregão Eletrônico nº 06/2021 - JFRN (doc 2267987).

2. O procedimento de IRP nº 04/2021 - JFRN resultou na participação conjuntada do(s) órgão(s) e entidade(s) abaixo relacionado(s), o(s) qual(is) integra(m) a presente ARP com titulares:

ÓRGÃO GERENCIADOR	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO RN
PARTICIPANTE 1	BASE NAVAL DE NATAL
PARTICIPANTE 2	IFRN/ CAMPUS NOVA CRUZ

3. Conforme consta no ANEXO A, também fica formalizado, conjuntamente com a presente ARP, o CADASTRO DE RESERVA de (ATÉ DOIS) fornecedor(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo CANCELAMENTO de registro e segundo a ordem de classificação final no certame, POR GRUPO DO OBJETO.

3.1. A formação de CADASTRO DE RESERVA vincula o(s) particular(es) aos termos da proposta do titular em relação ao preço, obrigando-se a assumir a titularidade do registro em caso de **cancelamento do registro do titular**, observada a ordem de classificação.

3.2. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no item 03.03 do Edital do Pregão Eletrônico.

3.3. Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO DE RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

4. A presente ARP vigorará por um período de 12 MESES, contados a partir da data sua publicação no DOU, salvo as hipóteses de **cancelamento** contidas no art. 21 do Decreto nº 7.892/2013.

5. As contratações decorrentes da presente ARP poderão ser realizadas diretamente pelo **órgão gerenciador** e por cada um dos participantes, observados os quantitativos respectivamente previstos para cada procedimento de licitação, e as demais exigências e formalidades previstas na legislação e na jurisprudência do TCU.

5.1. Poderá haver, a critério do órgão gerenciador e desde que haja expressa concordância dos interessados envolvidos, REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS previstos na ARP entre os órgãos participantes, ou entre este(s) e o órgão gerenciador, nos termos da IN nº 06/2014 - SLTI/MP, o qual será formalizado nos autos de gestão da ARP por despacho da autoridade competente e publicado no DOU.

5.2. Em sendo uma licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, **as contratações futuras deverão ser realizadas, em regra, de forma proporcional** para todos os itens de cada grupo, **salvo justificativa técnica** e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes, conforme jurisprudência do TCU.

5.3. A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

5.4. A(s) contratação(ões) decorrente(s) deverá(ão) observar as condições fixadas no Edital do Pregão Eletrônico e seus apêndices.

6. Não poderá solicitar a utilização da presente ARP (ADESÃO), durante sua vigência, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública não participante da licitação sobredita.

7. O ÓRGÃO GERENCIADOR promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro em processo administrativo de gestão específico relativo a todas as contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

7.1. Cabe à Seção de Licitações e Contratos do ÓRGÃO GERENCIADOR as atribuições inerentes ao gerenciamento da presente ARP, particularmente quanto a(ao):

- a) providenciar a elaboração e publicação da presente ARP;
- b) controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência, conforme solicitações da unidade técnica demandante;
- c) formalizar eventual renegociação de preços registrados, realizada pela unidade técnica demandante e a empresa contratada, para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente e jurisprudência do TCU;
- d) pronunciar-se, após manifestação da unidade técnica demandante, nos procedimentos de eventuais alterações de preços, cancelamentos e revogações ocorridos na presente ARP, submetendo-os à assessoria jurídica, se for o caso;
- e) instruir os autos de gestão da presente ARP, juntamente com a unidade técnica demandante.
- f) encaminhar ao(s) órgão(s) e/ou entidade(s) **participantes** a presente ARP, como também suas eventuais e posteriores alterações, devidamente assinadas e publicadas;

8. Ao órgão ou entidade PARTICIPANTE cabe:

- a) tomar conhecimento da ARP, incluindo eventuais alterações, cancelamentos e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta;
- b) verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociação ou cancelamento;
- c) observar e controlar o quantitativo máximo dos itens registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame;
- d) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular;
- f) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

9. O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:

- a) dar ciência da emissão da respectiva **nota de empenho ou autorização de compra**, no prazo máximo de **05 dias úteis**, contados da convocação;
- b) observar rigorosamente todos as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no termo de referência integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;
- c) respeitar as demais condições e obrigações contidas nos documentos indicados no item 1.1 desta ARP, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s)

CONTRATANTE(S) referentes às condições firmadas na presente ARP;

e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de **05 dias úteis**, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

f) prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;

g) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;

h) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação na licitação, e de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10. O preço, quantitativo, fornecedor e as especificações resumidas do objeto registrado, como também suas possíveis alterações e cancelamento, serão publicados, em forma de extrato, no DOU – Seção III.

10.1 Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, no site do ÓRGÃO GERENCIADOR na Internet no link (<https://www.jfrn.jus.br/transparencia/rprecos/rprecos.xhtml>), inclusive com a íntegra da ARP e alterações posteriores.

11. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de **eventual redução** ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para **negociar** o novo valor compatível com o de mercado, para cada ITEM/GRUPO do objeto registrado.

11.1. Não havendo acordo em relação a renegociação do(s) preço(s) registrado(s), será o respectivo registro cancelado, por cada ITEM/GRUPO do objeto registrado, sem aplicação de qualquer sanção ao particular, mantendo-se hígidas e vigentes as contratações já formalizadas ou solicitadas.

11.2. Em caso de cancelamento, e havendo CADASTRO RESERVA para o respectivo GRUPO, deverão ser realizados os procedimentos previstos no item 3 desta ARP.

11.3. Toda alteração da presente ARP será publicada no DOU, nos termos fixados no item 10 desta ARP.

12. As empresas com preços registrados nesta ARP e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às **sanções administrativas** previstas no termo de referência, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.

12.1. Cabe a cada órgão ou entidade contratante a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de **sanções administrativas** nos casos de inadimplemento do particular contrato.

13. O registro poderá ser CANCELADO:

I – Por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

a) não cumpridas as exigências e condições gerais fixadas na presente ARP;

b) recusar-se a retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Contratante;

c) der causa à rescisão administrativa de contrato firmado com base neste ARP;

d) em quaisquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativos ao presente registro de preços;

e) não mantiver as condições de participação e de habilitação da licitação;

f) não aceitar a **redução do preço** registrado, na hipótese prevista na legislação;

g) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

h) presentes razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e anterior ao pedido

para contratação, bem como comprove a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista **fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior**, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.

13.1. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR.

14. Os **preços registrados na ARP não serão reajustados**, conforme estabelece a legislação vigente.

14.1 Eventualmente, os **preços referentes ao(s) objeto(s) contratado(s) poderão ser reajustados pelo índice do IPCA se decorridos 01 (um) ano após da data da apresentação da proposta**, nos termos fixados no item 7.5 do Termo de Referência;

15. O(s) particular(es) titular(es) da ARP ou constante(s) do CADASTRO RESERVA estarão sujeitos, no decorrer da vigência da presente ARP, as **sanções administrativas** cabíveis nos casos de condutas contrárias às regras e compromissos assumidos, sendo o procedimento de eventual aplicação realizado, de forma objetiva, segundo a sistematização disciplinada no Regulamento Interno de Aplicação de Sanções Administrativas - Portaria nº 255/2014—DF, e alterações posteriores, disponível em: <http://www.jfrn.jus.br/transparencia/regulamentos/regulamentos.xhtml>.

15.1. Sem prejuízos das regras fixadas no TR, as condutas dos particulares que contrariem regras e compromissos assumidos são classificadas à proporção de sua gravidade, conforme tabela abaixo:

CONDUTA	GRAVIDADE
Infrações de menor gravidade que não acarretem prejuízos à Administração ou ao interesse público primário	Falta leve
Comportar-se de modo inidôneo durante a execução da ARP	Falta grave
Não apresentação de situação fiscal e trabalhista regular no ato da assinatura do contrato ou da nota de empenho	Falta gravíssima
Apresentar documentação falsa ou fazer declaração falsa	
Cometer fraude fiscal	
Recusar-se a assinar o termo de contrato ou a retirar a nota de empenho	
Recusar-se a honrar o compromisso assumido com o CADASTRO RESERVA na ARP	
Não manter as condições de habilitação exigidas na Licitação	

15.2. Em caso de ocorrência de outra(s) conduta(s) também considerada(s) de natureza atentatória às regras e compromissos assumidos, será realizada a sua classificação de gravidade entre de LEVE a GRAVÍSSIMA, observado o critério da proporcionalidade.

15.3. Caberá ao Gestor da ARP e/ou ao Fiscal Contratual a comprovação da conduta inadequada e/ou ilícita do particular durante a vigência da presente ARP, inclusive com a respectiva indicação de sua **gravidade**.

15.4. Caberá a Comissão Permanente de Aplicação de Sanções Administrativas o processamento e julgamento das denúncias de ilícitos administrativos praticados pelos licitantes nos certames licitatórios, conforme Portaria disponível em <http://www.jfrn.jus.br/transparencia/regulamentos/regulamentos.xhtml>.

16. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com legislação vigente, particularmente com a Lei nº. 8.666/93, Decreto nº. 7.892/2013 e a IN nº 06/2014 - SLTI/MP.

17. Para dirimir questões oriundas da presente ARP, que não venham a ser compostas por mediação administrativa nos termos da Lei 13.140/2015 e da Portaria nº 239/2017 - DF/JFRN, será competente o Foro da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____/2021 JFRN

FORNECIMENTO (OU PRESTAÇÃO DE) XXXXXX

ANEXO A - CADASTRO DE RESERVA

1ª CLASSIFICADA

EMPRESA:						
CNPJ:			Telefone:		e-mail:	
Endereço:						
GRUPO	ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	PREÇO (R\$)
01	01					
	02					

2ª CLASSIFICADA

EMPRESA:						
CNPJ:			Telefone:		e-mail:	
Endereço:						
GRUPO	ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	PREÇO (R\$)
01	01					
	02					



Documento assinado eletronicamente por **AMANDA CAVALCANTE OLIVEIRA**, **SUPERVISOR(A) DE SEÇÃO**, em 17/08/2021, às 17:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2267989** e o código CRC **1DA26B31**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Lauro Pinto nº 245 – Candelária – Natal/RN – CEP 59.064-250
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2021-JF/RN

APÊNDICE III - DO VALOR MÁXIMO DE REFERÊNCIA

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	ÓRGÃO	Qtd.	VR UNIT MÁXIMO	VR GLOBAL MÁXIMO
1	1	Água sanitária, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem plástica com 05 litros, registrado na ANVISA. Validade mínima de 05 meses a partir da data de entrega.	GL	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	380	10,65	23.217,00
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	1.800		
	2	Detergente líquido para limpeza e desinfecção de utensílios de cozinha, biodegradável, neutro, em frasco plástico de 500 ml, tampa com bico dosador, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	FR	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	168	2,01	1.342,68
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	500		
	3	Essência aromática, aspecto físico líquido oleoso, hidrossolúvel na proporção de 01 parte de essência para 50 litros de água, aroma floral, aplicação desinfetante, frasco com 01 litro, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses contados a partir da data de entrega.	LT	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	72	19,58	1.409,76
1	4	Essência aromática, aspecto físico líquido oleoso, hidrossolúvel na proporção de 01 parte de essência para 50 litros de água, aroma talco, aplicação desinfetante, frasco com 01 litro, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses contados a partir da data de entrega.	LT	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	96	19,58	1.879,68
	5	Limpador multiuso (desengordurante). Para uso na remoção de gorduras e sujeira em fogão, fornos e cozinha em geral. Com aroma agradável, inofensivo à pele, registrado na ANVISA, em embalagem plástica de 500 ml, contendo tampa com válvula de pressão - tipo gatilho com spray pulverizador disposta no lado superior do frasco, com rótulo indicando o nome do fabricante, CNPJ, químico responsável e nº CRQ, número de registro na ANVISA, lote de fabricação e prazo de validade do produto.	FR	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	168	12,77	4.060,86
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	150		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Lauro Pinto nº 245 – Candelária – Natal/RN – CEP 59.064-250
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.

		Limpador de vidros, destinado para limpeza e brilho de vidros, vitrines, janelas, espelhos, telas de TV, parabrisas e acrílicos. Unidade de fornecimento: frasco de 500 ml, contendo tampa com válvula de pressão - tipo gatilho com spray pulverizador disposta no lado superior do frasco, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	FR	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	120			
6				BASE NAVAL DE NATAL - RN	120	8,75	2.100,00	
		Desinfetante perfumado e bactericida, embalagem em plástico de 5 litros, aroma Floral ou Lavanda, registro na Anvisa, uso em pisos, azulejos e superfícies laváveis. Composição: Tensoativo catiônico, Sequestrante, Conservante, Opacificante, Atenuador de espuma, Controlador de pH, Fragrância e água. Componente ativo: 0,33% de cloreto de alquildimetilbenzilamônio. Validade mínima de 18 meses.	FR	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	20			
7				BASE NAVAL DE NATAL - RN	130	8,64	1.296,00	
		Inseticida, aplicação mata barata, formiga, mosca, pernilongo, muriçocas e carrapatos, ação prolongada por aproximadamente 06 semanas. Composição: Imiprotrina 0,05% ciflutrina 0,015%, embalagem tipo aerosol 300ml/199 gramas, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	FR	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	60			
8				BASE NAVAL DE NATAL - RN	65	9,83	1.228,75	
		Desodorizador de ambientes, aerosol, fragrância lavanda, sem CFC, controla odores desagradáveis causados por fungos e bactérias, inibe o crescimento de bactérias, embalagem com 360 ml e 284 g, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	FR	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	120			
9				BASE NAVAL DE NATAL - RN	75	9,20	1.794,00	
TOTAL GRUPO 1:							38.328,73	
2	10	Alcool em gel anti-séptico para higienização de mãos, teor alcoólico 70% - (70º GL). Água desmineralizada, com hidratantes, disposto em frasco plástico transparente de alta resistência de 400g a 500g, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	FR	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	432			
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	1200	8,69	14.182,08	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Lauro Pinto nº 245 – Candelária – Natal/RN – CEP 59.064-250
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

11	Álcool etílico, tipo hidratado, teor alcoólico 70% (70° gl), apresentação líquido, 1 litro. Observações: Embalagem do produto em caixa de papelão, contendo CNPJ do fabricante. Observações: O material deverá estar de acordo com as normas técnicas atuais vigentes: ABNT, INMETRO, ANVISA ou qualquer órgão nacional, com comprovada credibilidade. Com validade no mínimo de 18 meses, a partir da data da entrega.	LT	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	1.008	9,23	18.072,34
			INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ	150		
			BASE NAVAL DE NATAL - RN	800		
12	Álcool em gel anti-séptico para higienização de mãos, teor alcoólico 70% - (70° GL). Água desmineralizada, com hidratantes, disposto em galão plástico de 5L e registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	GL	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	20	53,64	42.375,60
			INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ	20		
			BASE NAVAL DE NATAL - RN	750		
13	Esponja de limpeza tipo dupla face, esponja multi-uso, antibactérias, medindo 110 x 75 x 22 mm (formato retangular), constituída de espuma de poliuretano com bactericida (lado amarelo) e fibra sintética com abrasivo (lado verde), embaladas individualmente com identificação da marca e do fabricante. Observações: A composição, o prazo de validade e as medidas deverão estar destacados nas embalagens individuais. Prazo de validade mínimo de 02 (dois) anos a contar da entrega.	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	60	1,45	1.682,00
			INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ	150		
			BASE NAVAL DE NATAL - RN	950		
14	Flanela, comprimento 60 cm x 40 cm, cor branca, cantos arredondados, acabamento nas bordas em over. O produto deverá conter etiqueta do fabricante. Validade indeterminada.	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	60	2,10	756,00
			BASE NAVAL DE NATAL - RN	300		
15	Esponja de limpeza tipo lã de aço, composta de lã de aço carbono, própria para lavagem de louças e objetos de alumínio. Em pacotes de no mínimo 44 g com 8 unidades cada. Prazo de validade mínimo de 02 (dois) anos a contar da entrega.	PCT	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	70	2,13	1.001,10
			INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ	50		
			BASE NAVAL DE NATAL - RN	350		
16	Lustra móveis para proteção de móveis, perfume jasmim ou lavanda,	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	24	4,25	612,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Lauro Pinto nº 245 – Candelária – Natal/RN – CEP 59.064-250
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

		200ml, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses.		BASE NAVAL DE NATAL - RN	120		
17		Silicone em gel, para uso em painéis, borrachas, bancos de couro, materiais plásticos, frasco com 200 ml, registrado na ANVISA. Validade mínima de 10 meses a contar da data da entrega.	FR	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	12	12,89	154,68
18		Vaselina líquida 500 ml, contra efeitos da maresia, proteção em venezianas e portões de alumínio, sem odor, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses.	EMB	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	48	16,31	782,88
TOTAL GRUPO 2:							79.618,68
3	19	Saboneteira em plástico ABS cromado, com reservatório em policarbonato. Abertura e fechamento com chave. Capacidade do reservatório: 800 a 900 mL. Dimensões do produto: 21,5 cm (altura) X 9 cm (largura) X 9 cm (profundidade). Cor: Branca ou transparente.	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	30	37,94	1.289,96
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	4		
	20	Toalheiro (dispenser) para papel toalha em bobina, com alavanca de barra frontal e serra para facilitar o corte do papel. Fechamento com chave, tampa branca ou semi transparente, fabricado em material termoplástico, acompanha parafusos e buchas de instalação. Capacidade: papel em rolo de 200 mt. Dimensões: 360mm(altura) x 260mm (largura) x 240mm (profundidade).	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	12	168,76	2.025,12
	21	Porta papel toalhas em folhas (dispenser) e base em ABS branco. Visor transparente para controle de reposição do papel. Capacidade: 600 folhas de papel toalha interfolhada. Acompanha chave e kit para fixação na parede com buchas e parafusos. Dimensões aproximadas: 285mm (altura) x 255mm (largura) x 120mm (profundidade). Validade indeterminada.	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	50	31,06	1.553,00
	22	Espanador Eletrostático, utilizado na limpeza seca. A luva refil deve ser confeccionada com fios 100% acrílicos e que permita a lavagem da mesma sem perder a capacidade de limpeza. O cabo deve ser confeccionado em polietileno de alta densidade, e seu	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	50	22,33	2.121,35
				INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ	30		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Lauro Pinto nº 245 – Candelária – Natal/RN – CEP 59.064-250
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

	formato ergonômico e leve. Dimensões aproximadas do produto: 10 x 25 x 50 cm; 150 g. Cor azul, verde ou cinza. Validade indeterminada.		BASE NAVAL DE NATAL - RN	15	119,05	16.667,00	
	Detergente removedor, de ceras e sujeiras no piso, isento de solvente de petróleo, atuando por fracionamento e emulsão. Baixo poder espumante. Composição: éter glicólico, álcool etoxilado, hidróxido de potássio. pH (100%): 10,0 – 12,0; densidade (g/mL): 1,0 e viscosidade (Copoford 4/25oC): 5" – 15". Frasco com 05 litros. Registrado na ANVISA, validade superior a 12 meses.		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	90			
23	BB	BASE NAVAL DE NATAL - RN	50				
24	Impermeabilizante à base de polímeros acrílicos e ceras sintéticas de alta qualidade. Composição: acrílico/polietileno, éteres de glicóis, tensoativo carboxifluorado. pH (100%): 8,0 – 10,0 e viscosidade (Copoford 4/25oC): 9" – 13". Frasco com 05 litros. Registrado na ANVISA, validade superior a 12 meses.	BB	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	50	122,73	6.136,50	
25	Disco de limpeza/verde para enceradeira 510mm.	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	10	62,37	623,70	
26	Shampoo para limpeza - Versatil beckplater, para limpeza de piso. Bombona de 5LT, validade superior a 12 meses.	EMB	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	10	39,58	12.269,80	
			BASE NAVAL DE NATAL - RN	300			
TOTAL GRUPO 3:						42.686,43	
4	Pá coletora de lixo com tampa e reservatório retrátil, em poliestireno, cabo anatômico com altura ergonômica de 70 cm a 90 cm, trava de fixação do cabo na pá para transporte e despejo dos detritos. Cor: Azul, cinza ou verde. Dimensões: comprimento: 29cm, largura: 29cm; altura: 14cm. Podendo as dimensões sofrer variação de 5%. Validade indeterminada.	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	18	30,01	1.890,63	
			BASE NAVAL DE NATAL - RN	45			
	28	Vassoura (escova) plástica para higienização de vasos sanitários, tamanho superior a 30 cm. Validade indeterminada.	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	120	9,97	2.392,80
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	120		
29	Rodo com cabo em madeira suporte de plástico com lâmina em EVA dupla possui pontos que seguram melhor o	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	60	5,70	484,50	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Lauro Pinto nº 245 – Candelária – Natal/RN – CEP 59.064-250
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

	pano, comprimento do suporte 30 cm, comprimento do cabo no mínimo 120 cm. Validade indeterminada.		BASE NAVAL DE NATAL - RN	25		
30	Rodo plástico, cabo de madeira, comprimento do suporte de 50 cm ou 60 cm, quantidade de duas borrachas, protetor de salpicos; comprimento do cabo 120 cm. Validade indeterminada.	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	24	11,17	714,88
			BASE NAVAL DE NATAL - RN	40		
31	Vassoura, material cerdas pêlo sintético, cabo de madeira coberta com plástico, material cepa plástico, comprimento da cepa 30cm, comprimento cerdas 7cm, aplicação limpeza em geral, comprimento do cabo 140 cm. Validade indeterminada.	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	36	10,32	1.403,52
			BASE NAVAL DE NATAL - RN	100		
32	Vassoura, material cerdas nylon reforçado e cerdas duras em PET, cabo de madeira coberta com plástico, cepa plástico, comprimento cerdas 11 cm, com cabo rosqueado, tipo doméstica, cabo comprido, largura cepa 21 cm, comprimento do cabo 140 cm. Validade indeterminada.	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	48	6,94	1.096,52
			BASE NAVAL DE NATAL - RN	110		
33	Vassoura tipo gari, cerdas de PET, Tamanho da vassoura (AxL): 9 x 40 cm, cabo em madeira plastificada 1,20 mt. Validade indeterminada.	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	6	15,85	1.838,60
			BASE NAVAL DE NATAL - RN	110		
34	Vassoura para recolhimento de folhas tipo ancinho, em plástico, formato triangular, com 22 dentes podendo variar até 26 dentes (dentes retangulares), com cabo de madeira de 100 a 120cm.	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	36	18,62	2.439,22
			INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ	10		
			BASE NAVAL DE NATAL - RN	85		
35	Vassoura de cerdas piaçava, cabo e cepa de madeira, capa folha flange, comprimento da cepa 24 cm, comprimento das cerdas 28 cm, com cabo colado, tipo institucional, tipo cabo comprido, comprimento do cabo 140 cm. Validade indeterminada.	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	24	11,27	2.017,33
			BASE NAVAL DE NATAL - RN	155		
36	Escova multiuso (Escova Tanque) anatômica com alça que facilita o manuseio. Composição em polipropileno, PET, Máster. Comprimento 13,5cm, largura 5cm e altura 7,5cm. Podendo variar em ± 1cm. Cerdas com 2,5cm. Validade indeterminada.	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	50	4,37	437,00
			BASE NAVAL DE NATAL - RN	50		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Lauro Pinto nº 245 – Candelária – Natal/RN – CEP 59.064-250
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

TOTAL GRUPO 4:						14.715,00	
5	37	Papel higiênico em rolo, pacote com 4 (quatro) unidades, folha dupla; branco; de alta qualidade, picotado e gofrado; neutro, matéria prima 100% fibras vegetais, não reciclado, rolo com comprimento de 30 m e com largura de 10 cm, diâmetro interno do tubete de no mínimo 4 cm; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos, metragem do papel, nome e dados do fabricante e embalagem com boa visibilidade do produto, conforme exigências previstas na Portaria 153, de 19/05/08 - INMETRO. Validade indeterminada.	PCT	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	208	5,19	8.345,52
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	1.400		
	38	Papel Higiênico em rolo, linha institucional, folha simples, gofrado, de alta maciez, branco, com alvura superior a 80%, sem manchas, bobina com as seguintes medidas: 10cm x 300m, neutro, 100% celulose virgem, não reciclado. Apresentação em caixas de papelão contendo 8 (oito) unidades de bobinas. Na embalagem de apresentação deverão constar informações do fabricante, marca, especificações do produto, bem como a sua composição. As mesmas devem estar impressas na embalagem de forma legível, conforme exigências previstas na Portaria 153, de 19/05/08 - INMETRO. Validade indeterminada.	PCT	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	80	44,30	36.769,00
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	750		
	39	Papel toalha interfolha 2 dobras, formato 22,5 x 20,5cm, podendo variar em até 5%, branco, 100% celulose, aplicação em toaletes/suportes instalados em banheiros. Pacote com 1000 folhas. Validade indeterminada.	EMB	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	78	9,74	8.551,72
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	800		
	40	Papel toalha em bobina, tipo institucional, folha simples, gofrado, alta qualidade. Dimensões: 20 cm X 100 metros, branco. Composição: 100% celulose virgem. Embalagem: unidades de bobinas acondicionadas em caixas de papelão com 8 bobinas. A composição, a marca do fabricante e as medidas deverão estar destacadas na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	40	39,49	33.171,60
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	800		
	41	Sabão em barra, composição básica sais ácido graxo, tipo glicerinado, características adicionais com perfume	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	20	1,85	684,50



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Lauro Pinto nº 245 – Candelária – Natal/RN – CEP 59.064-250
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

		de limão, barra de 200 gramas, aspecto físico sólido, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.		BASE NAVAL DE NATAL - RN	350		
		Sabão em pó. Composição Tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvantes, sinergista, corantes, enzimas, branqueador óptico, essência, água, alvejante. Apresentação em embalagem de 500g do produto, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	CX	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	480		
42				BASE NAVAL DE NATAL - RN	750	3,94	4.846,20
43		Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 40 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	40	14,60	12.264,00
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	800		
44		Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 40 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	120	12,96	14.515,20
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	1.000		
45		Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 100 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	20	16,17	14.067,90
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	850		
46		Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 100 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	40	14,04	13.899,60
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	950		
47		Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 200 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	20	20,59	28.208,30
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	1350		
48		Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 200 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	20	22,56	19.627,20
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	850		
TOTAL GRUPO 5:							194.950,74
6	49	KIT 4 X 50L de COLETORES SELETIVOS DE ABERTURA FRONTAL (AZUL, VERDE,	CJ	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	10	849,39	16.987,80



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Lauro Pinto nº 245 – Candelária – Natal/RN – CEP 59.064-250
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

7	50	VERMELHO e AMARELO), POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA com proteção UV (utilização em ambientes externos), com SUPORTE EM AÇO. MEDIDAS DE REFERÊNCIA: ALTURA 125 CM, COMPRIMENTO 180CM.	UN	INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ	10	293,41	1.760,46
		Contentor de lixo, produzido em polietileno de alta densidade; Volume mínimo de 240 litros; Suportar carga mínima de 96 kg; 02 (duas) rodas de aro 300mm em polietileno de alta densidade e bandagem de borracha maciça; Dimensões mínimas: 58cm x 78cm x 111cm.		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	6		
	51	Rodo limpa vidros telescópico com cabo extensor de alumínio, com alcance de até 1,6m. Na extremidade, um dos lados possui rodinho emborrachado, do outro, microfibra (refil) que pode ser retirada e lavada.	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	5	42,14	2.317,70
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	50		
	TOTAL GRUPO 6:						
7	52	Conjunto Mop úmido (mop, suporte e cabo), cabo em alumínio medindo 140 a 150 cm. Cabo acompanhado de suporte plástico com trava, mop algodão tipo ponta dobrada, cor natural, peso do mop 340g. Validade indeterminada.	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	24	83,27	6.578,33
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	55		
	53	Aparelho (tipo spray automático) odorizante de ambiente, com 01 (um) refil aerossóis de 250ml, podendo variar para mais em até 20ml. Alimentado por duas pilhas AA. Registrado na ANVISA. Validade indeterminada para o aparelho e validade mínima de 12 (doze) meses para o refil.	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	12	50,83	609,96
	54	Balde plástico, capacidade para 20 litros, sem tampa e com alça de metal para transporte. Cor verde, azul, amarelo ou preto. Validade: indeterminada.	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	12	12,50	1.212,50
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	85		
55	Pastilha (pedra) sanitária, composição paradicloro benzeno-99%, germicida e bactericida, aspecto físico tablete sólido com no mínimo 30 gramas com suporte plástico para engate no vaso sanitário, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	660	1,34	1.045,20	
BASE NAVAL DE NATAL - RN	120						



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Lauro Pinto nº 245 – Candelária – Natal/RN – CEP 59.064-250
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

56	Detergente neutro, concentrado, desengordurante e umectante. Outras características: Ácido Dodecilbenzeno, espessante, conservante, sulfonato de sódio. pH (100%) >> 6,5 à 7,5; Densidade 0,950 à 1,050 g/cm³; Solubilidade em água: 100%. Apresentação em embalagem tipo bombona plástica com 05 litros do produto. Produto registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	EMB	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	28	15,45	3.522,60
			BASE NAVAL DE NATAL - RN	200		
57	Sabonete Cremoso para uso em reservatório de saboneteira plástica, aspecto físico líquido cremoso, odor lavanda ou erva-doce, aplicação antissepsia das mãos, apresentado em embalagem plástica tipo bombona contendo 05 litros do produto, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses contados a partir da data de entrega.	BB	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	72	18,58	5.053,76
			BASE NAVAL DE NATAL - RN	200		
58	Tela desodorizante para mictório confeccionado em PVC injetado; fórmula com essência hiperconcentrada contendo bactericida que permita a odorização; indicado para mictório de parede; fragrância cereja ou tutti frutti, registrado na ANVISA. Validade mínima de 05 meses contados a partir da data de entrega.	UN	JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	600	2,70	1.620,00
TOTAL GRUPO 7:						19.642,35
TOTAL GLOBAL:						411.007,89

NATAL/RN, 17 DE AGOSTO DE 2021
SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

(LOGOMARCA DA EMPRESA)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2021 – JFRN

APÊNDICE IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA – RN (UG 090007)
OBJETO: FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO VISANDO EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA.

I – IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Razão Social:	
CNPJ:	Telefone:
Endereço:	E-mail:

II – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E PREÇO

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	Marca/ modelo	ÓRGÃO	Qtd.	VR UNIT MÁXIMO	VR GLOBAL MÁXIMO
1	1	Água sanitária, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem plástica com 05 litros, registrado na ANVISA. Validade mínima de 05 meses a partir da data de entrega.	GL		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	380		
					BASE NAVAL DE NATAL - RN	1.800		
	2	Detergente líquido para limpeza e desinfecção de utensílios de cozinha, biodegradável, neutro, em frasco plástico de 500 ml, tampa com bico dosador, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	FR		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	168		
					BASE NAVAL DE NATAL - RN	500		
	3	Essência aromática, aspecto físico líquido oleoso, hidrossolúvel na proporção de 01 parte de essência para 50 litros de água, aroma floral, aplicação desinfetante, frasco com 01 litro, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses contados a partir da data de entrega.	LT		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	72		
	4	Essência aromática, aspecto físico líquido oleoso, hidrossolúvel na proporção de 01 parte de essência para 50 litros de água, aroma talco, aplicação desinfetante, frasco com 01 litro, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses contados a partir da data de entrega.	LT		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	96		

(LOGOMARCA DA EMPRESA)

5	Limpador multiuso (desengordurante). Para uso na remoção de gorduras e sujeira em fogão, fornos e cozinha em geral. Com aroma agradável, inofensivo à pele, registrado na ANVISA, em embalagem plástica de 500 ml, contendo tampa com válvula de pressão - tipo gatilho com spray pulverizador disposta no lado superior do frasco, com rótulo indicando o nome do fabricante, CNPJ, químico responsável e nº CRQ, número de registro na ANVISA, lote de fabricação e prazo de validade do produto. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	FR		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	168		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	150		
6	Limpador de vidros, destinado para limpeza e brilho de vidros, vitrines, janelas, espelhos, telas de TV, parabrisas e acrílicos. Unidade de fornecimento: frasco de 500 ml, contendo tampa com válvula de pressão - tipo gatilho com spray pulverizador disposta no lado superior do frasco, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	FR		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	120		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	120		
7	Desinfetante perfumado e bactericida, embalagem em plástico de 5 litros, aroma Floral ou Lavanda, registro na Anvisa, uso em pisos, azulejos e superfícies laváveis. Composição: Tensoativo catiônico, Sequestrante, Conservante, Opacificante, Atenuador de espuma, Controlador de pH, Fragrância e água. Componente ativo: 0,33% de cloreto de alquildimetilbenzilamônio. Validade mínima de 18 meses.	FR		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	20		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	130		
8	Inseticida, aplicação mata barata, formiga, mosca, pernilongo, muriçocas e carrapatos, ação prolongada por aproximadamente 06 semanas. Composição: Imiprotrina 0,05% ciflutrina 0,015%, embalagem tipo aerosol 300ml/199 gramas, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	FR		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	60		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	65		
9	Desodorizador de ambientes, aerosol, fragrância lavanda, sem CFC, controla odores desagradáveis causados por fungos e bactérias, inibe o crescimento de bactérias, embalagem com 360 ml e 284 g, registrado na ANVISA. Validade	FR		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	120		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	75		

(LOGOMARCA DA EMPRESA)

		mínima de 12 meses a partir da data de entrega.						
TOTAL GRUPO 1:								
2	10	Álcool em gel anti-séptico para higienização de mãos, teor alcoólico 70% - (70° GL). Água desmineralizada, com hidratantes, disposto em frasco plástico transparente de alta resistência de 400g a 500g, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	FR		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	432		
					BASE NAVAL DE NATAL - RN	1200		
	11	Álcool etílico, tipo hidratado, teor alcoólico 70% (70° gl), apresentação líquido, 1 litro. Observações: Embalagem do produto em caixa de papelão, contendo CNPJ do fabricante. Observações: O material deverá estar de acordo com as normas técnicas atuais vigentes: ABNT, INMETRO, ANVISA ou qualquer órgão nacional, com comprovada credibilidade. Com validade no mínimo de 18 meses, a partir da data da entrega.	LT		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	1.008		
					INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ	150		
					BASE NAVAL DE NATAL - RN	800		
	12	Álcool em gel anti-séptico para higienização de mãos, teor alcoólico 70% - (70° GL). Água desmineralizada, com hidratantes, disposto em galão plástico de 5L e registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.	GL		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	20		
					INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ	20		
					BASE NAVAL DE NATAL - RN	750		
	13	Esponja de limpeza tipo dupla face, esponja multi-uso, antibactérias, medindo 110 x 75 x 22 mm (formato retangular), constituída de espuma de poliuretano com bactericida (lado amarelo) e fibra sintética com abrasivo (lado verde), embaladas individualmente com identificação da marca e do fabricante. Observações: A composição, o prazo de validade e as medidas deverão estar destacados nas embalagens individuais. Prazo de validade mínimo de 02 (dois) anos a contar da entrega.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	60		
					INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ	150		
					BASE NAVAL DE NATAL - RN	950		
	14	Flanela, comprimento 60 cm x 40 cm, cor branca, cantos arredondados, acabamento nas bordas em over. O produto deverá conter etiqueta do fabricante. Validade indeterminada.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	60		
					BASE NAVAL DE NATAL - RN	300		

(LOGOMARCA DA EMPRESA)

	15	Esponja de limpeza tipo lã de aço, composta de lã de aço carbono, própria para lavagem de louças e objetos de alumínio. Em pacotes de no mínimo 44 g com 8 unidades cada. Prazo de validade mínimo de 02 (dois) anos a contar da entrega.	PCT		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	70		
					INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ	50		
					BASE NAVAL DE NATAL - RN	350		
	16	Lustra móveis para proteção de móveis, perfume jasmim ou lavanda, 200ml, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	24		
					BASE NAVAL DE NATAL - RN	120		
	17	Silicone em gel, para uso em painéis, borrachas, bancos de couro, materiais plásticos, frasco com 200 ml, registrado na ANVISA. Validade mínima de 10 meses a contar da data da entrega.	FR		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	12		
	18	Vaselina líquida 500 ml, contra efeitos da maresia, proteção em venezianas e portões de alumínio, sem odor, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses.	EMB		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	48		
TOTAL GRUPO 2:								
3	19	Saboneteira em plástico ABS cromado, com reservatório em policarbonato. Abertura e fechamento com chave. Capacidade do reservatório: 800 a 900 mL. Dimensões do produto: 21,5 cm (altura) X 9 cm (largura) X 9 cm (profundidade). Cor: Branca ou transparente.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	30		
					BASE NAVAL DE NATAL - RN	4		
	20	Toalheiro (dispenser) para papel toalha em bobina, com alavanca de barra frontal e serra para facilitar o corte do papel. Fechamento com chave, tampa branca ou semi transparente, fabricado em material termoplástico, acompanha parafusos e buchas de instalação. Capacidade: papel em rolo de 200 mt. Dimensões: 360mm(altura) x 260mm (largura) x 240mm (profundidade).	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	12		
	21	Porta papel toalhas em folhas (dispenser) e base em ABS branco. Visor transparente para controle de reposição do papel. Capacidade: 600 folhas de papel toalha interfolhada. Acompanha chave e kit para fixação na parede com buchas e parafusos. Dimensões aproximadas: 285mm	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	50		

(LOGOMARCA DA EMPRESA)

		(altura) x 255mm (largura) x 120mm (profundidade). Validade indeterminada.						
	22	Espanador Eletrostático, utilizado na limpeza seca. A luva refil deve ser confeccionada com fios 100% acrílicos e que permita a lavagem da mesma sem perder a capacidade de limpeza. O cabo deve ser confeccionado em polietileno de alta densidade, e seu formato ergonômico e leve. Dimensões aproximadas do produto: 10 x 25 x 50 cm; 150 g. Cor azul, verde ou cinza. Validade indeterminada.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	50		
					INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ	30		
					BASE NAVAL DE NATAL - RN	15		
	23	Detergente removedor, de ceras e sujeiras no piso, isento de solvente de petróleo, atuando por fracionamento e emulsão. Baixo poder espumante. Composição: éter glicólico, álcool etoxilado, hidróxido de potássio. pH (100%): 10,0 – 12,0; densidade (g/mL): 1,0 e viscosidade (Cepoford 4/25oC): 5" – 15". Frasco com 05 litros. Registrado na ANVISA, validade superior a 12 meses.	BB		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	90		
					BASE NAVAL DE NATAL - RN	50		
	24	Impermeabilizante à base de polímeros acrílicos e ceras sintéticas de alta qualidade. Composição: acrílico/polietileno, éteres de glicóis, tensoativo carboxifluorado. pH (100%): 8,0 – 10,0 e viscosidade (Cepoford 4/25oC): 9" – 13". Frasco com 05 litros. Registrado na ANVISA, validade superior a 12 meses.	BB		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	50		
	25	Disco de limpeza/verde para enceradeira 510mm.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	10		
	26	Shampoo para limpeza - Versatil beekplater, para limpeza de piso. Bombona de 5LT, validade superior a 12 meses.	EMB		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	10		
					BASE NAVAL DE NATAL - RN	300		
TOTAL GRUPO 3:								
4	27	Pá coletora de lixo com tampa e reservatório retrátil, em poliestireno, cabo anatômico com altura ergonômica de 70 cm a 90 cm, trava de fixação do cabo na pá para transporte e despejo dos detritos. Cor: Azul, cinza ou verde. Dimensões: comprimento: 29cm, largura: 29cm; altura: 14cm. Podendo as dimensões sofrer	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	18		
					BASE NAVAL DE NATAL - RN	45		

(LOGOMARCA DA EMPRESA)

	variação de 5%. Validade indeterminada.						
28	Vassoura (escova) plástica para higienização de vasos sanitários, tamanho superior a 30 cm. Validade indeterminada.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	120		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	120		
29	Rodo com cabo em madeira suporte de plástico com lâmina em EVA dupla possui pontos que seguram melhor o pano, comprimento do suporte 30 cm, comprimento do cabo no mínimo 120 cm. Validade indeterminada.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	60		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	25		
30	Rodo plástico, cabo de madeira, comprimento do suporte de 50 cm ou 60 cm, quantidade de duas borrachas, protetor de salpicos; comprimento do cabo 120 cm. Validade indeterminada.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	24		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	40		
31	Vassoura, material cerdas pêlo sintético, cabo de madeira coberta com plástico, material cepa plástico, comprimento da cepa 30cm, comprimento cerdas 7cm, aplicação limpeza em geral, comprimento do cabo 140 cm. Validade indeterminada.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	36		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	100		
32	Vassoura, material cerdas nylon reforçado e cerdas duras em PET, cabo de madeira coberta com plástico, cepa plástico, comprimento cerdas 11 cm, com cabo rosqueado, tipo doméstica, cabo comprido, largura cepa 21 cm, comprimento do cabo 140 cm. Validade indeterminada.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	48		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	110		
33	Vassoura tipo gari, cerdas de PET, Tamanho da vassoura (AxL): 9 x 40 cm, cabo em madeira plastificada 1,20 mt. Validade indeterminada.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	6		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	110		
34	Vassoura para recolhimento de folhas tipo ancinho, em plástico, formato triangular, com 22 dentes podendo variar até 26 dentes (dentes retangulares), com cabo de madeira de 100 a 120cm.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	36		
				INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ	10		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	85		
35	Vassoura de cerdas piaçava, cabo e cepa de madeira, capa folha flange, comprimento da cepa 24 cm, comprimento das cerdas 28 cm, com cabo colado, tipo institucional, tipo cabo comprido,	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	24		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	155		

(LOGOMARCA DA EMPRESA)

		comprimento do cabo 140 cm. Validade indeterminada.						
	36	Escova multiuso (Escova Tanque) anatômica com alça que facilita o manuseio. Composição em polipropileno, PET, Máster. Comprimento 13,5cm, largura 5cm e altura 7,5cm. Podendo variar em ± 1cm. Cerdas com 2,5cm. Validade indeterminada.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	50		
					BASE NAVAL DE NATAL - RN	50		
TOTAL GRUPO 4:								
5	37	Papel higiênico em rolo, pacote com 4 (quatro) unidades, folha dupla; branco; de alta qualidade, picotado e gofrado; neutro, matéria prima 100% fibras vegetais, não reciclado, rolo com comprimento de 30 m e com largura de 10 cm, diâmetro interno do tubete de no mínimo 4 cm; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos, metragem do papel, nome e dados do fabricante e embalagem com boa visibilidade do produto, conforme exigências previstas na Portaria 153, de 19/05/08 - INMETRO. Validade indeterminada.	PCT		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	208		
					BASE NAVAL DE NATAL - RN	1.400		
	38	Papel Higiênico em rolo, linha institucional, folha simples, gofrado, de alta maciez, branco, com alvura superior a 80%, sem manchas, bobina com as seguintes medidas: 10cm x 300m, neutro, 100% celulose virgem, não reciclado. Apresentação em caixas de papelão contendo 8 (oito) unidades de bobinas. Na embalagem de apresentação deverão constar informações do fabricante, marca, especificações do produto, bem como a sua composição. As mesmas devem estar impressas na embalagem de forma legível, conforme exigências previstas na Portaria 153, de 19/05/08 - INMETRO. Validade indeterminada.	PCT		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	80		
					BASE NAVAL DE NATAL - RN	750		
	39	Papel toalha interfolha 2 dobras, formato 22,5 x 20,5cm, podendo variar em até 5%, branco, 100% celulose, aplicação em toaletes/suportes instalados em banheiros. Pacote com 1000 folhas. Validade indeterminada.	EMB		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	78		
					BASE NAVAL DE NATAL - RN	800		
	40	Papel toalha em bobina, tipo institucional, folha simples, gofrado, alta qualidade.	PCT		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	40		

(LOGOMARCA DA EMPRESA)

	Dimensões: 20 cm X 100 metros, branco. Composição: 100% celulose virgem. Embalagem: unidades de bobinas acondicionadas em caixas de papelão com 8 bobinas. A composição, a marca do fabricante e as medidas deverão estar destacadas na embalagem. Validade indeterminada.			BASE NAVAL DE NATAL - RN	800		
41	Sabão em barra, composição básica sais ácido graxo, tipo glicerinado, características adicionais com perfume de limão, barra de 200 gramas, aspecto físico sólido, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	20		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	350		
42	Sabão em pó. Composição Tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvantes, sinergista, corantes, enzimas, branqueador óptico, essência, água, alvejante. Apresentação em embalagem de 500g do produto, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	CX		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	480		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	750		
43	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 40 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	40		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	800		
44	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 40 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	120		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	1.000		
45	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 100 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	20		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	850		
46	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 100 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	40		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	950		
47	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 200 litros, cor azul, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	20		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	1350		

(LOGOMARCA DA EMPRESA)

48	Saco para lixo em plástico resistente, capacidade 200 litros, cor preta, apresentação em pacote com 100 unidades. Deve conter nome do fabricante na embalagem. Validade indeterminada.	PCT		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	20			
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	850			
TOTAL GRUPO 5:								
6	49	KIT 4 X 50L de COLETORES SELETIVOS DE ABERTURA FRONTAL (AZUL, VERDE, VERMELHO e AMARELO), POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA com proteção UV (utilização em ambientes externos), com SUPORTE EM AÇO. MEDIDAS DE REFERÊNCIA: ALTURA 125 CM, COMPRIMENTO 180CM.	CJ		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	10		
					INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ	10		
	50	Contentor de lixo, produzido em polietileno de alta densidade; Volume mínimo de 240 litros; Suportar carga mínima de 96 kg; 02 (duas) rodas de aro 300mm em polietileno de alta densidade e bandagem de borracha maciça; Dimensões mínimas: 58cm x 78cm x 111cm.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	6		
	51	Rodo limpa vidros telescópico com cabo extensor de alumínio, com alcance de até 1,6m. Na extremidade, um dos lados possui rodinho emborrachado, do outro, microfibras (refil) que pode ser retirada e lavada.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	5		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	50			
TOTAL GRUPO 6:								
7	52	Conjunto Mop úmido (mop, suporte e cabo), cabo em alumínio medindo 140 a 150 cm. Cabo acompanhado de suporte plástico com trava, mop algodão tipo ponta dobrada, cor natural, peso do mop 340g. Validade indeterminada.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	24		
					BASE NAVAL DE NATAL - RN	55		
	53	Aparelho (tipo spray automático) odorizante de ambiente, com 01 (um) refil aerossóis de 250ml, podendo variar para mais em até 20ml. Alimentado por duas pilhas AA. Registrado na ANVISA. Validade indeterminada para o aparelho e validade mínima de 12 (doze) meses para o refil.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	12		
54	Balde plástico, capacidade para 20 litros, sem tampa e com alça de metal para transporte. Cor verde,	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	12			

(LOGOMARCA DA EMPRESA)

	azul, amarelo ou preto. Validade: indeterminada.			BASE NAVAL DE NATAL - RN	85		
55	Pastilha (pedra) sanitária, composição paradicloro benzeno-99%, germicida e bactericida, aspecto físico tablete sólido com no mínimo 30 gramas com suporte plástico para engate no vaso sanitário, registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	660		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	120		
56	Detergente neutro, concentrado, desengordurante e umectante. Outras características: Ácido Dodecilbenzeno, espessante, conservante, sulfonato de sódio. pH (100%) >> 6,5 à 7,5; Densidade 0,950 à 1,050 g/cm³; Solubilidade em água: 100%. Apresentação em embalagem tipo bombona plástica com 05 litros do produto. Produto registrado na ANVISA. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	EMB		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	28		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	200		
57	Sabonete Cremoso para uso em reservatório de saboneteira plástica, aspecto físico líquido cremoso, odor lavanda ou ervadoce, aplicação antisepsia das mãos, apresentado em embalagem plástica tipo bombona contendo 05 litros do produto, registrado na ANVISA. Validade mínima de 18 meses contados a partir da data de entrega.	BB		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	72		
				BASE NAVAL DE NATAL - RN	200		
58	Tela desodorizante para mictório confeccionado em PVC injetado; fórmula com essência hiperconcentrada contendo bactericida que permita a odorização; indicado para mictório de parede; fragrância cereja ou tutti frutti, registrado na ANVISA. Validade mínima de 05 meses contados a partir da data de entrega.	UN		JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RN	600		
TOTAL GRUPO 7:							
TOTAL GLOBAL:							

III – VALIDADE DA PROPOSTA

Prazo de validade: 90 (noventa) dias corridos, contados a partir de sua apresentação.

(LOGOMARCA DA EMPRESA)

IV – COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

Nos preços propostos acima estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza.

V - DECLARAÇÃO

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no edital e seus apêndices.

_____, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do Representante Legal
NOME COMPLETO E CPF DO REPRESENTANTE LEGAL